



**Avaliação crítica do crescimento urbano de Torres Vedras desde
a sua génese à atualidade -
Integração com a Estrutura Ecológica**

Bruno Miguel Cunha Martinho

Dissertação para a obtenção de grau Mestre em

Arquitetura Paisagista

Orientadora: Mestre Selma Beatriz de Almeida Nunes da Pena Baldaia

Júri:

Presidente: Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Mestre Ana Muller Lopes Silva Carvalho, Bolseira de investigação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, na qualidade de especialista

Mestre Selma Beatriz de Almeida Nunes da Pena Baldaia, Assistente Convidada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, em primeiro lugar pela educação que me deram, mas não menos importante por me permitirem alcançar este patamar do meu percurso académico, com todo o apoio e compreensão que foi necessária;

À minha orientadora, Mestre Selma Baldaia, pela compreensão, pela disponibilidade permanente e pela ajuda na forma de olhar para a paisagem e o território de formas diferentes;

A todos os professores que me transmitiram uma grande base de conhecimento ao longo destes anos, assim como a paixão por esta área da Arquitetura Paisagista;

Aos responsáveis da Câmara de Torres Vedras, nomeadamente o Arquiteto André Baptista e o Urbanista Nuno Patrício, que foram fulcrais neste trabalho, não só pelo material e referências disponibilizadas, assim como a transmissão de factos que como torriense desconhecia mas que foram muito importantes no desenrolar do trabalho;

A todos os meus colegas de curso e amigos, que me souberam retribuir com amizade e companheirismo;

A todos os que, de uma forma ou outra, continuam a lutar para promover a Arquitetura Paisagista a um lugar digno nos tempos presentes e futuros.

RESUMO

A evolução da história do local, desde os seus tempos mais antigos, algo escassos em informação detalhada, até aos dias de hoje é fundamental para o conhecimento de um determinado lugar. Também as cidades são o polo de profunda mutação ao longo do tempo. Principalmente os dois últimos séculos trouxeram graves problemas de índole ambiental e ecológica, pelas decisões que foram tomadas e pela ambição de fazer crescer os seus tecidos urbanos, muitos deles sem essa necessidade em termos demográficos ou administrativos. Portugal no século XX foi o palco de muitos destes processos. Nos tempos atuais, urge então refletir, analisar e pensar em alternativas que respeitem os terrenos de sensibilidade ecológica, necessários ao correto funcionamento e sustentabilidade do ecossistema. É necessário ver o território e a paisagem como um sistema integrado, onde há espaço para a edificação nos terrenos que lhe são próprios, assim como o respeito pela permanência das componentes ecológicas, pela sua proteção e integração nos seus usos e funções mais indicados. Neste contexto, a evolução histórica de Torres Vedras e a sua integração na estrutura ecológica fundamental foi analisada, por forma a compreender se o rumo tomado pelos responsáveis das várias épocas da história da cidade teve em conta os valores do território e da paisagem. Da análise efetuada, com a construção de um sistema de informação geográfica, verificou-se que a grande expansão da área urbana deu-se no século XX, onde houve afetação das componentes fundamentais da paisagem nomeadamente sistemas húmidos e solos de elevado valor ecológico. Esta análise permite refletir sobre quais diretrizes para o futuro da cidade, numa tentativa de melhorar esta relação cultural e biofísica do espaço e de promoção da sua sustentabilidade.

Palavras-chave: estrutura ecológica; expansão urbana; Torres Vedras; território; componentes ecológicas.

ABSTRACT

The evolution of a local history, since the most ancient times, without detailed information, to the nowadays is too important to understand a specific space. Towns are too a point of a deep mutation over time. Last two centuries brought really bad environmental and ecological problems, by decisions made to grow up some cities, without demographic or administrative needs. In 20th century, Portugal had been many of these urban phenomenal problems. Actually, it needs to thinking, analyzing and proposing different ways, to respect ecological sensibility spaces, necessary to a correct operation and ecosystem sustainability. See the landscape and territory as a one field and integrated system, with spaces to urbanize and construct buildings, and the respect for the ecological components permanency, protection and integration with its appropriate function and uses. In that way, Torres Vedras historical evolution and its integration to a fundamental ecological structure was analyzed, to understand if the territorial decisions have made in many story steps were in or out the respect to landscape values. By the analysis, with a geographic information system, it show the most urban area expansion was in 20th century, the same time it introduced many troubles to fundamental landscape components, as wet systems and big ecological value soils. This analysis guide to a thoughts about future proposals, trying to improve the cultural and biophysical relationship and a sustainability promotion.

Keywords: ecological structure; urban growth; Torres Vedras; territory; ecological components.

INDICE

1. Introdução	1
2. Cidade e planeamento urbano nos séculos XX e XXI	3
3. Caso de estudo – Torres Vedras	7
3.1. Caracterização de Torres Vedras	7
3.1.1. Relevo e enquadramento fisiográfico	8
3.1.2. Geologia	9
3.1.3. Uso do solo	10
3.1.4. Mobilidade	10
3.1.5. Património	11
3.2. Torres Vedras – Evolução histórica e expansão urbana	12
3.2.1. Fundação do lugar – Do Castro do Zambujal aos muçulmanos	12
3.2.2. Século XII a XIV – Da Reconquista cristã ao primeiro foral e à consolidação medieval	17
3.2.3. Sentido estético e requalificação arquitetónica – Do século XVI ao século XVIII	22
3.2.4. Das invasões francesas, à chegada do caminho-de-ferro e ao primeiro parque verde – Século XIX	27
3.2.5. A implantação da República, o plano de Jacobetty e a elevação a cidade – Século XX	32
3.2.6. Século XXI – O culminar da expansão e a necessidade pelo desenvolvimento sustentável	38
4. Análise crítica do Plano de Urbanização e dos Planos de Pormenor da cidade de Torres Vedras	43
4.1. Plano de Urbanização da cidade de Torres Vedras	43
4.2. Planos de Pormenor	48

4.2.1. Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes – Programa Pólis como seu dinamizador	49
4.2.2. Plano de Pormenor de Requalificação do Centro Histórico de Torres Vedras – “Torres Ao Centro” como programa de regeneração urbana e elemento chave da estratégia de desenvolvimento da cidade	53
5. Estrutura Ecológica e suas visões distintas – Perímetro Urbano de Torres Vedras	57
6. Evolução urbana e Estrutura Ecológica	64
7. Considerações finais: Que futuro?	78

INDICE DE QUADROS

Quadro 1. Cidades portuguesas e a sua população, em milhares. (Moreira <i>et al</i> , 2009)	4, 85
Quadro 2. População residente no município e em cada freguesia – quadro quantitativo. (INE Censos 2011, 2012 <i>in</i> CMTV, 2006)	7, 85
Quadro 3. Áreas, em hectares, dos perímetros de malha urbana nas várias épocas. (Autor 2015)	41
Quadro 4. N.º de riscos de grau elevado e médio por Fator Crítico de Decisão segundo o cenário alternativo de desenvolvimento. (CMTV, 2015)	44, 97
Quadro 5. N.º de oportunidades de grau elevado e médio por Fator Crítico de Decisão segundo o cenário alternativo de desenvolvimento (CMTV, 2015)	45, 98
Quadro 6. Índice de envelhecimento, por freguesia e município, em percentagem. (INE Censos 2011, 2012 <i>in</i> CMTV, 2006)	48, 98
Quadro 7. Índice de juventude, por freguesia e município, em percentagem. (INE Censos 2011, 2012 <i>in</i> CMTV, 2006)	48, 99
Quadro 8. Componentes ecológicas e respetivas áreas – proposta do CEAP, disponível no EPIC <i>webgis</i> . (Autor, 2015)	59
Quadro 9. Área total construída nas diferentes épocas e área afetada pela expansão urbana nas diferentes componentes da Estrutura Ecológica Nacional (EPIC <i>webgis</i>). (Autor, 2015)	78

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. Relação do concelho de Torres Vedras com os concelhos vizinhos. (CAOP, 2013)	7
Figura 2. População residente no município e em cada freguesia – mapa. (INE Censos 2011, 2012 in CMTV, 2006)	7, 86
Figura 3. Modelo digital do terreno (Autor, 2015)	8
Figura 4. Excerto da folha 30-C da Carta Geológica de Portugal. (SGP, 1954)	9
Figura 5. Bicicletas urbanas <i>Agostinhas</i> . (Autor, 2015)	11, 86
Figura 6. Representação da ciclovia do Barro. (Autor, 2015)	11, 86
Figura 7. Placas informativas da ciclovia do Barro. (Autor, 2015)	11, 87
Figura 8. Monumentos nacionais no concelho. (Autor, 2015)	12, 87
Figura 9. Relação geográfica entre a localização do Castro do Zambujal, a amarelo, e a atual cidade. (Google Maps, 2015)	12, 88
Figura 10. Maqueta do Castro do Zambujal, no Museu Leonel Trindade. (Baptista, 2013)	12, 88
Figuras 11. Diferentes vistas no interior do castro, em ruínas. (Autor, 2014)	12
Figura 12. Perspetiva do <i>Cardus</i> de sul para norte. (Autor, 2015)	14
Figura 13. Perspetiva do <i>Cardus</i> de norte para sul. (Autor, 2015)	14
Figura 14. Perspetiva do <i>Decumanus</i> para nascente, atual Rua Cap. Luís Bôto Pimentel. (Autor, 2014)	14
Figura 15. Continuação do <i>Decumanus</i> , antiga Rua da Corredoura. (Autor, 2014)	14
Figura 16. Eixos romanos demarcados sobre a vista aérea da atual cidade. (CMTV, 2010)	15
Figura 17. Placa funerária romana encontrada na encosta do castelo, atualmente no Museu Municipal Leonel Trindade. (Mantas, 1982)	14, 88
Figura 18. Igreja de Santa Maria. (DGPC, 2014)	18, 89
Figura 19. Esboço topográfico da vila medieval – Séc. XIV. (Clemente, 1974)	20

Figura 20. Reconstituição virtual da Porta da Corredoura, segundo José Pedro Sobreiro. (Cardoso & Luna, 2009)	21, 89
Figura 21a. Reconstituição da possível planta da vila, antes do século XIV. (Autor, 2015)	22
Figura 21b. Reconstituição da possível planta da vila, no final do século XIV. (Autor, 2015)	22
Figura 22. Pórtico manuelino no castelo, com as esferas armilares. (Autor, 2014)	23, 89
Figura 23. Pormenor do pórtico da igreja de S. Pedro (Autor, 2015)	23, 90
Figura 24. Pormenor do pórtico da igreja de Santiago (Autor, 2015)	23, 90
Figura 25a. Chafariz e espaço adjacente no início do século XX. (Património de Torres Vedras, 2015)	24
Figura 25b. Chafariz e espaço adjacente nos anos 60. (Património de Torres Vedras, 2015)	24
Figura 25c. Chafariz e espaço adjacente nos anos 90. (Património de Torres Vedras, 2015)	24
Figura 25d. Chafariz e espaço adjacente na atualidade. (Autor, 2015)	24
Figura 26. Paços do Concelho e Praça do Município, atualmente. (Autor, 2015)	25, 90
Figura 27. Convento da Graça, atual igreja e museu municipal. (Autor, 2015)	25, 90
Figura 28. Painel de azulejos à entrada da igreja. (Autor, 2015)	25, 91
Figura 29. Relógio de sol na fachada sul do edifício. (Autor, 2015)	25, 91
Figura 30. Reconstituição da planta da vila no final do século XVI. (Autor, 2015)	26
Figura 31. Convento de Penafirme, em ruínas. (Vedrografias, 2009)	26, 91
Figura 32. Mapa das invasões. (Santos, 2010, adaptado do <i>Jornal de Notícias</i>)	28, 92
Figura 33. Excerto da planta da vila, em 1809. (Baptista, 2013)	28, 92
Figura 34. Excerto da carta militar do campo de batalha, 1810. (Baptista, 2013)	28, 93
Figura 35. Excerto do mapa de fortes em redor da vila, 1818. (Baptista, 2013)	28, 93
Figura 36. Rua Maria Barreto Bastos, troço da antiga alameda da várzea. (Autor, 2015)	28

Figura 37. Ilustração da estação nos finais do século XIX. (Pinto, 2005)	30
Figura 38. Avenida 5 de Outubro, início do século XX. (Património de Torres Vedras, 2013)	30
Figura 39. Avenidas 5 de Outubro e Tenente Valadim, século XX. (Rodrigues <i>et al</i> , 1996)	30
Figura 40. Reconstituição da planta da vila no final do século XIX. (Autor, 2015)	30
Figura 41a. Configuração das avenidas Casal Ribeiro e Tenente Valadim (linhas azuis) e a sua ligação à estação (circunferência azul) e à linha de comboio (linha vermelha), no século XIX. (Autor, 2015)	31
Figura 41b. Configuração das avenidas Casal Ribeiro e Tenente Valadim (linhas azuis) e a sua ligação à estação (circunferência azul) e à linha de comboio (linha vermelha), no século XX. (Autor, 2015)	31
Figura 42. Parque do Choupal, início do século XX. (Baptista, 2013)	32
Figura 43. Largo da Graça, início do século XX, anterior à sua requalificação. (Rodrigues <i>et al</i> , 1996)	33, 94
Figura 44. Anteprojecto para o Largo da Graça (Jacobetty,1934). (DGT, 2015)	33, 94
Figura 45. Jardim da Graça. (Autor, 2015)	33, 95
Figura 46. Resultado do Plano de Urbanização de Torres Vedras (Jacobetty, 1947). (DGT, 2015).....	34
Figura 47. Variante do Plano de Urbanização, que terá sido o resultado final. A tracejado as avenidas Teresa Jesus Pereira e General Humberto Delgado (Jacobetty, 1948). (DGT, 2015)	34
Figura 48. Reconstituição da planta da vila na primeira metade do século XX. (Autor, 2015)	35
Figura 49. Reconstituição da planta da cidade na segunda metade do século XX. (Autor, 2015)	37
Figura 50. Reconstituição da planta da cidade na atualidade. (Autor, 2015)	40
Figura 51a. Malha urbana no século XIV. (Autor, 2015)	41
Figura 51b. Malha urbana no século XVI. (Autor, 2015)	41
Figura 51c. Malha urbana no século XIX. (Autor, 2015)	41

Figura 51d. Malha urbana na primeira metade do século XX. (Autor, 2015)	41
Figura 51e. Malha urbana na segunda metade do século XX. (Autor, 2015)	41
Figura 51f. Malha urbana atual, no século XXI. (Autor, 2015)	41
Figura 52. Evolução dos perímetros de malha urbana, desde o século XIV ao século XXI. (Autor, 2015)	42
Figura 53a. Planta de zonamento do Plano de Urbanização de Torres Vedras. (CMTV, 2015)	43, 96
Figura 53b. Legenda da planta de zonamento do Plano de Urbanização de Torres Vedras. (CMTV, 2015)	43, 97
Figura 54. Delimitação dos planos, no contexto da cidade. (Autor, adaptado do Google Maps, 2015)	48
Figura 55a. Inauguração do parque do choupal e zonas envolventes, dia da inauguração. (Autor, 2015)	52
Figura 55b. Inauguração do parque do choupal e zonas envolventes, dia da inauguração. (Autor, 2015)	52
Figura 55c. Inauguração do parque do choupal e zonas envolventes, dia da inauguração. (Autor, 2015)	52
Figura 56. Pontes pedonais. (Autor, 2015)	52, 99
Figura 57. Área de intervenção do programa. (CMTV, 2008)	53
Figura 58. Intervenções estruturantes em torno do Centro Histórico de Torres Vedras, o elemento chave da estratégia de desenvolvimento. (CMTV, 2008)	54
Figura 59. Largo Wellington. (Autor, 2014)	55
Figura 60. Largo Infante D. Henrique. (Autor, 2014)	55
Figura 61. Cruzamento das ruas 9 de Abril e Almirante Gago Coutinho, no centro histórico. (Autor, 2014)	55
Figura 62. Estrutura Ecológica apresentada no Plano de Urbanização de Torres Vedras. (Autor, adaptado de CMTV, 2015)	58
Figura 63. Representação local da Estrutura Ecológica delimitada pelo CEAP. (Autor, 2015)	59

Figura 64. Representação da união das zonas ameaçadas pelas cheias e das margens e zonas inundáveis (azul) da carta de condicionantes. (CMTV, 2015)	61
Figura 65. Sistema húmido, na proposta de delimitação do CEAP. (Autor, 2015)	61
Figura 66. Integração e comparação das duas propostas de Estrutura Ecológica. (Autor, 2015)	64
Figura 67. Malha urbana do século XIV sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)	66
Figura 68. Aproximação ao limite norte da urbe. Igreja de São Miguel (a); Ermida da Nossa Senhora do Amial (b) e da Fonte de S. Miguel (c). (Autor, 2015)	66, 100
Figura 69. Malha urbana do século XVI sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)	67
Figura 70. Aproximação a sudeste da urbe. Convento da Graça (a); Ermida de S. João (b); Ermida de S. Gião dos Sapateiros (c). (Autor, 2015)	67, 101
Figura 71. Excerto da carta militar do campo de batalha, 1810. (Rodrigues, <i>et al</i> , 1996)	68
Figura 72. Planta topográfica da vila em 1971. (DGT, 2015)	69
Figura 73. Estudo sobre as obras de melhoramento do rio, com a primeira intervenção assinalada. (CMTV, 2014)	69
Figura 74. Malha urbana do século XIX sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)	70
Figura 75. Malha urbana na primeira metade do século XX sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)	72
Figuras 76. Conjunto de fotografias das cheias de Novembro de 1983. (CMTV, 1983)	73
Figura 77. Estudo sobre as obras de melhoramento do rio, com as restantes intervenções assinaladas a azul. (CMTV, 2014)	74
Figura 78. Pormenor dos ortofotomapa de 1948. (CMTV, 2014)	74
Figura 79. Pormenor dos ortofotomapa de 2010. (CMTV, 2014)	74
Figura 80a. Planta de Zonamento de Áreas de Risco de Uso do Solo. (CMTV, 2015)	75, 102

Figura 80b. Legenda da planta de Zonamento de Áreas de Risco de Uso do Solo. (CMTV, 2015)	75, 103
Figura 81. Estrada e rotunda perto do Campo Manuel Marques, inundadas, em Abril. (Sofia Franco, <i>in torresvedrasweb.com</i> , 2015)	75, 103
Figura 82. Malha urbana na segunda metade do século XX sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)	76
Figura 83. Malha urbana atual sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)	77
Figura 84. Possível rede de espaços âncora na cidade: zona do complexo de exposições (1), choupal (2) e centro histórico (3). (Autor, 2015)	80

SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAP – Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista

COS – Carta de Ocupação de Solo

EE – Estrutura Ecológica

EPIC – *Ecological Planning, Investigation and Cartography*

PDM – Plano Diretor Municipal

PP – Plano de Pormenor

PPCAE – Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Adjacentes

PPRCHTV – Plano de Pormenor de Requalificação do Centro Histórico de Torres Vedras

PU – Plano de Urbanização

PUTV – Plano de Urbanização de Torres Vedras

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

1. INTRODUÇÃO

O planeamento das cidades é um tema bastante em voga, seja em trabalhos académicos, profissionais ou mesmo nas notícias da atualidade. Com o passar dos tempos, tornou-se necessário ou mesmo curioso estudar as cidades e todo o processo de fundação, expansão, evolução e, por vezes, degradação das mesmas, no seu todo ou em algumas das suas partes. Esse estudo, muito ligado ao urbanismo, à arquitetura ao *design* ou mesmo à história, procura, quase sempre e de uma forma muito idêntica entre os campos de estudo, perceber de que modo a cidade cresceu, desde a sua fundação aos dias de hoje; tudo isto numa perspetiva física e cultural, de edificado, de etapas cronológicas, de descrições históricas ligadas à ação do Homem no desenvolvimento da urbe. A sociologia, por sua vez, também pode complementar ou reforçar estes processos de estudo, com factos ligados ao povo no seu campo mais humano, como observadores ou atores na cidade. Em suma, praticamente todas estas disciplinas incidem no mesmo ponto-chave: o tecido edificado e/ou cultural como meio de interpretação da cidade. Neste trabalho, é procurado um caminho complementar, uma outra base de conhecimento de carácter holístico: a relação da cidade com a paisagem, sendo ela própria parte da paisagem. Para isso, a interpretação dos processos ecológicos e a identificação da estrutura ecológica da paisagem e do território é fundamental. Quando se refere ecologia, salienta-se o conjunto dos valores naturais do território e da paisagem, da estrutura natural que qualquer Lugar apresenta *a priori*. Este estudo servirá de alicerce de conhecimento e de base de fundamento para perceber a sua influência na evolução cultural do território por mão e decisão do Homem. A integração destes dois temas permitirá tirar conclusões interessantes e pertinentes aos dias de hoje e prever as suas repercussões no futuro.

A presente dissertação tem como objetivo estudar a expansão urbana da cidade de Torres Vedras desde a sua fundação à atualidade, avaliando, em simultâneo, a sua integridade ecológica. Esta avaliação permitirá, tirar conclusões sobre as decisões dos povos que ocuparam a cidade o longo dos séculos, avaliando os efeitos negativos ou positivos nos dias de hoje. Posteriormente serão tecidas considerações sobre qual o futuro da cidade.

A justificação da escolha do caso de estudo de Torres Vedras para este tema prende-se com algumas razões. Uma delas, talvez a mais importante ou mais necessária, é pela escassa aplicação dos estudos neste campo de junção entre ecologia e urbanismo. Atualmente, a crescente preocupação e o interesse eminente por variados assuntos sugere que haja uma interdisciplinaridade de matérias e disciplinas, que muito caracteriza o novo século em termos profissionais ou académicos, e que consiga promover um maior entendimento por campos de estudo, que há um século atrás poderiam ser distintos mas que hoje é provado que nunca foram dissociados. No entanto, Torres Vedras como território ou unidade de paisagem à sua escala, define-se por características que têm de ser tidas em conta. Fisicamente, a atual cidade concentra-se num vale aberto, rodeado de montes e pequenas serras, onde existem algumas povoações, mas principalmente o uso do solo comporta uma significativa fonte de produção agrícola e vinícola. As condições topográficas desde cedo sugeriram a atual localização da urbe, pelos baixos índices de relevo, iniciada pelos povos romanos, como será aqui descrito; o rio, outrora navegável, e uma estrada implantada nesta mesma época que por aqui passaria e ligava polos de interesse económico e social também ditaram todo este impulso de desenvolvimento de um povoado

romano que pertencia à administração de *Olissipo*, atual Lisboa. Com uma evolução histórica e urbana descrita e simulada com fundamento em artigos, testemunhos ou bases cartográficas, embora escassas e difíceis de encontrar, permite-nos entender algumas das problemáticas que foram surgindo e sendo resolvidas, ou, nalguns casos, mal resolvidas ou adiando os problemas reais. Os aterros realizados em certas partes do território torriense, principalmente nas margens do Sizandro ou em zonas de aluvião / leito de cheia é um dos exemplos, a seu tempo tratado com alguma atenção. As cheias de 1983, relativamente recentes aos dias de hoje e felizmente para este trabalho com alguns documentos disponíveis e aqui mostrados, incidiram sobre zonas sobre as quais importa salientar e entender as suas possíveis causas. Reforçando esta ideia, um estudo deste género é bastante pertinente nesta altura da história da cidade de Torres Vedras. Atualmente estão em marcha dois programas de requalificação de espaços da cidade: o *Torres ao Centro*, programa de regeneração urbana inserido no Plano de Pormenor de Requalificação do Centro Histórico de Torres Vedras (PPRCHTV) já concluído, onde já todas as intervenções foram realizadas, e o Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes (PPCAE), este mais antigo, inserido no programa Polis, com a obra recentemente inaugurada, tendo como foco central um espaço público com uma memória muito forte para os habitantes da cidade e do concelho e numa zona com características bastante peculiares no campo da sua localização e valores ecológicos intrínsecos, constituindo uma importante ferramenta de crítica neste trabalho.

A conjugação, se assim for designada, destas componentes, mostram, neste trabalho, um retrato analítico do tecido urbano, através sua evolução ao longo do tempo, com a estrutura ecológica da paisagem. Daqui são possíveis, como resultado, tirar conclusões quantitativas quanto às zonas edificadas em solos sensíveis, perceber quais as componentes ecológicas mais afetadas e, posteriormente, apontar possíveis visões para um futuro próximo.

Para se atingirem os objetivos atrás referidos a presente tese organiza-se em sete capítulos. Além da presente introdução (capítulo 1), é feito um enquadramento do que é uma cidade nos séculos XX e XXI, com referência à Revolução Industrial como facto pioneiro na sua mudança, mas com o contexto português e o seu enquadramento legal a ser focado; o capítulo 3 descreve o caso de estudo, Torres Vedras, primeiro numa caracterização geral, num contexto biofísico e cultural e então numa análise descritiva da sua evolução histórica e urbana; no capítulo 4, é selecionado o Plano de Urbanização de Torres Vedras, assim como o PPCAE e o PPRCHTV, para uma avaliação e crítica de dois planos recentemente executados e do plano de urbanização lançado este ano para a cidade, numa perspetiva de entendimento daquilo que é a realidade de Torres Vedras quanto à sua estratégia de desenvolvimento; no capítulo 5 são confrontadas duas versões da Estrutura Ecológica do perímetro urbano em vigor, sendo uma de autoria camarária e outra resultante de uma proposta de Estrutura Ecológica Nacional, pelo Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista; no capítulo 6 são apresentados os resultados da evolução urbana com base numa das propostas de Estrutura Ecológica, por épocas, de forma a permitir conclusões e resultados sobre as práticas de desenvolvimento urbano ao longo dos tempos; o capítulo 7 apresenta algumas considerações finais do trabalho e algumas diretrizes que para uma possível revisão daquilo que está planeado para o futuro da cidade.

2. CIDADE E PLANEAMENTO URBANO NOS SÉCULOS XX E XXI

A Revolução Industrial, proveniente ainda dos séculos XVIII e XIX, permitiu e impulsionou o desenvolvimento do continente europeu. Entre muitas consequências, a nível territorial, urbanístico e paisagístico trouxe a emergência daquilo que eram pequenos polos de ocupação para autênticos centros macroeconómicos, cidades multifuncionais e complexas, numa reunião de funções habitacionais, políticas, económicas e sociais. Essa impulsão de produção e desenvolvimento foi fortíssima, beneficiando da capital inglesa, Londres, como palco desde acontecimento histórico, em finais do século XVIII, alastrando ao velho continente e ao mundo inteiro. A linha de comboio sucedeu, ou complementou-se, às vias fluviais e marítimas como caminho de desenvolvimento e prosperidade económica, o que resultou, no caso europeu, num território internacional mas cada vez mais global e interligado. Começa aqui um dos fenómenos sociais dos últimos séculos, o êxodo rural, com as pessoas a abandonarem as suas origens e a fixarem-se nas cidades, pela oferta de emprego e rendimentos mais avultados. Com o passar dos tempos, mas num período de tempo relativamente curto, dada a incisão e evolução deste processo, começam a surgir problemas graves como a poluição do ar nas grandes cidades e as condições precárias dos trabalhadores ao nível habitacional e social. Os órgãos responsáveis e administrativos ligados ao mercado viam o resultado económico como único foco, com o objetivo de crescerem cada vez mais e cada vez mais rápido, descurando outras questões, principalmente de índole ambiental e ecológica. A diferença entre o público e o privado é cada vez mais acentuada e, com isso, a paisagem sofre fortes alterações, transformando-se cada vez mais num cenário diferenciado e desordenado (Benevolo, 1995). O uso inapropriado dos solos foi uma questão sensível, com repercussões médio e longo prazo, como hoje se verifica, podendo tratar-se em certos pontos como um problema crónico sem fim à vista. O caso da metrópole chinesa de Xangai – embora fora do contexto europeu – apresenta índices de qualidade do ar alarmantes ao nível da saúde pública, sendo um exemplo claro. A nível local, começa a haver uma indefinição daquilo que são os perímetros urbanos, com os núcleos periféricos ou subúrbios a serem construídos para além das muralhas ou limites anteriores, criando cada vez mais uma ocupação contínua do território mas com diferenças tipológicas bem notórias. Nos locais das antigas muralhas são dispostos bairros, avenidas ou mesmo corredores verdes, como o caso do *Anel de Viena* (Lamas, 1992), numa primeira aproximação àquilo que viria a ser o conceito de *cidade jardim*. Possivelmente, falando de urbanismo do séc. XIX e XX, o plano de Cerdá para Barcelona terá sido um dos melhores exemplos numa ótica de planeamento de uma expansão urbana que se adivinhava com grande impacto; o autor resolveu organizar a expansão da cidade catalã, desde meados do século XVIII ao século XX, tirando partido do traçado ortogonal como forma de o estabelecer, com grandes avenidas, quarteirões e praças (Lamas, 1992). A cidade catalã assim cresceu e hoje é esta a imagem que apresenta, provando que o autor executou um projeto de planeamento urbano de grande sucesso.

A Europa que conhecemos por ser o continente de topo ao nível do desenvolvimento da humanidade transformou, num processo relativamente rápido dada à sua escala, aquilo que era um território de matriz rural num conjunto de centros urbanos de referência a vários níveis, com cerca de 350 milhões de pessoas a residirem em núcleos urbanos que ultrapassem os 5 milhões de residentes (DGT, 2015).

Em Portugal, estes efeitos modernistas, como a linha ferroviária, chegaram um pouco mais tarde, à semelhança daquilo que sempre aconteceu ao longo da história. A primeira locomotiva a inaugurada entre Lisboa e o Carregado, em 1856, é um claro sinal desse desfasamento europeu. Em termos demográficos e urbanos Portugal nos meados do século XIX é um país rural, baseado em campos de produção agrícola no seu panorama económico e na sua paisagem territorial. Em 1864, há uma enorme diferença entre o panorama das 27 cidades portuguesas; são cidades pequenas e com pouca população, com todas abaixo das 19 mil pessoas, com exceção do Porto (87 mil) e Lisboa (200 mil). Daqui em diante, o crescimento e o desenvolvimento das cidades portuguesas é crescente, com a população fixada em centros urbanos a crescer cerca de 77 % até ao virar do século, em 1900, passando de 27 para 30 no seu número (Anexo 1, Quadro 1) (Moreira *et al*, 2009). Questões como o emprego, ligado à emergência da indústria ou a aspetos como o melhoramento dos transportes ou a iluminação pública, são exemplos justificativos do fenómeno. Neste paradigma, as cidades de Lisboa e Porto foram as que cresceram com maior expressão, intimidando, por outro lado, o crescimento de outras cidades que não ofereciam as mesmas condições que estas, caso que foi sempre um pouco presente até aos dias de hoje; isto justifica um êxodo de população no sentido de Norte para Sul mas, principalmente, do interior para o litoral. Este facto de polarização nas duas principais cidades portuguesas não permitiu que este pico de crescimento urbanístico fosse global à escala nacional, o que fez com que muitas dessas cidades continuassem a ter o seu papel agrícola e rural, com pouca expressão cosmopolita. No fundo, Lisboa e Porto cresceram muito e as restantes pouco ou nada cresceram, com apenas 10 % da população viver no meio urbano (Moreira *et al*, 2009).

Com a entrada no século XX, esta realidade de emergência urbana vai conhecendo realidades cada vez mais preocupantes, principalmente aos níveis ambiental e social. O crescimento rápido do tecido industrial com a fixação de população nos centros urbanos a estes associados, com bairros operários a tornarem-se frequentes, levou a uma dualidade de consequências: o risco da sustentabilidade e do funcionamento das componentes ecológicas do território, com uma apropriação desmedida dos recursos naturais, e a qualidade de vida dos habitantes citadinos, principalmente os trabalhadores, com áreas habitacionais sem o saneamento e o espaço necessário para a quantidade de pessoas a albergar (Amado, 2009). São também criadas as cidades periféricas, pequenos núcleos habitacionais situados em redor das grandes cidades – Lisboa e Porto – de forma a acolher muitos dos trabalhadores. Neste paradigma, com grande incidência no decorrer da década de 30 em diante, a questão da qualidade de vida foi melhorada ligeiramente, enquanto os problemas ambientais era cada vez mais crescentes, com as áreas adjacentes aos rios Tejo e Douro a serem fortemente ocupadas. O caso do Barreiro e de Vila Nova de Gaia são exemplos disso (Amado, 2009), principalmente o da margem sul, se juntarmos à questão ambiental o paradigma de mudança urbanística, algo descontrolada e diferenciada, com os bairros clandestinos a surgirem com expressão. Assim começam a nascer as áreas metropolitanas, com as linhas ferroviárias e os transportes fluviais a permitirem esta expansão das periferias urbanas de Lisboa e Porto para áreas adjacentes.

Dado o conjunto de consequências – sociais, ambientais e urbanísticas – são fundadas uma série de regulamentações ligadas ao Ordenamento do Território depois da revolução de 1974 (Magalhães,

2001). Era uma notória preocupação pela salvaguarda dos valores ecológicos, pela integração dos recursos naturais no desenvolvimento das urbes e, assim constituir um resultado baseado numa paisagem global, onde a natureza e o edificado funcionariam em simultâneo, sem se comprometerem nenhuma das partes. Aqui o nome de Gonçalo Ribeiro Telles surge com grande importância, arquiteto paisagista de grande influência no século XX, não só pelos seus fortes ideais em prol do papel da profissão, como das suas ligações ao contexto político. Como Secretário de Estado do Ambiente do Governo Provisório, procurou rapidamente a proposta de legislação de domínio de proteção de solos de uso agrícola, de relevo, de coberto vegetal e de áreas de conservação da natureza, de onde surgiu o Decreto-Lei nº 613/76, a base para a futura regulamentação da Reserva Ecológica Nacional (Magalhães, 2001). Contudo, estamos numa época de pós-regime, de rutura com muitas regras antes existentes e caracterizada por um grande crescimento do sector imobiliário, com grande incidência nas três décadas seguintes à revolução. A especulação e a questão financeira em torno do tecido urbano com função habitacional, como fonte de crescimento económico e nicho de mercado em franca prosperidade, para o país mas principalmente para as empresas do sector em questão, sobrepuseram-se quase sempre a esta série de pensamentos e objetivos de Ribeiro Telles, que viu muitas das suas propostas com grande demora no seu desenvolvimento como até na sua aplicação, o que demonstrou ser um segundo plano nas intenções dos responsáveis. Era um balanço muito díspar entre aquilo que gerava grandes receitas e aquilo que apenas, aos olhos dos decisores, traria resultados a longo prazo e sem qualquer retorno financeiro. Pela demora ou ausência de uma regulamentação forte e incisiva, permite a livre alteração de planos anteriores ou proliferação de tipologias arquitetónicas questionáveis, como bairros clandestinos, abundantes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (Amado, 2009). O crescimento das cidades para as suas margens, muitas vezes ultrapassando os seus limites e confundindo-se com as aglomerações urbanas das periferias também é um fenómeno urbano que teve a sua génese neste período, assim como o abandono dos centros históricos como locais de vivência e atividade, cenário que se assume como um dos problemas atuais dos núcleos urbanos do século XXI.

Contudo, a década de 80 traz novos instrumentos de gestão territorial, como o Plano Diretor Municipal, assim como a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional e os Planos Regionais de Ordenamento do Território, pela iniciativa de Ribeiro Telles como Ministro de Qualidade de Vida (Magalhães, 2001). É, sobretudo, tida como uma segunda tentativa, mas mais atualizada e fundamentada, daquilo que sempre foi o objetivo de Telles: a conformidade de todos os valores ecológicos na paisagem global, enaltecendo-os, salvaguardando-os e integrando-os com o tipo de transformações produzidas pelo Homem no território. Uma das razões para a uma maior preocupação e realização dos planos criados foi a obrigatoriedade da inclusão de Planos Diretores Municipais em todos os concelhos, para que Portugal pudesse entrar na C. E. E., em 1985. É de resto um dos primeiros passos numa perspetiva de poder melhorar o ordenamento e planeamento dos territórios municipais, mas sempre, com um foco de retorno financeiro por parte dos decisores e responsáveis, pois a adesão à Comunidade Europeia traria apoios comunitários. Contudo, em 1996 ainda 20 % dos 275 municípios portugueses não tinha um PDM executado ou aprovado, mesmo depois deste ter sido anunciado 14 anos antes, em 1982 (Amado, 2009).

Desde os anos 90 que tem sido feito um esforço contínuo para desenvolver uma boa base de planeamento, ao nível municipal e até regional (Magalhães, 2001). Nesta década foram constituídos, por exemplo, o Plano Municipal de Ordenamento do Território – englobando o PDM, o PU e os PP – e o Plano Estratégico da Cidade (Amado, 2009). No entanto, os anos 80 e 90 registaram um enorme crescimento no tecido habitacional das cidades, com muitas cidades de pequena e média dimensão a surgirem como polos de habitação, comércio e serviços de dimensões consideráveis; aliada aos seus antecedentes e à demora de um quadro estratégico e técnico integrado e incisivo nas questões do planeamento e do ordenamento, o crescimento urbano foi em muitos casos desmedido e incoerente. Os arquitetos paisagistas têm vindo a desempenhar um papel de maior importância no processo de planeamento desde o fim do século XX, nomeadamente no acompanhamento de projetos ligados a áreas de riscos, como orlas costeiras e zonas de cheia. Exemplo disso é o PDM de Lisboa de 1995, onde é proposta uma Estrutura Verde e uma Estrutura Ecológica à área em questão (Magalhães, 2001), figuras que devem acompanhar este tipo de estudos pela sua complexidade.

Atualmente, no século XXI, as cidades portuguesas na sua grande parte entraram num período de estagnação de crescimento, quer demográfico quer urbanístico. A atual conjuntura económica e financeira do país é um fator que vai intimidando novas construções nos perímetros urbanos e mesmo fora deles. Por outro lado, os terrenos destinados à construção e mesmo as obras que estão paradas – por falta de financiamento ou por insolvência das entidades responsáveis – remetem para um possível retorno de intenções de fazer crescer as cidades. Em muitas delas já com pouco espaço para crescer, são os terrenos contíguos, seja nas periferias em consolidação ou seja em terrenos não edificados, aqueles a que lhe estão sujeitos, podendo haver uma continuação deste grave processo que caracterizou o século XX. Por outro lado, já é notória alguma mudança de pensamento, onde nos casos de malhas urbanas consolidadas e a manter, e reabilitação é um caminho indicado, muito por influência de alguns programas de apoio monetário a privados, seja nas suas intervenções ou seja na aquisição das habitações. Contudo, o que importa salientar é este momento atual, de possível mudança de paradigma, numa perspetiva de sustentabilidade e com menos construção, em todo o país. Parece ser um momento chave para a Arquitetura Paisagista como profissão e como guia desse pensamento, podendo e devendo fazer parte do conjunto de planeadores e decisores do futuro das cidades, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Em suma, um excerto de Gordon Cullen, na 2ª edição da sua obra *Paisagem Urbana*, em 1971, parece exprimir um sentimento reflexivo daquilo que tem sido o processo evolutivo das cidades, não só em Portugal como numa escala mundial nas últimas décadas:

“O homem é colocado perante o ambiente. Pode achá-lo bizarro, chocante, anódino ou simplesmente feio, (...) O problema não é novo; mas será que os seus efeitos não estão a pesar demasiado sobre a actual geração? Parece que sim. (...) O ritmo a que se processam hoje as mudanças impede os urbanistas de assentar e aprender empiricamente a humanizar a matéria em bruto que se lhes depara.” (p. 15)

3. CASO DE ESTUDO – TORRES VEDRAS

3.1. CARACTERIZAÇÃO DE TORRES VEDRAS

Torres Vedras é um concelho de Estremadura portuguesa, na designada costa Oeste ou Litoral Oeste, limitado pelo Oceano Atlântico (Oeste), pelo concelho da Lourinhã (Norte), pelo concelho do Cadaval (Nordeste), pelo concelho de Alenquer (Este), pelo concelho do Sobral de Monte Agraço (Sudeste) e pelo concelho de Mafra (Sul) (Figura 1).

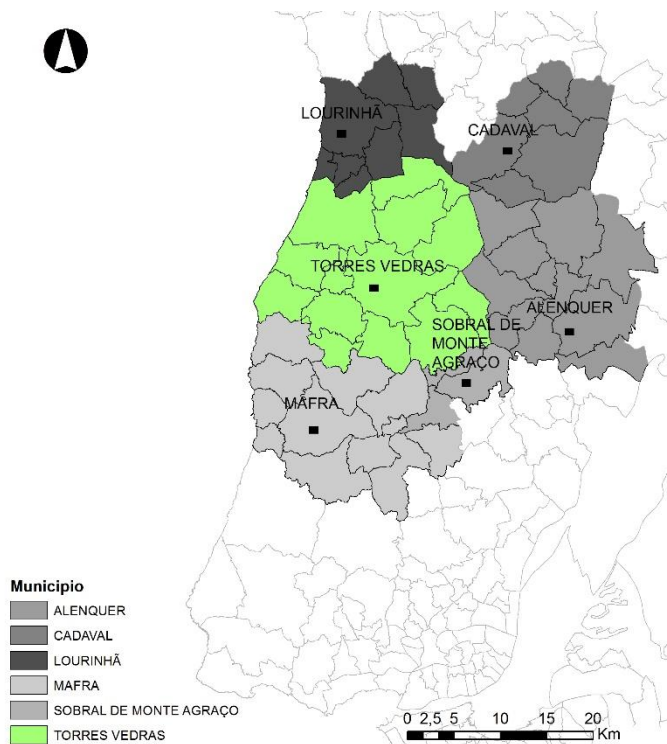


Figura 1 – Relação do concelho de Torres Vedras com os concelhos vizinhos. (CAOP 2013)

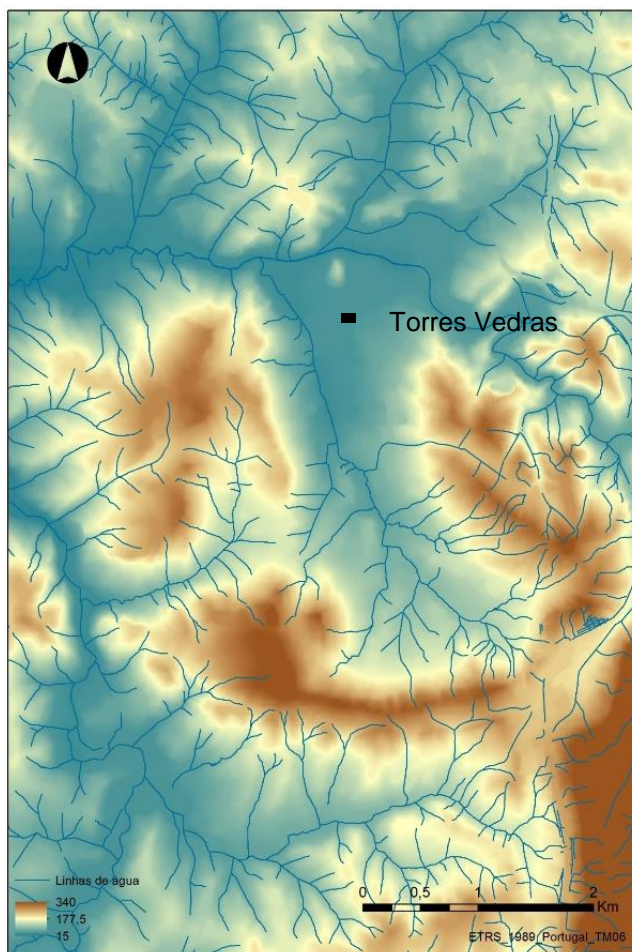
Atualmente, o concelho é constituído por 13 freguesias: A dos Cunhados e Maceira, Campelos e Outeiro da Cabeça, Carvoeira e S. Domingos de Carmões, Dois Portos e Runa, Freiria, Maxial e Monte Redondo, Ponte do Rol, Ramalhal, S. Pedro da Cadeira, agregação de S. Pedro e Santiago, Santa Maria e São Miguel e Matacães, Silveira, Turcifal e Ventosa. Na altura da contabilização dos dados do INE, as freguesias ainda eram 20, mas em 2012-2013 algumas delas foram agregadas entre si, como descrito acima, passando a um total de 13, ao abrigo da Lei nº 11-A/2013, em Diário de República.

Segundo os dados do INE e da Câmara Municipal, em 2011 (Anexo 2, Quadro 2; Anexo 2, Figura 2,), data do último estudo na área, o município de Torres Vedras contabiliza um total de 79 465 habitantes, com uma densidade populacional de 195 habitantes por quilómetro quadrado de área territorial. Nesta data, as freguesias ainda eram 20, antes da sua reestruturação. Se compararmos os números do mesmo estudo referente a 1991, verificamos que o concelho cresceu 15 % em densidade populacional nos últimos 20 anos. As freguesias urbanas (principalmente Santa Maria e S. Miguel) a par das freguesias da Silveira, Ponte de Rol e A-dos-Cunhados foram as que mais cresceram; estes números podem ser

justificados pela natural fixação da população na cidade (provenientes de outras principalmente, como Lisboa) e perto da praia de Santa Cruz, pertencente a Silveira. É, portanto, Torres Vedras um exemplo exímio do êxodo rural e da descentralização da população, se considerarmos o caso de estudo como periferia de Lisboa, por muitos assim considerado, apesar dos cerca de 50 quilómetros que distam a capital portuguesa.

3.1.1. RELEVO E ENQUADRAMENTO FISIAGRÁFICO

A cidade fica situada numa zona maioritariamente plana, num vale aberto, em função da sua proximidade ao Rio Sizandro e ao seu afluente Ribeira de Alpilhão, principalmente. É rodeada de vários montes e pequenas serras, com elevações que em poucos pontos ultrapassam os 200 metros de altitude. As exceções são mesmo a Serra do Socorro e a de Montejunto, na periferia do concelho, com 217 e 665 metros, respetivamente (Pinto, 2005). Algumas delas áreas protegidas por lei, sendo um exemplo disso mesmo a união da Serra da Archeira e a Serra do Socorro, que recentemente, em 2014, assim criaram a Área de Paisagem Protegida do Socorro e Archeira, ao abrigo do Decreto-lei nº 142/2008, de 24 de Julho. Contém 1223 hectares de área e estende-se por algumas freguesias do município, limitada a sul pelo concelho vizinho de Mafra.



É gerado e apresentado um modelo digital do terreno (Figura 3), onde é feita uma relação do vale onde se encaixa a cidade com os terrenos circundantes. É enaltecida a envolvimento do vale aberto, com o morro onde se situa o castelo, pela linha de fecho a sul, onde estão localizadas os núcleos habitacionais de Serra da Vila, Catefica e Turcifal.

Figura 3 – Modelo digital do terreno. (Autor, 2015)

3.1.2. GEOLOGIA

A interpretação da geologia do caso de estudo (Figura 4) é a chave do entendimento daquilo que se passa no perímetro urbano da cidade e mesmo no concelho. No entanto, Ricardo Santos Pinto começa por relatar a matriz e a diversidade geológica da região, na obra *Torres Vedras, Na esteira do passado...* :

“Em termos geológicos, o concelho de Torres Vedras situa-se na orla meso-cenozóica ocidental, pertencente à Era Secundária e Terciária, orla essa que se prolonga desde Espinho, próximo da cidade do Porto. Uma formação marcada pela diversidade litológica, morfológica, estrutural e paleontológica.”
(p. 8)



Figura 4 – Excerto da folha 30-C da Carta Geológica de Portugal. (SGP, 1954)

É perceptível a predominância de formações datadas do Jurássico em torno da cidade de Torres Vedras, que variam entre grés e argilas, com formações de calcários e margas e depósitos de areia dispostos à medida que o Sizandro se estende até à foz, ou mesmo o grés de Torres Vedras, datado do Cretácico, com uma faixa de grande expressão a norte da cidade (D’Almeida & Zbyszewski, 1955). No entanto, o que importa salientar, é, sem dúvida, a larga formação de aluvião que percorre as margens do Sizandro e atravessa a malha urbana na sua maior parte, incidindo em grande parte do perímetro urbano. Fica claro que a cidade está implementada sobre uma classe geológica bastante delicada para esse fim. Por exemplo, o facto do morro do castelo estar no ponto mais alto, assim como os terrenos que circundam o vale aberto que hoje conhecemos como terreno urbano, revela a preocupação desde os tempos mais antigos de respeitar a qualidade do solo com a cota mais baixa para a produção e para o pastoreio como principais usos do mesmo.

3.1.3. USO DO SOLO

No âmbito concelhio, o uso do solo é composto basicamente por um conjunto agroflorestal, pontuado por áreas artificializadas dominadas pelos núcleos urbanos resultantes de vilas e aldeias, além da cidade. Há um notório domínio de zonas florestais a norte e de áreas agrícolas a sul da cidade. As florestas são maioritariamente de resinosas e folhosas de grande densidade, em comparação por exemplo a florestas abertas ou de porte mais arbustivo, enquanto a sul dominam as culturas agrícolas permanentes, como grande peso nas vinhas e alguns pomares.

3.1.4. MOBILIDADE

A região torriense contém, de uma forma óbvia e necessária face à sua situação geográfica, uma variada rede de transportes públicos, entre comboio, autocarro (expresso, interurbano e urbano) e bicicleta.

O comboio foi, desde o fim do século XIX (em 1886 é inaugurada a linha de caminho de ferro), o pioneiro no que diz respeito a transportes públicos da cidade para outros locais. A ligação entre Torres Vedras e Lisboa é quase intemporal, como é relatado nos vários momentos da sua história, mas com o comboio essa união é reforçada, sobretudo pela acessibilidade pública, com conforto e rapidez. Com o passar dos anos (dos séculos, bem dizendo) o *modus vivendi* da população foi se moldando às suas necessidades e possibilidades, mas ainda hoje o comboio interurbano é um transporte público de referência em território português, e Torres Vedras não é exceção, permitindo a fácil acessibilidade tanto para a capital como para outros pontos, nomeadamente no litoral oeste.

O autocarro é, sem dúvida, o transporte público de eleição na cidade e na região. Assim como o comboio, o autocarro de serviço expresso é diariamente preenchido com utentes que se deslocam, principalmente, para Lisboa. Atualmente, face à ligação forte das duas cidades, uma parte significativa da população torriense desloca-se diariamente para Lisboa; estudantes e trabalhadores fazem parte deste público, contando com uma boa oferta de horários (dividida entre dois trajetos, para Sete Rios e para o Campo Grande) e com o rápido acesso pela A8.

O autocarro de serviço interurbano contabiliza com o maior número de viaturas e percursos e, conseqüentemente, mais público. Serve todo o concelho e ainda outras localidades a si periféricas, como Peniche e Ericeira. Nesta rede, as linhas (três atualmente) que ligam a cidade à Praia de Santa Cruz é a que move mais gente, não só no verão (onde costuma ter um reforço de horários) como em todo o ano, onde trabalhadores e estudantes se deslocam até à cidade todos os dias.

Numa escala mais pequena, para uma mobilidade dentro da cidade apenas, há um serviço de autocarro urbanos designados de TUT (Transportes Urbanos de Torres). Este serviço de mobilidade urbana tem tido uma boa recetividade por parte da população. É certo que acrescentou mais comodidade à população que assim pode deslocar-se dentro da área urbana a um preço acessível e com horários frequentes. Recentemente, em 2014, os trajetos, divididos entre as linhas vermelha, azul, verde e amarela, foram redefinidos em consequência da realocação do terminal rodoviário; passando sempre

em pontos estratégicos para a população, como locais de serviços, comércio e zonas habitacionais, as linhas têm percursos de ida e volta ao terminal.

Desde 2013 e também dentro da cidade, mas em moldes diferentes, há outro tipo de transporte público: as Agostinhas (Anexo 2, Figura 5). Este serviço de mobilidade autónoma consiste no aluguer de bicicletas públicas urbanas, divididas entre 14 parqueamentos (*bikestations*) distribuídos pela cidade; são, ao todo, 30 bicicletas elétricas e 260 convencionais, ao alcance de qualquer um, com a obrigatoriedade da entrega das bicicletas em qualquer uma das *bikestation* espalhadas pela zona urbana. Esta inovação remete para um objetivo de educação cultural, direcionado para as preocupações ambientais e implementação de princípios de sustentabilidade, tendo até meados de 2015 evitado cerca de 14 toneladas de emissões de dióxido de carbono (CMTV, 2015). O sucesso na sua criação e, principalmente, na forte adesão dos utentes já valeram a este projeto alguns prémios de índole ambiental e de sustentabilidade, sendo o último, até agora, o prestigiante *Energy Globe Award Portugal*, visto como o prémio ambiental mais importante a nível mundial, que distingue projetos nesta vanguarda.

Estes dois serviços de transporte urbano acabam por ter um carácter inovador (principalmente as “Agostinhas”) e por permitirem uma mobilidade variada, cómoda, rápida e saudável dentro da malha urbana.

Como possível complemento a este tipo de transporte, o município oferece uma ecopista e duas ciclovias como percursos de conhecimento, descoberta e lazer. A Ecopista do Sizandro é a mais longa e abrangente, com 34 quilómetros no total e tem como objetivo permitir uma deslocação desde a cidade até as praias, fazendo o percurso Torres Vedras, Foz do Sizandro (perto da Praia Azul), Santa Cruz e Porto Novo, a praia mais a norte do concelho junto à foz do Alcabrichel. A Ciclovía Porto Novo – Santa Cruz, com apenas 5 quilómetros de dimensão e com um grau de dificuldade baixo, liga os dois pontos de maior interesse no litoral torriense (CMTV, 2015). Por fim, a Ciclovía do Barro (Anexo 2, Figura 6), de todas a única de carácter urbano (está inserida no Plano de Mobilidade de Torres Vedras) inicia-se precisamente no Barro, localidade na periferia sul da cidade e percorre estrategicamente terrenos mais planos da mesma, ao longo da Ribeira de Alpilhão em grande parte, passando pelo Parque Verde da Várzea e terminando no complexo de exposições, o que atualmente é vantajoso pela recente relocalização do terminal rodoviário para esta zona a norte da malha urbana. Tem pouco mais de 3 quilómetros de distância e na sua maioria é assinalada apenas por placas informativas (Anexo 2, Figura 7), descartando o carácter mais rígido de uma faixa de rodagem em concreto. Liga-se à Ecopista do Sizandro perto da sua extremidade norte e tem como intenção futura, pela entidade municipal, um troço de ligação ao Parque do Choupal.

3.1.5. PATRIMÓNIO

No concelho, vários são os elementos de património construído ainda resistentes aos dias de hoje. Segundo a Direção Geral de Património Cultural, são 30 os elementos de património imóvel classificado, englobando arquitetónicos e arqueológicos, sendo 9 distinguidos pela categoria máxima de monumento nacional. Desse número contabilizam-se os trechos românicos da igreja de Santa Maria, o aqueduto, a

igreja de S. Pedro, o Chafariz dos Canos, localizados na cidade e no centro histórico – à exceção do aqueduto, embora se saiba a sua existência na ligação ao chafariz nos tempos antigos e, no restante concelho, o Castro do Zambujal, o Mosteiro do Varatojo, a gruta calcolítica da Ermejeira, a Ermida de Nossa Senhora do Ameal e um monumento funerário eneolítico, no Barro (Anexo 2, Figura 8). Por razões óbvias, o centro histórico urbano da cidade é a zona que comporta mais elementos de património imóvel, nomeadamente de índole religiosa; as igrejas matrizes e outras existentes, como a da Misericórdia ou a do Convento da Graça, embora já fora do limite, contribuem para a forte linguagem cristã torriense.

3.2. TORRES VEDRAS – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E EXPANSÃO URBANA

“As terras são o que se faz por elas, mas o que foram imprime-lhes o carácter em que se desenvolvem.”
– Manuel Clemente, *Torres Vedras e seu termo no primeiro quartel do século XIV* (prefácio)

3.2.1. FUNDAÇÃO DO LUGAR – DO CASTRO DO ZAMBUJAL AOS MUÇULMANOS

Para falar da génese do Lugar de Torres Vedras, é necessário recuar, ainda que brevemente, ao Calcólítico Estremenho, Idade do Cobre (2500 - 1700 a.C.), e fazer um enquadramento mais geral. Os povoados fortificados eram, nesta época, recorrentes no que diz respeito à fixação de população, e é no Castro do Zambujal que residem os factos concretos da primeira povoação nesta região; há até quem diga ser o edifício mais antigo de toda a Europa (Saraiva, 2009). O castro, ainda em ruínas, situa-se a cerca de três quilómetros a poente da cidade (Anexo 3, Figura 9). A sua localização assume uma preocupação militar, sendo a primeira estrutura fortificada e muralhada da história torriense (Anexo 3, Figura 10), testemunhando preocupações defensivas em virtude de ter havido aqui uma significativa atividade comercial ligada principalmente à metalurgia. Tratava-se de um povoado autossustentável, graças à referida comercialização de metais produzidos, assim como de produtos extraídos da criação de gado e alguma produção agrícola. Apesar de se encontrar fora daquele que hoje é, e que sempre foi, o perímetro de Torres Vedras enquanto povoação, vila e cidade, o Castro do Zambujal adquire, em estudos ou relatos ligados à história torriense (Silva, 2008; Baptista, 2013), o título de primeira povoação da região. Hoje encontra-se totalmente em ruínas (Figuras 11).



Figuras 11 – Diferentes vistas no interior do castro, em ruínas. (Autor, 2014)

A população começou a mover-se para uma zona de vale, com terrenos mais férteis, com maior aptidão à agricultura e maior proximidade ao rio. Embora haja escassez de factos que o comprovem, estima-se que houve uma mudança, ou por sua vez, uma união dos povos do Castro do Zambujal e do Vale de S. Gião, para esta área de vale (Vieira, 2011). O rio Sizandro nesta época era navegável até à cota dos 25 metros, em maré cheia. Porém, com o passar dos séculos e com a evolução urbana da vila, vários documentos comprovam que houve demasiados aterros, para a construção de edifícios e outras obras públicas, o que foi resultando em cheias, a mais recente e com alguma gravidade, ocorrida em 1983, como veremos mais à frente neste trabalho.

Com falta de alusão a outros povos, como celtas por exemplo, várias são as referências que nos remetem para admitir que a ocupação romana foi a responsável pela fundação do Lugar que aqui é objeto de estudo, aliás como refere Júlio Vieira, em 1926, na sua obra *Torres Vedras, Antiga e Moderna*:

"No que, porém, todos os autores estão concordes é em afirmarem que a origem de Torres Vedras é tão antiga que remonta ao tempo dos romanos." (p. 20)

A tribo Galéria, dos tempos romanos e grande colonizadora na antiga Lusitânia, começou por ocupar a Estremadura no início do século III a.C., trazendo com o seu povo novos costumes e novos hábitos de vida. Mais conforto, mais luxo, melhor localização, associados às condições de topografia (plana e regular) e hidrografia, eram princípios básicos e praticamente unânimes nas preferências do povo romano. No caso de Torres Vedras, as prováveis razões da escolha do início da implantação da vila terão sido estas, em detrimento do já ocupado Castro do Zambujal. Num território plano, com cotas mais baixas e envolvido pelo Rio Sizandro e pela Ribeira de Alpilhão, era possível aumentar a produção agrícola e animal, tirar partido, em termos logísticos, da estrada mais próxima que ligava Lisboa, a Óbidos e Coimbra, e com isso facilitar as trocas comerciais e, sobretudo, criar uma cidade romana, de pequena ou média dimensão, com possibilidade de implantação de uma rede ortogonal, definida pelo *cardus* e *decumanos*. A ocupação de Torres Vedras iniciou-se em 137 a.C., correspondendo ao plano de expansão e domínio do município de *Felicitas Iulia Olisipo* e a sua influência fez-se sentir, com um conjunto numeroso de romanos a ocuparem este local, oriundos do município colonizador (Silva, 2008), assim como as fortes ligações administrativas e económicas com o mesmo. Muitos burgueses viviam nas *villae*, localizadas nos antigos castros e zonas mais altas, hoje denominadas quintas. Deduz-se que a *villa* de S. Gião tenha sido um exemplo, junto à localidade de Fonte Grada (Silva, 2008). Esta crescente junção de indígenas com colonizadores (itálicos e béticos, principalmente) caracterizou a estrutura social da época, como nos é comprovado por inscrições itálicas na ermida de S. Julião e numa *villa*, já provavelmente desaparecida, em Dois Portos. Contudo, a fixação de população no território torriense concentrou-se, numa fase inicial, no *oppidum*, atual morro do castelo, provavelmente para deixar as terras baixas para campos de cultivo e consequente implementação e expansão urbana; haviam então estabelecido uma atalaia com a presença de duas cisternas, ainda hoje visíveis na vertente norte do morro (Baptista, 2013, por Cardoso e Luna, 2009).

Indubitavelmente, e altamente marcante naquilo que vem a ser a história da expansão da vila e consequente cidade (fundada a 3 de fevereiro de 1979) são os dois eixos viários por eles traçados e designados de *Cardus* (Figuras 12 e 13) e *Decumanus* (Figuras 14 e 15), a fundação de uma estrutura viária e de um núcleo urbano, no terreno plano situado a sul do morro. Como explicam claramente Cardoso e Luna (2013), também destacado na dissertação de A. D. Baptista (2013), "*ainda hoje, no centro histórico, é claramente perceptível a malha reticular e as duas vias, sensivelmente perpendiculares e alinhadas pelos pontos cardeais, que constituem os seus elementos estruturantes: a actual rua dos Cavaleiros da Espora Dourada, antiga Rua dos Mercadores (Cardus), que ligava o castelo à Porta da Várzea; e a Rua da Corredoura (Decumanus) que, passando pelo largo do castelo, ligava a zona poente da muralha à Porta da Corredoura e à estrada para Ierabriga e Olisipo.*".



Figura 12 - Perspetiva do *Cardus* de sul para norte. (Autor, 2015)



Figura 13 - Perspetiva do *Cardus* de norte para sul. (Autor, 2015)

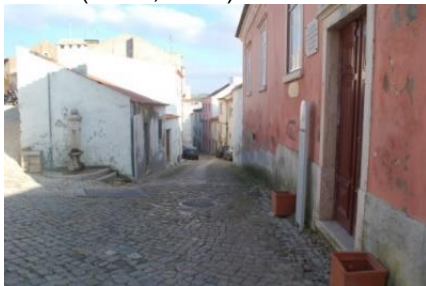


Figura 14 - Perspetiva do *Decumanus* para nascente, atual Rua Cap. Luís Bôto Pimentel (Autor, 2015)



Figura 15 - Continuação do *Decumanus*, antiga Rua da Corredoura. (Autor, 2014)

Percebendo geograficamente o cruzamento dos dois eixos (Figura 16), depreende-se que ali se encontra uma pequena praça, onde já foi o Paço Régio, e não um grande fórum como era característico do urbanismo romano, devido à escala e importância do núcleo urbano. Reforçando a importância desta fundação urbanista no território, os elementos descobertos nas escavações no centro histórico torriense traduzem uma crescente ocupação e povoamento da zona baixa, provavelmente por famílias nobres e abastadas, com as suas propriedades agrícolas, já que as moedas e outros elementos testemunhais, como placas funerárias (Anexo 3, Figura 17) ou peças de cerâmica aí se encontravam soterrados; alguns destes elementos resultantes das escavações sugerem a presença, embora escassa, de povos noutros locais periféricos ao local, como a quintas de S. Gião, Portuqueira ou Juncal, por exemplo (Mantas, 1982). Daqui se percebe que os eixos romanos foram introduzindo uma lógica de uma ocupação e expansão urbana, que se vai prolongar pelo resto da história, indo contra a falsa teoria de assumir o *oppidum* (atual castelo) como polo central do urbanismo local e de que o crescimento e

expansão urbana terá sido em torno do seu morro. Em relação à toponímia do local, vários autores defendem as suas teses, que indicam para *Arandis* ou *Chretina* (mais credível, pela fundamentação de Ptolomeu) (Silva, 2008), mas provavelmente terá sido *Turres Veteras* a origem do nome hoje conhecido; no entanto, é um ponto por investigar que permanece sob mistério e desconhecimento.

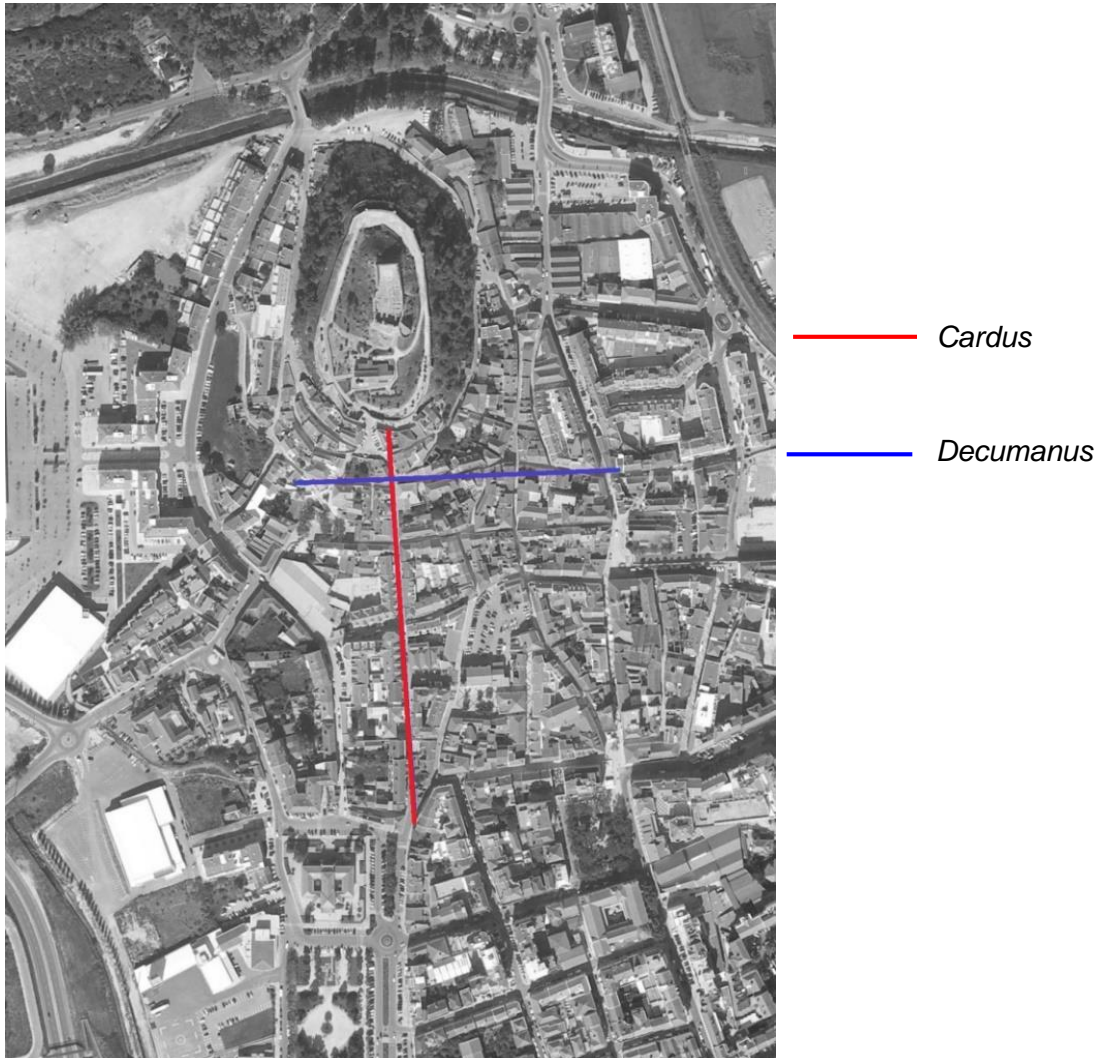


Figura 16 - Eixos romanos demarcados sobre a vista aérea da atual cidade. (CMTV, 2010)

Com o passar dos tempos, já a partir século III (Baptista, 2013) a designada *Crise do Império* marca o início da decadência do mesmo na Península Ibérica. A decrescente colonização levou a uma inflação do preço dos escravos, por serem cada vez mais escassos, o que por sua vez foi ditando uma enorme redução do poder de compra da nobreza. Em factos urbanísticos, o aparecimento e crescimento de propriedades rurais fora do núcleo foi uma realidade, para tentar garantir mais fontes de subsistência; o urbanismo ortogonal não teve propriamente um processo de continuação e a construção de propriedades extra muros assumiu um ritmo desorganizado e individual. Com isto, o Império, em profunda decadência, perde a posse da Península Ibérica para os muçulmanos em 711, que encontram um território em degradação (Baptista, 2013).

Pelas suas diferentes origens e culturas, os muçulmanos implantaram um urbanismo díspar em relação aos seus antepassados. As técnicas construtivas e a forma de resolver questões como o saneamento, por exemplo, foram adotadas em virtude do que os romanos haviam feito (que para muitos foram os pioneiros da engenharia e construção, como os arcos e as abóbadas são grandes exemplos), mas no urbanismo houve uma gradual aproximação e ocupação de terrenos mais declivosos, que outrora tinham servido de fortificações e povoamentos mais primitivos, em detrimento de zonas planas e ortogonais. Com isto, as construções, maioria delas habitacionais, adquiriram um carácter de adaptação ao relevo, o que resultou em cidades tortuosas ou mesmo labirínticas, sem planeamento, onde a casa significa muito mais do que a rua, contrariando vincadamente a ortogonalidade e valorização de edifícios públicos defendida pelos romanos (Goitia, 2010). As muralhas foram reforçadas, ou reconstruídas nalguns casos, pois, tanto em termos defensivos como administrativos, seria o elemento referencial de garantia de permanência do povoado, enquanto as zonas mais planas, maioritariamente situadas fora de muros foram praticamente abandonadas ou destinadas a cultivo de culturas agrícolas. A atalaia romana deu lugar à alcáçova, símbolo de poder administrativo e refúgio em caso de batalha. Esta tendência explica o desaparecimento de urbes romanas de carácter completamente plano, como são os casos de *Conimbriga* (Coimbra) ou *Eburobrittium* (Óbidos) (Baptista, 2013). No entanto, o estereótipo de cidades islâmicas na Península Ibérica tem os seus maiores exemplos em Espanha, principalmente na Andaluzia, como Málaga ou Córdoba.

No caso de Torres Vedras, assim como todo o litoral centro do país permanecem poucos vestígios desta época; factos concretos só mesmo a arqueologia, a toponímia e alguns textos cristãos que falam, mencionam ou reportam a passagem e a ocupação dos islâmicos pela região (Silva, 2008), embora tenham por aqui ficado cerca de oito ou nove séculos. Salienta-se o facto de os árabes terem chegado a uma região que já era significativamente povoada e habitada. Em suma, os árabes transformaram-na num território rural, com intensas explorações agrícolas, em povoados mais pontuados e dispersos; em espaços mais desabitados compunham-se matos e florestas. Havendo uma preferência por zonas declivosas, é praticamente inegável que tenha havido uma fortificação islâmica no morro do antigo *oppidum* romano, que era designado por *hisn*. Por razões defensivas, principalmente, a dita fortificação, no atual morro do castelo, assumiu a centralidade do povoado; os romanos também lhe deram uma grande importância, mas contudo já haviam projetado uma expansão urbana, algo simétrica e organizada para a zona sul, mais plana, o que foi totalmente ignorada pelos muçulmanos. Então o *hisn* era composto por uma alcáçova, construção de cariz militar sobretudo para refúgio em caso de sobrevivência, e, possivelmente, por uma mesquita onde hoje é a Igreja matriz de Santa Maria, embora seja uma mera possibilidade e não hajam provas concretas disso. Ali se instalaram as personagens religiosas e os administrativos da região (Cardoso & Luna, 2009), onde se fazia o mercado de produtos do campo e, também, se rezava (Silva, 2008). As duas cisternas já existentes também devem ter sido aproveitadas, sendo uma estrutura importante de subsistência e qualidade de vida. Na zona baixa, a sul, a ocupação, mais dispersa e desconcentrada mas com um culto de autossubsistência, resultou naquilo que se designa de *qarya* (aldeia). Ao contrário dos romanos, que pretendiam virar a povoação "além dos seus limites" (intenção de expansão e interligação com vias de comunicação a outros povoados), os islâmicos fizeram praticamente o oposto: instalaram-se, aproveitaram os recursos

naturais e as técnicas construtivas do povo anterior e muralharam a aldeia, pelo que passaram a ser um povo autossuficiente, mas sem interesse por progredir em termos urbanísticos e administrativos. Isto reflete, embora em escalas diferentes, a preferência dos muçulmanos, quase como regra geral, pela habitação em detrimento da rua, pelo interior e próprio do que pelo que é exterior e comum. É, portanto, possível que tenham existido duas muralhas, uma a envolver o morro e outra a envolver a aldeia (esta apenas por suposição), tendência que iria subsistir ao longo dos tempos, embora não se saiba a origem das mesmas, pois já nos tempos romanos existira algo do mesmo género, certamente. Quanto aos vestígios encontrados, contam-se peças cerâmicas e um túmulo de pedra; na zona baixa, também a norte da Igreja de Santiago foram encontrados sinais de ocupação islâmica (Cardoso & Luna, 2009).

3.2.2. SÉCULO XII A XIV - DA RECONQUISTA CRISTÃ AO PRIMEIRO FORAL E À CONSOLIDAÇÃO MEDIEVAL

Em 1143, dá-se o início daquilo que viria a ser o país que hoje conhecemos por Portugal. Através da conquista do Condado Portucalense, associando Guimarães como "cidade berço", Afonso Henriques é proclamado Rei e tem como principal, e natural, objetivo a conquista de território, acompanhado de exércitos de cruzados, guerreiros da corte. Assim se dá não só o início da monarquia portuguesa, com a fundação do país, como a conquista e expansão do território, mas também o regresso do domínio cristão; por essa razão, se chama a esta época, Reconquista Cristã.

A progressão desta reconquista dá-se essencialmente para sul e em 1147 são conquistadas Lisboa e Santarém aos mouros, ficando grande parte da Estremadura já dominada. Sabe-se que Torres Vedras foi conquistada entre os anos de 1147 ou 1148 (logo após Lisboa) e 1155, mas carece de uma data precisa; alguns autores defendem a sua demorada e sangrenta conquista (Vieira, 2011), mas o certo é que não há registo disso e as fontes e crónicas da época parecem contrariar essa afirmação, referindo a tomada de posse do local de modo pacífico e com tratado de rendição (Silva, 2008). Esta entrega de livre vontade ajuda a explicar a permanência de população, assim como de construções, traçados urbanos e adoção de toponímias, como Alpilhão e Alcabrichel, por exemplo.

A nível nacional, o sul do país apresentava um povoamento mais denso e organizado do que o norte, traduzindo o legado islâmico e os índices de ocupação dos mesmos em território ibérico. Nos dias de hoje, se analisarmos rapidamente, percebemos que no sul do país residem mais vestígios e testemunhos muçulmanos ainda hoje existentes, desde toponímias a elementos edificados ou apenas parte deles; no norte do país, o legado histórico é mais tardio, partindo da Idade Média até à Contemporânea, com elementos de estilos como românico ou gótico, como o Mosteiro da Batalha é exemplo.

Em Torres Vedras, a realidade que D. Afonso Henriques terá encontrado terá sido a de uma povoação em mudança, de um edificado algo desconcentrado e um urbanismo que variava entre o romano e o árabe; em suma, um paradigma entre a linearização romana, pelos seus eixos, e a ocupação árabe no

morro. A arquitetura, com a sua linguagem e função religiosas naturalmente, assume-se como ferramenta de um ciclo de mudança de culturas, hábitos e vida em território torriense. Assim começa a surgir a igreja como edifício de destaque, sendo a Igreja de Santa Maria (Anexo 3, Figura 18) a primeira a surgir logo após a reconquista do território e, de seguida, as três restantes (S. Pedro, S. Miguel e Santiago), pois no século XIII já existiam as quatro igrejas matrizes e respetivas colegiadas (Clemente, 2004). Seguindo o traçado romano, algo inabalável ao longo dos tempos, e reconstruindo algumas das construções que os islâmicos teriam deixado, começa a formar-se uma vila medieval e cristã, com uma forte conotação religiosa e social. Aqui começa, também, a revelar-se a importância do espaço público como referência na via coletiva. (Baptista, 2013).

A partir daqui, Torres Vedras tende a procurar expandir o seu termo, entregue ao alcaide ao serviço do Rei, mas alguns contratemplos militares e de saúde pública vieram dificultar e contrariar esse objetivo. Por outro lado há, até, a referência à resistência de uma investida dos mouros à vila, em 1184, ao qual não tiveram sucesso graças à população torriense e aos meios de defesa que já aqui existiam (Vieira, 2011). O clero também tinha algum património religioso na região, onde é referida a canónica de Santa Cruz do Coimbra como primeira entidade de ocupação religiosa, nomeadamente no sítio que hoje conhecemos por Barro, a sul da atual cidade (Silva, 2008).

A primeira referência à organização municipal de Torres Vedras é atribuída ao reinado de D. Sancho, através de uma carta onde visa as diferenças de poder e administração entre alcaides e moradores, principalmente (Silva, 2008). No entanto, o crescimento da vida pública, através da componente religiosa e da forte produção agrícola e consequentes trocas comerciais, pois Torres Vedras assumiu-se desde aqui como um importante polo de abastecimento à região de Lisboa, levou D. Afonso III, em 1250, a atribuir-lhe a Carta de Foral. Foi o reconhecimento da relevância que a vila já adquiria, em termos sociais, económicos e de produção (Silva, 2008). A Praça dos Viveres e a Rua dos Mercadores, hoje Rua dos Cavaleiros da Espora Dourada e identificada como *cardus* romano, eram os principais polos de dinamismo comercial, e em 1293. D. Dinis concede a Carta de Feira à vila (Silva, 2008). Por outro lado, esta crescente atividade comercial veio trazer um número significativo de judeus onde terá havido uma sinagoga na Rua da Judiaria, atual Rua dos Celeiros de Santa Maria (Baptista, 2013).

Assim, nos meados do século XIII, já existiam as quatro igrejas matrizes já mencionadas; é praticamente seguro dizer isto, pois em 1225 é feita a mais antiga referência à Igreja de Santiago, (Baptista, 2013) que se julga ter sido a mais tardia das quatro, na sua construção. Apesar de terem começado como edifícios mais modestos que depois foram sendo expandidos e melhorados ao longo da cronologia torriense, já nesta época se instalaram como símbolo de poder do clero e elementos marcantes e estratégicos no planeamento urbano, pela divisão do termo, provavelmente a partir da Carta de Foral, e assim permaneceram como as quatro freguesias até ao século XIX, apesar da Igreja de S. Miguel se encontrar fora dos muros da vila (Silva, 2008).

Esta mistura de uma vida social que compreendia os hábitos religiosos e as práticas comerciais veio, seguramente, dar mais dinamismo e ocupação à zona baixa da cidade, consolidando-a com a zona mais alta e perseguindo a intenção dos romanos aquando da fundação dos eixos viários como “espinha

dorsal” do urbanismo torriense, tal como retratam Guilherme Cardoso e Isabel Luna, em 2009, na sua obra *Porta da Corredoura – Resultados de trabalhos arqueológicos*, dizendo:

“A povoação estruturar-se-ia, assim, no sopé e a meia encosta do morro do castelo, espraiando-se para a zona de várzea a Sudeste – de forma a evitar as zonas mais inundáveis – acabando por se unir ao núcleo defensivo, pela sua expansão até à zona fronteira ao troço sul da muralha do castelo.” (p. 20)

Nessa zona mais alta, existira já por esta altura, e talvez até antes (iniciando-se a sua construção na tomada de posse pelos cristãos, possivelmente), o castelo da vila. Edifício bastante simbólico de época medieval, de carácter militar e de poder administrativo, surgiu na sequência da necessidade de defesa do território, tal como já tinham feito os povos antepassados. Ali habitaria o alcaide, símbolo do reino, que era nomeado pelo rei para governar e administrar o território no tempo em que este não estava presente.

No entanto, a primeira descrição, tanto do castelo como da própria vila, data do início do século XV pelo cronista Fernão Lopes, reproduzida por Ana Maria Rodrigues na sua obra “Espaços, Gente e Sociedade no Oeste – Estudos sobre Torres Vedras Medieval”, em 1996, que relatou o estado da mesma aquando da imposição de João I, Mestre de Avis, em estabelecer-lhe um cerco, em 1384. Esse cerco, de cariz militar, traduzir-se-ia numa muralha, necessária às contantes fragilidades do povo na proteção da vila (Cardoso & Luna, 2009). Esta crónica traz bastante discórdia entre os historiadores e as várias teses defendidas, principalmente antes desta época e no que diz respeito à muralha da vila e à própria ocupação dos povos na urbe. Um exemplo disso é “*e amtre a villa e o castello moravom tam poucos, de quem nom he fazer comta*” (Lopes, in Rodrigues, 1996) que contrasta com a descrição anterior de Isabel Luna e Guilherme Cardoso. Outro exemplo é que não se sabe se a citação “*a villa tem a sua çerca arredor do monte, e na mayor alteza delle esta o castello*” (Lopes, in Rodrigues, 1996) fala de uma muralha em torno do monte do castelo ou mesmo de toda a vila, levantando a questão se já havia uma vila consolidada na zona baixa do território e se a tal muralha terá sido a superior ou a inferior. No entanto, seguindo dados arqueológicos de ocupação e de urbanização, acredita-se que na zona alta, na fortaleza que compreendia o castelo e a Igreja de Santa Maria, estariam instalados os militares, a administração local e o clero; na zona baixa, a sul e nascente do morro, o povo, onde estariam as duas igrejas de S. Pedro e Santiago (Baptista, 2013). Assume-se então, por várias fontes, textos ou tentativas de recriar a muralha e a vila, como era na época, que a mesma circundava toda a vila, ou seja, na zona baixa. Um destes estudos foi Manuel Clemente, em 1974, na sua dissertação de licenciatura “*Torres Vedras e seu termo no primeiro quartel de século XIV*”, onde ele próprio faz um estudo topográfico da vila na época (Figura 19).

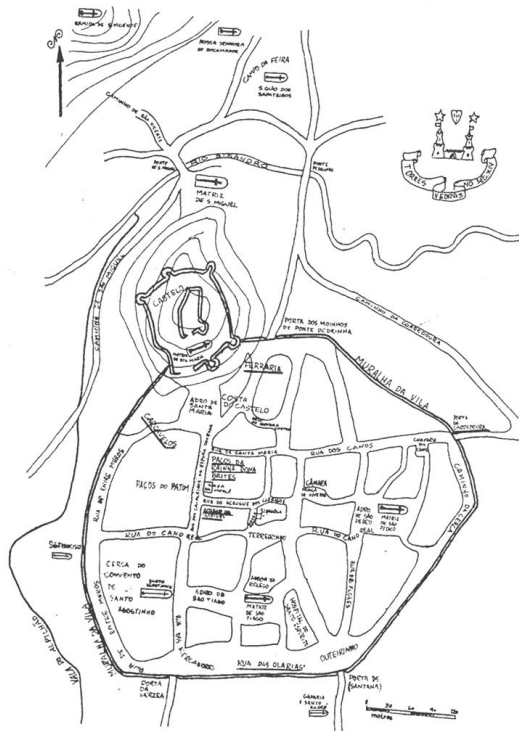


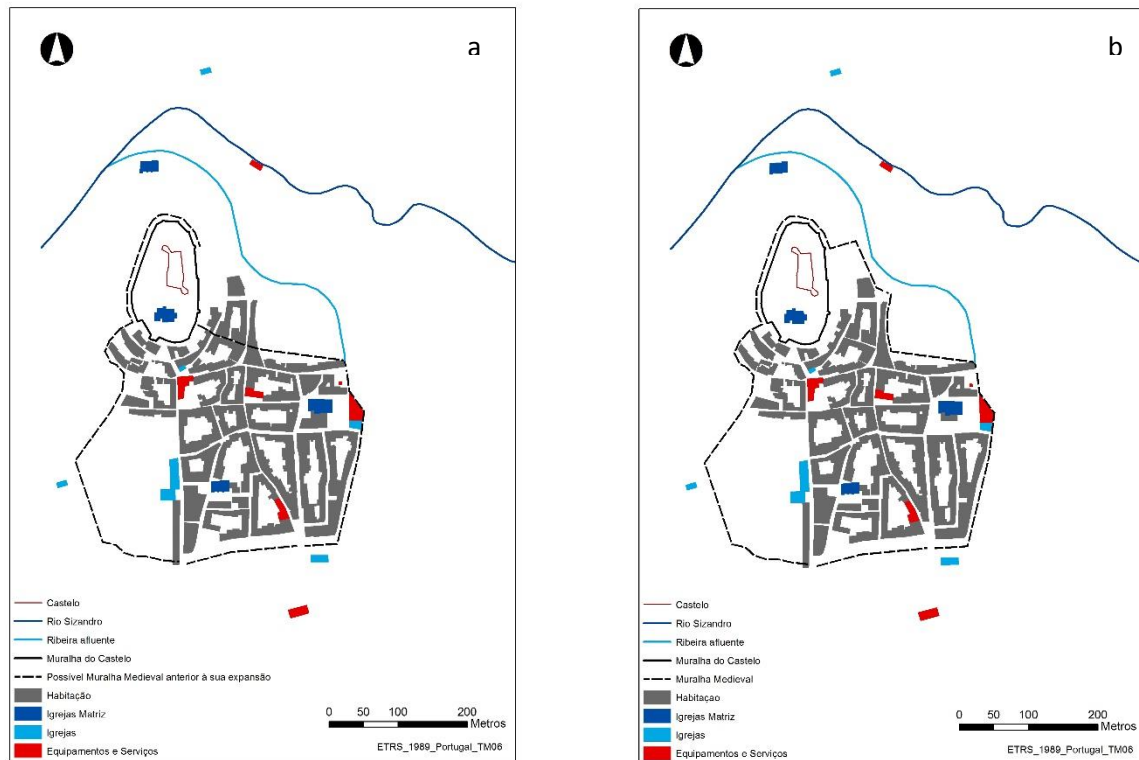
Figura 19 - Esboço topográfico da vila medieval – Séc. XIV. (Clemente, 1974)

De relevante, o próprio baseia-se, em parte, em Júlio Vieira, e indica a Rua de Entre-Muros como um indicador de que ali passaria a muralha, incluindo as terras do Convento de Santo Agostinho; também traça outros troços da muralha referindo o Hospital do Espírito Santo, “*que certamente existia no século XIV*”, o Largo do Outeirinho (actual Praça 25 de Abril ou “Largo do Império”) e a Ponte Pedrinha como elementos de referência. Facto interessante é também a indicação de haver “*um documento do antigo cartório de S. Pedro, de 1331, pelo qual se assegura quer a existência de uma fonte junto à almoinha de D. Origo (e portanto corredoura) quer que essa zona já se denominava “dos Canos”*”, alegando a ligação desta rua com a Rua dos Cavaleiros da Espora Dourada, reforçando a importância dos eixos principais e como estes se cruzavam onde havia o Paço da Rainha Dona Brites ou Paço Régio, um edifício de 1293 com uma capela – Capela Real – construída naquela rua, a Calçada de Santa Maria (Baptista, 2013). Fora das muralhas, são então enumeradas as várias ermidas (S. Francisco, S. Vicente, Sra. Do Rocamador e Sto. André), a igreja de S. Miguel, a capela de S. Gião e a gafaria de Sto. André, hospital de leprosos no local da ermida do mesmo nome. Relativamente à ermida de S. Francisco, localizada a poente da muralha e situando-se entre a mesma, relata a condicionante que as cheias provocadas pela Ribeira de Alpilhão representa em toda a história da vila, pois daqui saíram os franciscanos para o Varatojo, construindo o Convento de Sto. António do Varatojo em 1470; este facto pode justificar o desaparecimento da muralha neste troço, pelas conseqüentes catástrofes ocorridas e conseqüentes aterros de terreno, até na Rua dos Mercadores, actual Rua dos Cavaleiros da Espora Dourada, assim como noutros pontos da área de estudo pela influência do Rio Sizandro. Um exemplo disso é também a Igreja de S. Miguel, adjacente ao rio, alvo de consecutivas reconstruções e

requalificações, levando ao seu desaparecimento em tempos mais recentes, no século XIX (Baptista, 2013).

Então, no século XIV, em plena época medieval, a urbe torriense seria algo como uma vila muralhada, definida pelo morro do castelo, os dois eixos principais e as paróquias mais relevantes, como seria por toda a época medieval. O núcleo urbano era acessível por três portas: Corredoura, Sant’Ana e Várzea. As portas da vila, que foram desaparecendo ao longo dos tempos, estavam estrategicamente localizadas – Sant’Ana e Várzea para sul e Corredoura a nascente – de forma a poder estabelecer ligação às estradas que ligavam a Lisboa, Santarém e Óbidos, por exemplo. Eram também símbolo de algum poder e transmitiam o sentido administrativo que distinguia o que estava dentro e fora das muralhas. As suas demolições foram tidas como meios para justificar a expansão e construção da vila – Sant’Ana para poder reconstruir o Largo da Graça, em 1641, e Várzea para haver material que compusesse a calçada que seguia para Mafra e Lisboa –, o que é uma pena para aquilo que podia ser hoje um importante marco histórico e patrimonial da cidade de Torres Vedras. Apenas a Porta da Corredoura (Anexo 3, Figura 20) tem poucos vestígios junto ao Chafariz dos Canos, o que parece comprovar a sua localização (Silva, 2008). O Chafariz dos Canos, fonte gótica, já antes referida e hoje classificada como monumento nacional (DGPC, 2015), que se sabe ser anterior a 1331, situa-se naquela que havia sido uma das entradas da vila, junto à Porta da Corredoura. Esta fonte estaria ligada a um sistema de água por cana, proveniente do aqueduto e seguindo pela Rua dos Canos, não se sabendo bem a data de início deste processo. Esta obra de referência foi testemunho de várias requalificações, quer no próprio edifício ou mesmo na pequena praça que lhe está associada, passando de um tanque de abastecimento, a um parque de estacionamento, e mais recentemente, a uma praça requalificada, no programa de requalificação urbana “Torres ao Centro”.

Ainda em relação à muralha no século XIV, é possível que tenha havido uma ligeira modificação e expansão da mesma, resultando na já referida, sendo no início do século mais curta e não abrangendo as ferrarias e os pelames na área da vila muralhada. Esta hipótese é colocada e defendida por André Baptista (2013), através de da suposição da Travessa do Quebra-Costas ter a mesma espessura que o troço junto ao Chafariz dos Canos, o que poderia mudar um pouco a sua configuração. É apenas uma suposição, mas torna-se interessante observar a sua metamorfose (Figuras 21a e 21b). Com base nesse estudo de André Baptista (2013) foi elaborada uma cartografia em sistemas de informação geográfica (ArcGIS) do que seria a vila no século XIV, complementada com as referências topográficas e toponímicas descritas no esboço de planta da vila medieval, da autoria de Manuel Clemente (1974). É delimitado o conjunto edificado, dividindo-o por quatro classes – habitação, igrejas matrizes, igrejas e um classe diferenciada que engloba, equipamentos e serviços – assim como o Rio Sizandro e o seu afluente com ligação à fonte, que seria mais tarde o Chafariz dos Canos. Graficamente, a muralha do castelo é diferenciada do cerco da vila, na medida em que a segunda já não existe atualmente e, como já referido, nunca se soube se foi mesmo contruída na íntegra. O sistema de coordenadas usado é o ETRS 1989, de Portugal.



Figuras 21 – Reconstituição de possíveis plantas da vila, antes do século XIV (a) e no final do mesmo (b). (Autor, 2015)

3.2.3. SENTIDO ESTÉTICO E REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA – DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XVIII

Aproxima-se então o Renascimento: uma época da história, mas mais que isso um movimento humanista, uma tendência de mudança de pensamento, de privilégio à qualidade de vida. Com pensamentos fundados em Itália, o urbanismo renascentista remete-se a uma notória estagnação, em que os avanços ou maiores contributos na arte surgem, por exemplo, na arquitetura. Como diz Chueca Goitia, na sua obra *Breve História do Urbanismo*, citando Cecil Stewart, em *A Prospect of Cities*:

“O Renascimento é, acima de tudo, um movimento intelectual. No campo do urbanismo, as suas primeiras contribuições são insignificantes se as compararmos com a arquitectura do mesmo período e com as realizações cenográficas, com os grandes panos de fundo do final do barroco.” (p. 95)

Este período da História de Portugal fica inevitavelmente ligado a D. Manuel I, que governou o país entre 1495 e 1521, não só por coincidir com o período de grandes descobertas portuguesas e o auge da expansão do Império Português, mas também pelo ímpeto artístico de fundar o Manuelino. Em suma, o manuelino faz a ponte entre o gótico tardio português – com grandes referências a nível de escultura e peças ornamentais – e o Renascimento, pois segue grandes diretrizes do movimento italiano, e posteriormente ao reinado de D. Manuel I a tendência renascentista permanece por alguns anos em

Portugal, na continuação da dinastia. Assim foi por todo o país e, também, em Torres Vedras, que transmite muito desta tendência de manutenção urbanística e exuberância ornamental e arquitetónica.

A época quinhentista, século XVI, e no seu início (1510) D. Manuel atribui um novo foral à vila (Baptista, 2013). Ao contrário das épocas anteriores, principalmente a Idade Média, onde o objetivo era impor uma matriz urbana, quase de raiz, construir novos edifícios e incutir novos hábitos sociais, no Renascimento a preocupação era, essencialmente, melhorar as condições de vida da população, indo pelo caminho da requalificação de edifícios e dos espaços públicos associados – a tal supremacia e consolidação ao crescimento urbanístico. Com isto, as obras de melhoramento levadas a cabo por D. Manuel I foram, principalmente, no castelo (muralha e porta), no Paço do Alcaide e nas igrejas (Baptista, 2013), assim como outros edifícios públicos.

O castelo, desde a reconquista e conseqüente monarquia, sofreu várias obras de expansão e requalificação – pelo menos três, desde D. Afonso Henriques, D. Dinis em 1288 e D. Fernando em 1382 (Vieira, 2011). Então, em 1516, o rei manda reconstruí-lo, com o destino de ser a habitação dos alcaides-mores, designado Palácio do Alcaide. É, de resto, das maiores intervenções no castelo de que há notícia em Torres Vedras; há mesmo quem defenda que a planta do edifício de dois torreões, de autoria de Francisco Arruda, teve como pioneiro em Portugal o castelo de Torres Vedras, nesta época, embora não exista documentação comprovativa. Para medida de defesa implementou-se um talude revestido de pedra encimado por uma barbacã circundante ao palácio, de grande inclinação. Na reconstrução, ou reforço, da muralha, também houve a preocupação defensiva de adaptação ao aparecimento de novas armas; exemplo disso é a introdução de seteiras ou da construção de uma barbacã quadrangular à entrada, para melhor defesa, assim como das torres telescópicas, torres semi circulares dispostas ao longo da fortificação. É também aqui, na muralha do castelo, que o estilo manuelino está representado com um dos seus símbolos mais sonantes: a esfera armilar, com dois exemplares a ladear a porta da fortificação, na barbacã; estas são acompanhadas da cruz de Cristo e das siglas que sugerem a inscrição “*Manuel Orbis Rex Est*” (Vieira, 2011). Ainda hoje são bem visíveis quando entramos no ex-libris da cidade (Anexo 3, Figura 22). Apesar de tudo, a função de habitação do palácio e a preocupação de dar qualidade de vida ao alcaide retiraram protagonismo militar do castelo; a transferência da prisão para os Paços do Concelho, em 1538, são um exemplo disso. Por fim, o terramoto de 1755, bastante sentido em Torres Vedras, terá sido fatal para a construção, ficando em ruínas. Passou a ser um sítio marginal e periférico na vida social da vila, destinado ao cultivo e como fornecimento de materiais de construção. Apesar de ter tido algumas intervenções posteriores, como uma importante na época da Guerra Peninsular onde foi um dos pontos fulcrais da defesa militar, nunca voltou ao que era e resultou naquilo que é hoje.

Já no território da vila, também as igrejas de S. Pedro (Anexo 3, Figura 23) e de Santiago (Anexo 3, Figura 24) foram requalificadas, no decorrer do século XVI, com pórticos manuelinos, de grande beleza ornamental e conteúdo simbólico (Baptista, 2013). Aqui denota-se claramente a preferência destas paróquias em detrimento da de S. Miguel, facto inegável ao longo da história torriense.

Outra das obras que foram melhoradas e que mostram uma influência manuelina na sua ornamentação é o Chafariz dos Canos. Fonte gótica de seu estilo (como os arcos ogivais o parecem comprovar), com construção anterior a 1331, é hoje classificada como monumento nacional pelo IGESPAR, situa-se naquela que havia sido uma das entradas da vila, junto à Porta da Corredoura. Pode deduzir-se que terá sido construída no reinado de D. Afonso III, pelos símbolos reais esculpidos que nos remontam a essa época (Vieira, 2011). Porém, a sua requalificação data de 1561, por iniciativa da filha de D. Manuel, Infanta D. Maria, pois provavelmente seria até então uma simples fonte sem grande interesse monumental (Baptista, 2013). O abastecimento de água para esta fonte esteve, desde a sua construção, a cargo do aqueduto, obra pública com uma extensão de mais de dois quilómetros sobre a qual não se sabe a época de construção, havendo apenas um pergaminho de 1561 falando da sua existência (Vieira, 2011), tanto que existira aqui um tanque de água, à entrada da vila, onde os bois bebiam água à chegada da viagem. Esta obra de referência foi testemunho de várias requalificações no século XX (Figuras 25a, 25b, 25c e 25d), principalmente na pequena praça que lhe está associada, passando de um tanque de abastecimento, a um parque de estacionamento ou a um jardim de buxos, e mais recentemente, a uma praça com um espelho de água, no programa de requalificação urbana “Torres ao Centro”.



Figura 25a – Chafariz e espaço adjacente no início do século XX. (Património de Torres Vedras, 2015)



Figura 25b – Chafariz e espaço adjacente nos anos 60. (Património de Torres Vedras, 2015)



Figura 25c – Chafariz e espaço adjacente nos anos 90. (Património de Torres Vedras, 2015)



Figura 25d – Chafariz e espaço adjacente na atualidade (Autor, 2015)

É considerado o mais importante chafariz em Portugal (DGPC, 2015) e para muitos a obra pública mais marcante e simbólica de Torres Vedras.

Também o edifício dos Paços do Concelho (Anexo 3, Figura 26) é alvo de uma intervenção no fim do século XVI – 1597 – pela alienação de serviços locais e da prisão, entretanto proveniente do castelo. Terá sido melhorado em 1634 e reconstruído em 1752. A sua praça em frente, Praça dos Viveres ou praça do mercado, é redefinida para Praça do Município; em 1776 é construída uma fonte, a mando de D. José, de grande influência pombalina, única na vila, ainda hoje existente. A água que ali corre é proveniente do Chafariz dos Canos, como sempre foi desde o seu início, de modo subterrâneo. O edifício era um grande depósito documental, mas o incêndio que obrigou a reconstrução do século XVIII destruiu muito do que lá havia (Vieira, 2011). Há ainda a referência a um pelourinho que existira na praça, até ao século XIX (Baptista, 2013).

Enumerando os elementos de água públicos, há ainda a Fonte Nova, bem fora das muralhas, a sul da vila – perto do edifício da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras – da qual não há grandes relatos ou factos, apenas que contem um brasão de armas da vila de 1529.

A principal obra contruída, ou reconstruída, no século XVI é o Convento da Graça (Anexo 3, Figura 27), iniciado em 1547. Serviu para acolher os monges agostinhos, que aliás já aqui se encontravam instalados desde 1544, e reconstruindo aquele que tinha sido o edifício da gafaria de Santo André desde os primeiros tempos do domínio cristão até então; esta gafaria, um hospital de leprosos, servia de auxílio às pessoas doentes e como sítio de abrigo e comida àqueles que não podiam entrar na vila. A ermida de Sant’Ana também se situaria aqui, adjacente ao hospital, como a toponímia da porta da vila o parece provar. Situava-se então fora das muralhas, para lá da Porta de Sant’Ana (Baptista, 2013). O objetivo da comunidade religiosa, ao mudar-se da várzea para aqui, mais perto do centro, era encontrar um sítio mais favorável, do ponto de vista geográfico – precavendo as inundações – e social, aproveitando a porta da vila para se aproximarem da população, que estava bastante ligada aos franciscanos, sediados no Varatojo desde 1470 (Silva, 2008). O edifício, entretanto recuperado ou mesmo reconstruído praticamente de raiz (daí não se ter a certeza de ser considerado um edifício de raiz do século XVI), era disposto em torno de um claustro retangular, com igreja de um lado e dormitórios do outro; ainda hoje a igreja mantém a sua função religiosa, enquanto nos dormitórios funciona o Museu Leonel Trindade, museu municipal e grande depósito de factos históricos torrienses (Baptista, 2013). No início do século XVIII, é feita uma requalificação do edifício, nomeadamente no frontão e na porta, mas também uma composição de azulejo é feita à entrada da igreja (Anexo 3, Figura 28), em bom estado ainda hoje (Silva, 2008). Um dos curiosos testemunhos que nos chegam aos dias de hoje é o relógio de sol, no exterior da fachada sul do edifício (Anexo 3, Figura 29).

É, também, instaurada a Igreja da Misericórdia e respetivo hospital, na atual Rua Serpa Pinto, em 1520 por D. Manuel I. em 1533, no reinado de D. João III, dá-se a elevação da vila à cabeça da comarca, após uma tentativa sem sucesso de fundar uma universidade na vila; a justificação da reprovação poderá, por possibilidade, ter residido no facto da muralha da vila não estar concluída, o que levanta mais uma vez a questão da fundação e conclusão da mesma, segundo a referência de uma carta de resposta ao rei, em 1531 (Rodrigues, 1995). Havia a intenção de fundar a universidade num sítio tranquilo e saudável e a escolha acabou por ser Coimbra, em 1533 (Silva, 2008).

A reconstituição da planta da vila (Figura 30) mostra-nos uma iniciação de expansão além muralha, rompendo os limites até então, ainda que timidamente com o Convento da Graça a ser o principal elemento nesta perspetiva. Num seguimento da reconstrução da planta anterior, esta reconstituição, em ArcGIS com o sistema de coordenadas ETRS 1989 de Portugal, tem como base o que é apresentado por André Baptista (2013), com a permanência do critério de delimitação das classes de tecido edificado e de linhas de água da anterior reconstituição apresentada. A falta de elementos cartográficos desta época remete para que esta evolução ao século XVI seja uma interpretação por suposição, com o cuidado de transmitir coerência e a máxima precisão possível o que foi a evolução do tecido urbano.

O século XVIII foi o culminar daquele que tinha sido o impulso de sentido mais humanista que o século XVI e os reis D. Manuel e D. João III trouxeram ao país e a Torres Vedras. Este pensamento é reforçado pela necessidade de construções e requalificações na vila, provocada pelo terramoto de 1755, que teve

um forte impacto em Torres Vedras.

Exemplos disso são o castelo, com marcas ainda visíveis, e o Convento de Penafirme (Anexo 3, Figura 31), fora da urbe e junto a Santa Cruz, permanecendo em ruínas até aos dias de hoje.

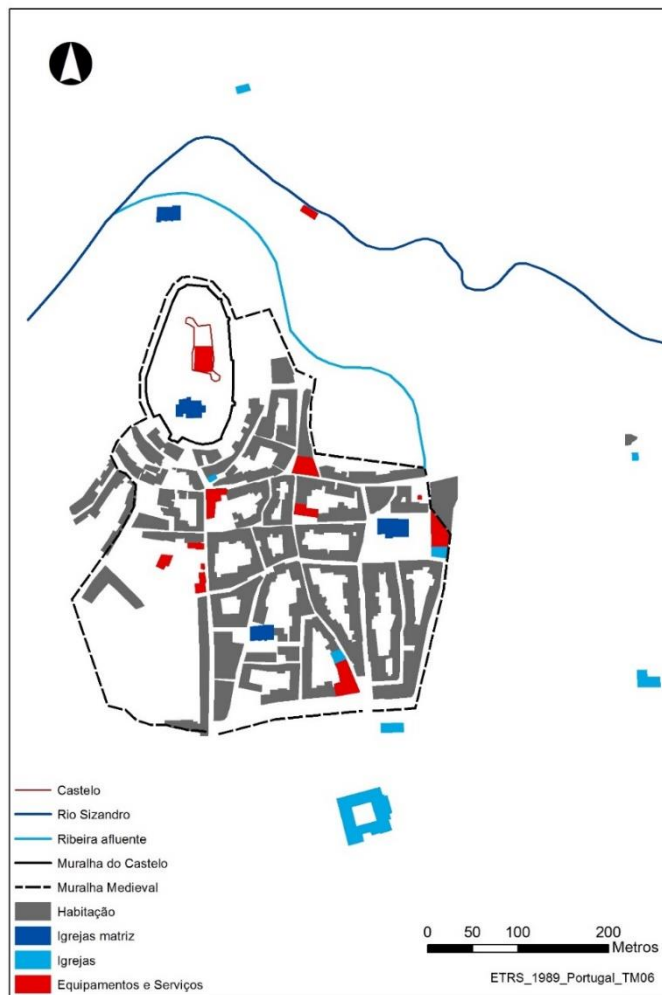


Figura 30 – Reconstituição da planta da vila no final do século XVI. (Autor, 2015)

Dos anos setecentos, na vila, refere-se principalmente a requalificação da Praça do Município com a sua fonte pombalina, como já referido, e, com relevante importância, a intenção de arborizar o Jardim da Graça, pequena praça em frente à Igreja da Graça, em 1795 (Baptista, 2013). Foi ao que tudo indica o primeiro jardim público em Torres Vedras, naturalmente impulsionado pelo Convento da Nossa Senhora da Graça que já ali existira há alguns anos, e por ser uma das entradas na vila, dando o mote para a sua expansão extra muralhas no futuro.

Era a conclusão de uma época de inovação e monumentalidade, principalmente na arquitetura e no aspeto escultórico que lhe foi associado, tratando daquilo que já existia e dando outro carácter estético, mais imponência e um sentido de servir bem o povo. Porém, é feita uma visão futura em termos urbanísticos, de percepção de que a vila podia e viria a ser mais do que a área contígua ao cerco imposto pela muralha medieval, a intenção de a fazer crescer a longo prazo e a suposição dessa necessidade estava no pensamento de quem a comandou.

3.2.4. DAS INVASÕES FRANCESAS, À CHEGADA DO CAMINHO-DE-FERRO E AO PRIMEIRO PARQUE VERDE - SÉCULO XIX

Se o desenrolar da Idade Moderna permitiu a Torres Vedras abandonar, ou desvalorizar, a preocupação pelo cariz militar que tinha caracterizado a vila noutros tempos, o século XIX trouxe ao de cima essa necessidade bem vincada, devido ao maior acontecimento histórico de que há memória em território torriense: a Guerra Peninsular.

Este acontecimento militar, mais conhecido por invasões francesas, ocorreu entre 1807 e 1811, e iniciou-se pela intenção de Napoleão Bonaparte de controlar a Europa, incluindo Portugal, que tinha boas relações com o poder britânico; era o designado Bloqueio Continental. O objetivo era fechar os portos marítimos a Inglaterra, mas o reino português permaneceu com a sua aliança britânica, prevendo-se uma guerra. Após a primeira invasão, em Novembro de 1807, por Junot, a Família Real (rainha D. Maria I e príncipe D. João) e sua corte retiraram-se para o Brasil, deixando a território português nas mãos do povo, permitindo aos franceses a tomada de Lisboa. No entanto, a invasão francesa não foi pacífica por parte do povo português e o exército britânico, a pedido do príncipe português, entrou em território luso, em Julho de 1808 (Clímaco, 2010). Nesse ano, as batalhas da Roliça e Vimeiro obrigam a retirada das tropas francesas e um ano depois há uma segunda invasão, comandada pelo marechal Soult, que é novamente vetada (Santos, 2010). Então, sabendo que Napoleão não iria desistir do seu objetivo, o duque de Wellington, em conjunto com a corte portuguesa, encontra uma solução defensiva: a construção de um conjunto fortificado, designada Linhas de Torres (Clímaco, 2010). Trata-se de um conjunto fortificado, a norte de Lisboa, construído pela mão do povo, onde se aproveitaram as condições de relevo acidentado pelas vastas montanhas e serras; embora tenha sido financiado pelos britânicos, toda a mão-de-obra foi dos nativos portugueses, o que por si só denotava na altura uma grande crença e bravura na proteção das suas terras e da própria pátria. Há, até referência a mortes por fome e condições precárias de sobrevivência, pois o povo estaria refugiado nas fortificações então construídas (Clímaco, 2010). Os objetivos deste plano militar eram proteger

Lisboa da invasão vinda de norte e, também, permitir a fuga marítima das tropas britânicas, se fosse necessário (Baptista, 2013). Então, em Setembro de 1810, o marechal Massena, a mando de Bonaparte, invade o país e encontra enormes dificuldades nesta zona, acabando mesmo por desistir após algumas tentativas; um ano depois, toda a tropa francesa acaba por abandonar Portugal, naquilo que seria o início do insucesso de Bonaparte no seu plano de tomar a posse do território ibérico. Foi, sem dúvida, um dos principais acontecimentos militares em Portugal com repercussões por todo o território (Anexo 3, Figura 32).

Torres Vedras passou a ter uma importância militar e estratégica como ponto-chave neste processo; das 152 fortificações que se dispunham por 80 quilómetros, 5 eram em redor da vila: S. Vicente, o mais importante de todos, Olheiros, Forca, Monte de S. João e, claro, o castelo, que foi restaurado para este fim (Baptista, 2013). Foi nesta época que se traçaram os primeiros planos cartográficos (Anexo 3, Figuras 33; Anexo 3, Figura 34; Anexo 3, Figura 35) da região torriense, o que viria a ser determinante em termos urbanísticos, a partir de então para o futuro.

Viviam-se tempos de uma forte crise política e social, desencadeada por absolutistas e liberalistas, na primeira metade dos anos oitocentos. O acontecimento chave deu-se no ano de 1846 na “Batalha de Torres Vedras”, acontecimento trágico da guerra civil “Patuleia”, com a morte de Mouzinho de Albuquerque, uma personagem de carácter liberalista, que havia liderado um movimento contra o reino, com o Conde do Bonfim, e invadido de Torres Vedras. O resultado foi uma batalha sangrenta com a sua morte e uma grande destruição na vila. O seu corpo foi sepultado na Igreja de S. Pedro, onde ainda se encontra. Este foi o último acontecimento de batalha em Torres Vedras, com os meados de século a tornarem-se num momento fulcral em termos sociais e económicos para o país, onde era imperativo instalar-se a estabilidade, o progresso e a ordem (Rodrigues *et al*, 1996).

Então, em Torres Vedras, o progresso urbanístico começa desde aqui a denotar-se com evidência, pela estruturação de dois eixos marcantes, com grandes consequências para o futuro: o estabelecimento da alameda da várzea (Figura 36), elemento forte e estruturante, que ainda hoje realça a entrada sul da vila, em 1851 e, em 1886, o estabelecimento da linha de caminho-de-ferro (Baptista, 2013).



Figura 36 – Rua Maria Barreto Bastos, troço da antiga alameda da várzea. (Autor, 2015)

A alameda, embora hoje já não o seja, dando espaço a um eixo rodoviário com acompanhado por parques na sua margem poente (Parque Verde e jardim dos bombeiros) deu o mote para o que viria a

ser uma “espinha dorsal” do urbanismo torriense, numa zona nobre e delicada da vila, resultando na importância viária e estruturante que ainda hoje mantém.

Desde meados do século até aqui já se tinham registado progressos nos transportes, como a melhoria de estradas para carruagens e diligências, na década de 50 (Pinto, 2005) e a introdução do *Larmanjat*, um veículo monocarril que circulava pela estrada, trazido para Torres Vedras em 1873, que ligava a vila a Lisboa e daí a outras localidades (Rodrigues *et al*, 1996). No entanto, por variadas razões, a introdução da linha de caminho-de-ferro (Figura 37) constitui um marco histórico na região, com o troço que a ligava a Lisboa, situada a nascente do núcleo urbano. Foi, sem dúvida, um grande passo na aproximação do povo torriense à capital. Houve o reforço das ligações comerciais – já existira desde sempre – no que diz respeito aos produtos agrícolas e vinícolas; houve, inclusive, uma grande matriz agrícola de solos destinados à vinha, de forma a satisfazer a procura vinda de Lisboa (Pinto, 2005). Contribuiu também para o rápido crescimento da indústria – aliada às exportações – e para o início do fenómeno do turismo, ainda que de forma tímida. Um desses exemplos, é a grande afluência de pessoas à Feira de S. Pedro, realizada nesta altura no choupal, que teve aqui um tónico muito importante na sua dimensão e exposição (Rodrigues *et al*, 1996). No entanto, a Praia de Santa Cruz e as Termas dos Cucos – embora já mais no final do século, com a abertura da estância termal ao público – também eram polos de atração às pessoas vindas de Lisboa, o que levou ao aparecimento de autocarros, denominados “carreiras de camionetas” da vila para Lisboa e para outros locais a região, como as praias (Baptista, 2013).

Em termos urbanísticos, a Rua da Corredoura assumiu-se de imediato como o elo de ligação da zona nascente, onde se encontra a estação, e o centro histórico, mas cedo se percebeu que havia a necessidade de criar outras alternativas e com melhores condições de circulação. É assim que surgem as atuais Avenida 5 de Outubro (Figura 38) – antiga Avenida Casal Ribeiro – e Avenida Tenente Valadim (Figura 39), rasgando eixos demarcados e retos da estação ao centro. Foram executadas no final do século XIX (Figura 40), mas só no início do século XX se afirmam como as importantes avenidas da vila, pois inicialmente não eram coincidentes como hoje, passando a Avenida Tenente Valadim por dentro do Bairro da CP, bairro habitacional adjacente à estação dos comboios (Baptista, 2013) (Figuras 41a e 41b). Estas mudanças urbanísticas trouxeram consigo outra necessidade: a iluminação pública nalgumas ruas, começando em 1862 com os primeiros candeeiros a petróleo, e até a gás (Pinto, 2005), até que em 1912 iniciam-se as obras para a instalação de eletricidade na via pública (Baptista, 2013).

A elaboração da reconstituição da planta desta época reside nas mesmas premissas e na mesma metodologia das anteriores, embora aqui já apoiadas por alguma cartografia datada deste século.

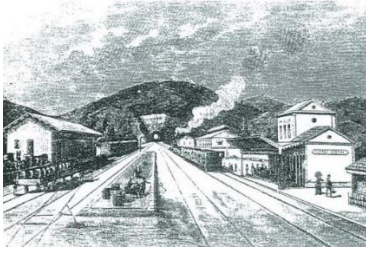


Figura 37 – Ilustração da estação nos finais do século XIX. (Pinto, 2005)

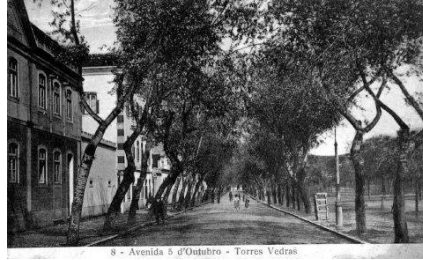


Figura 38 – Avenida 5 de Outubro, início do século XX. (Património de Torres Vedras, 2013)



Figura 39 – Avenidas 5 de Outubro e Tenente Valadim, século XX. (Rodrigues *et al*, 1996)

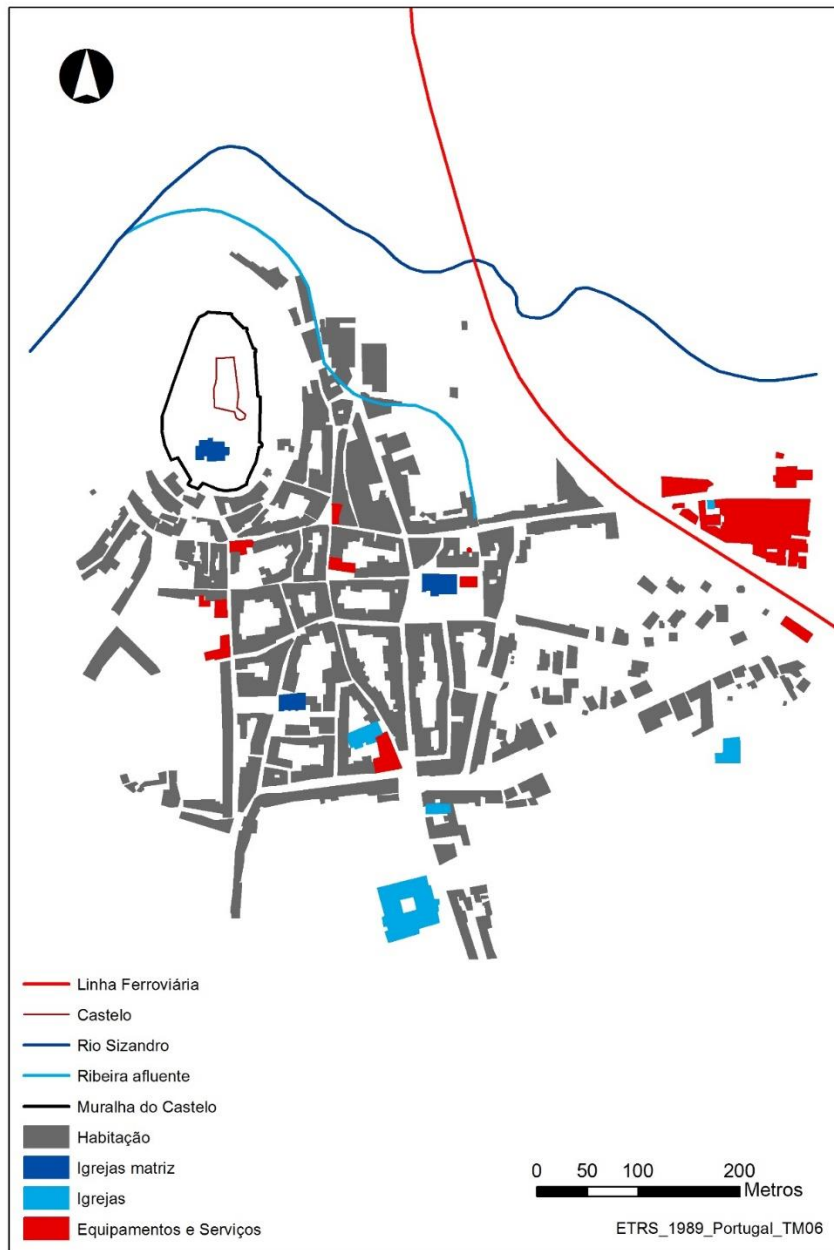


Figura 40 – Reconstituição da planta da vila no final do século XIX. (Autor, 2015)

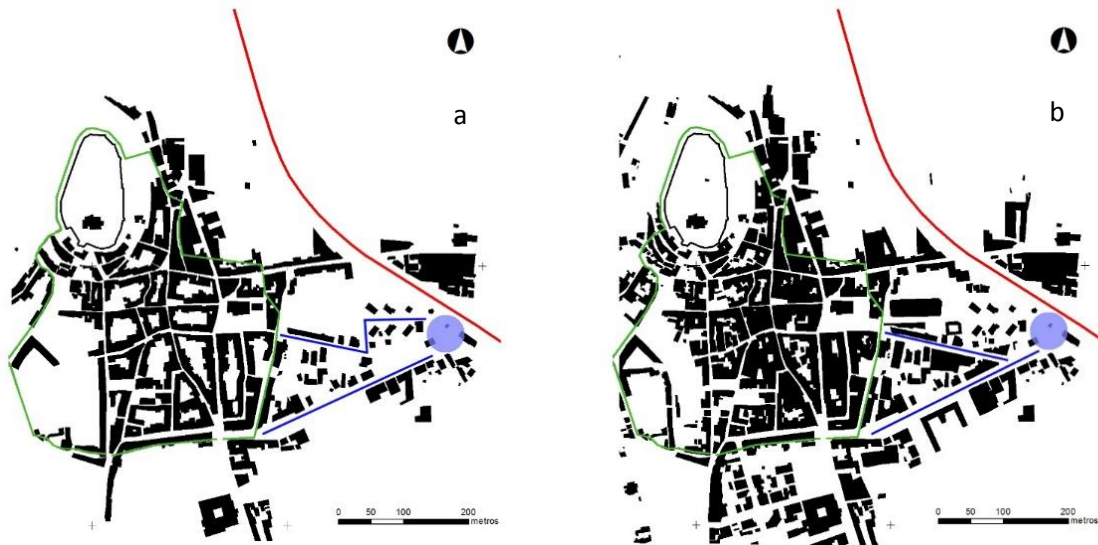


Figura 41a – Configuração das avenidas Casal Ribeiro e Tenente Valadim (linhas azuis) e a sua ligação à estação (circunferência azul) e à linha de comboio (linha vermelha), no século XIX. (Autor, 2015)

Figura 41b – Configuração das avenidas Casal Ribeiro e Tenente Valadim (linhas azuis) e a sua ligação à estação (circunferência azul) e à linha de comboio (linha vermelha), no século XX. (Autor, 2015)

As elites torrienses começam a interessar-se por esta nova centralidade, muito devido ao facto de terem negócios associados à locomotiva, e surgem as primeiras casas senhoriais na avenida, com passeios largos e arborizados e, quando surge, com iluminação pública também (Baptista, 2013). Era, então, a nova zona nobre da vila.

Neste fim de século, outro facto importante em termos paisagísticos, sociais e recreativos é o início da transformação do choupal como o primeiro parque verde da cidade. É relatada a existência de espécies arbóreas desde um século antes, anteriores a 1789, mas ao que tudo indica foi um espaço bastante afetado pela Guerra Peninsular, talvez pelos recursos existentes e pela necessidade de defesa. Após a guerra, a sua importância na vida social da vila já se vinha afirmando, com a realização da Feira de S. Pedro e da Feira do Gado; no entanto, a relocalização desta última para a várzea – onde hoje funciona o Parque Verde da Várzea – possibilitou um melhor aproveitamento do espaço e a criação de uma nova centralidade social, o que prova uma vez mais a expansão urbanística da vila para fora da área até então explorada e consolidada, assim como a preocupação crescente da qualidade da vida dos habitantes e visitantes. É certo que já existia o jardim da Graça, em frente ao convento, como praça arborizada e com coreto, mas nada comparado com um parque desta dimensão e projeção. O interesse que desperta na população começa ainda neste século mas, ao que tudo indica, só no início do século XX é que ganha o traçado de um parque verde (Baptista, 2013) (Figura 42).



Figura 42 – Parque do Choupal, início do século XX. (Baptista, 2013)

3.2.5. A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA, O PLANO DE JACOBETTY E A ELEVAÇÃO A CIDADE – SÉCULO XX

Chega então o século XX e com ele uma época de contemporaneidade e novas ideias e valores; tanto que, logo em Outubro de 1910 há a implantação da república portuguesa, com, como é óbvio, marcas e decisões importantíssimas a nível nacional. Pela instabilidade monárquica que era vivida, associada a muitas outras questões, era um momento que o povo aguardava com grande expectativa, e a 5 de Outubro, em Torres Vedras, também se viveu a posse do poder republicano, como descreve ..., na sua obra *Torres Vedras, Passado e presente, volume I*, quando refere a edição do jornal semanário torriense “*Folha de Torres Vedras*”:

“Na primeira página deste semanário de 5 de Outubro de 1910, a notícia encimada pelo título «Enfim a República!», relata «o entusiasmo do povo de Torres Vedras» quando «era desfraldada a bandeira da República no centro republicano d’esta vila, nos Paços do Concelho de Torres Vedras, ao som da «Portuguesa».” (p. 343)

Uma curiosidade, que mostra como era imperativo romper com as memórias monárquicas e enraizar o espírito republicano, é que a toponímia de muitas ruas e largos mudaram de nome. Exemplos disso são o Largo de D. Carlos que passou a chamar-se Largo da República (conhecido com largo do Império, devido ao hotel que aí existe desde o início do século XX) e a Avenida Casal Ribeiro que passou a ser Avenida 5 e Outubro (Pinto, 2005). Também houve movimentos anti clero, que já vinham desde os últimos tempos monárquicos, que resultaram no encerramento dos conventos do Barro e do Varatojo e a prisão para vários jesuítas (Rodrigues *et al*, 1996), com a promulgação da Lei da Separação da Igreja do Estado, o que desencadeou algumas reações de protesto.

Com a chegada da Revolução Industrial, e dando sequência à chegada do comboio, o automóvel vai adquirindo a sua importância desde o início dos anos noventa. As estradas e vias de comunicação que haviam sido melhoradas desde o fim do período de guerra contribuíram bastante para a sua fixação e crescente preferência pelos cidadãos, pela comodidade e flexibilidade superiores à da locomotiva.

Isto trouxe um maior desenvolvimento no concelho, nas aldeias e povoações vizinhas à vila, numa matriz de paisagem que mantinha um forte carácter rural (Baptista, 2013). Dentro da vila, já desde o início do século, vão-se instalando alguns equipamentos de serviços e comércio, como os Bombeiros Voluntários, o Mercado Municipal, o Teatro-Cine e algumas indústrias, como a conhecida e já desaparecida “Casa Hipólito”. No entanto, não terão sido tempos fáceis, pois Portugal esteve mergulhado numa crise política, social e económica nos anos vinte deste século, onde a designada “crise do pão” – também do vinho – se fez sentir em Torres Vedras, nos produtores e comerciantes. Tudo culminou, a nível nacional, no golpe de ditadura militar de Maio de 1926 que foi dando lugar à política do Estado Novo, até 1974 (Pinto, 2005).

Esta política, conhecida como “salazarista” ou fascista, deixou marcas a nível social, mas também testemunhos a nível urbanístico, em todo o país; neste patamar, houve uma tentativa governamental de aliar o modernismo ao nacionalismo, à imposição de valorizar a cultura portuguesa, bem vincada nos princípios do Estado Novo. Neste aspeto, o nome de Miguel Jacobetty (1901-1970), arquiteto que deixou vários marcos neste período com envolvimento em obras como os Bairros de Alvalade e S. Miguel, em Lisboa, assim como a autoria de obras e edifícios públicos pelo país fora, fica associado também à vila torriense. Começou por ser, em 1934, o autor da requalificação do Largo da Graça (Anexo 3, Figura 43), onde um dos objetivos do projeto (Anexo 3, Figura 44) era também aliar a localização de grande parte dos serviços à população à vida social, ao encontro e ao lazer, tornando-o num espaço central na urbe.

A obra foi executada, com um lago encimado por um obelisco que faz homenagem às batalhas travadas aquando das invasões francesas – o tal nacionalismo, a valorização da vitória dos portugueses – e mantém a sua configuração aos dias de hoje (Anexo 3, Figura 45). Com o passar dos anos, já nenhum desses serviços ali se situa – apenas os serviços bancários na Rua Santos Bernardes, no seu lado nascente, e os CTT no seu topo sul – mas, embora não com a força que talvez se esperava, ainda é um local de passagem e encontro na vida social dos habitantes, apesar de a sua maioria ser de uma faixa etária mais avançada.

Mais tarde, no início dos anos 40, Jacobetty é novamente chamado para intervir em Torres Vedras, mas desta vez o desafio é maior. Há a ambição de fazer crescer o núcleo urbano, com ideias lineadas e bem definidas, assim como acontecera com as avenidas Casal Ribeiro e Tenente Valadim. Então, nesta perspectiva, é feito um trabalho de urbanismo integral, que procura abranger a vila existente mas também indicar como seria a sua expansão daí em diante, para sul essencialmente. Assim, foi proposto um bairro habitacional a sul do Convento da Graça limitados por duas avenidas que ligavam a estação dos comboios com a várzea – Avenida General Humberto Delgado e Avenida Teresa de Jesus Pereira – o que é perceptível no plano final. Percebe-se também a diferença da malha urbana no centro histórico e do que é proposto, com linhas mais marcantes e regulares. O projeto demorou cerca de sete anos a ser concretizado, havendo uma peça de 1947 (Figura 46) e outra de 1948 (Figura 47), com algumas alterações, como a convergência das duas avenidas referidas. Foi, sem grandes dúvidas, o último grande paradigma de inovação no urbanismo do caso de estudo até aos dias de hoje.

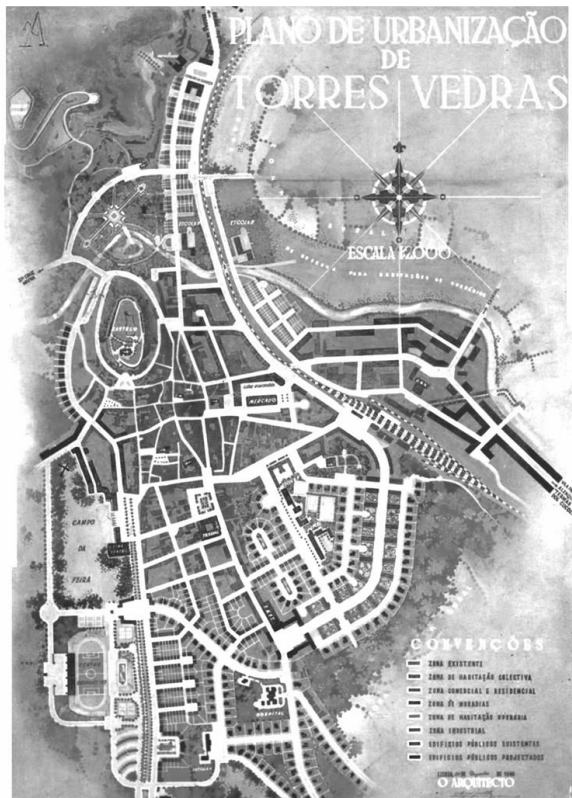


Figura 46 – Resultado do Plano de Urbanização de Torres Vedras (Jacobetty, 1947). (DGT, 2015)



Figura 47 – Variante do Plano de Urbanização, que terá sido o resultado final. A tracejado as avenidas Teresa Jesus Pereira e General Humberto Delgado (Jacobetty, 1948). (DGT, 2015)

Na reconstituição da vila em meados do século passado (Figura 48), foi feita uma relação entre a reconstituição de Baptista (2013) e uma planta existente do perímetro urbano de 1956, no serviço cadastral da Direção Geral do Território, na plataforma *online*. Esta última peça foi preponderante no processo metodológico da delimitação daquilo que era o tecido urbano de Torres Vedras nos anos 50, permitindo complementar aquilo que Baptista compreende no seu trabalho, focado no centro histórico. É de salientar o corte do afluente do Sizandro que ligava ao Chafariz dos Canos numa vala encanada, pela crescente construção nessa zona, o que acabou por acabar com o seu curso. De referir também a escassa materialização daquilo que cerca de oito anos antes tinha sido proposto no Plano de Urbanização já descrito, sendo apenas algumas construções do Bairro Sul aqui visíveis; as avenidas são mesmo um processo moroso de obra, sendo a General Humberto Delgado concluída já na década de 80. Mais uma vez, a delimitação segue os mesmos princípios das anteriores quanto ao seu conteúdo e quanto ao seu sistema de coordenadas.

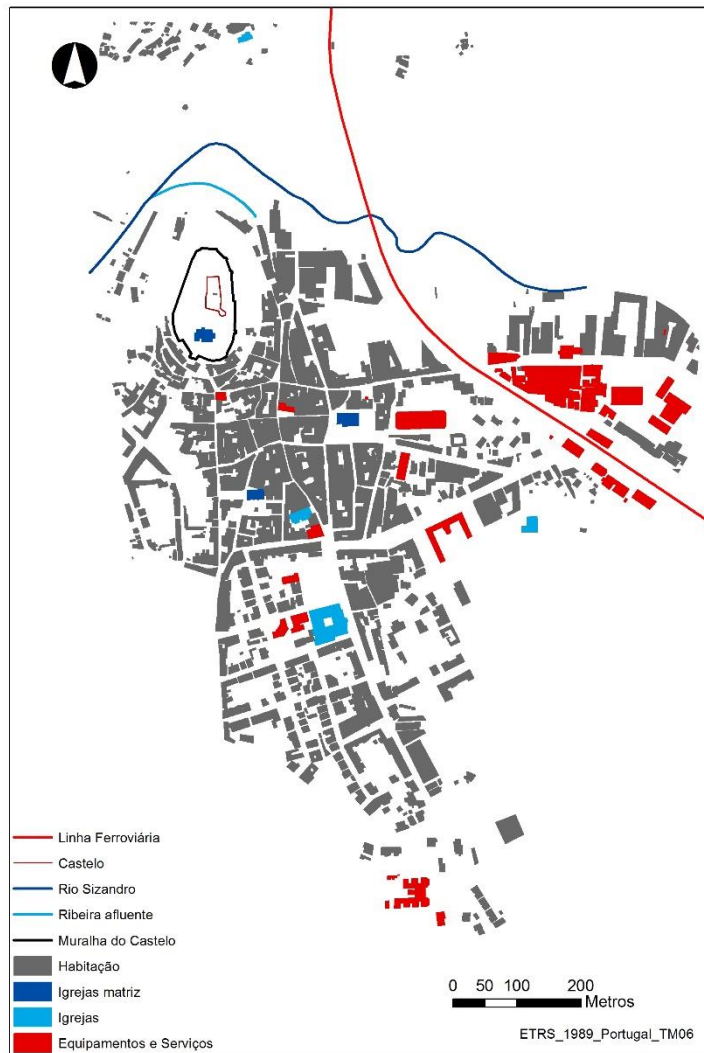


Figura 48 – Reconstituição da planta da vila na primeira metade do século XX. (Autor, 2015)

A vila cresce em termos demográficos a níveis significativos, o que aconteceria até ao fim do século XX, com excepção dos anos 60 que abrandaram as estatísticas pelo processo de emigração de muitas pessoas para França. Em 1974, dá-se a revolução de Abril em Lisboa, mas com repercussões a nível nacional; houve, claro, pequenos episódios de oposição – antes da revolução, principalmente – mas o que é de salientar nesta data é o modo pacífico com que se concluiu, com muita adesão da população e traduzindo-se num começo de novas etapas na vida política e social de Portugal. Para Torres Vedras, este início de nova vida traduz-se, logo em 1979, pela elevação da vila a cidade, a primeira vila portuguesa a merecer tal destaque desde a queda do regime salazarista. Mais uma vez, assim como acontecera em Outubro de 1910, a toponímia serve de meio de homenagem à mudança de regime – aqui de ditadura para democracia – coma Avenida Salazar, a Praça do Império e o bairro Salazar darem lugar à Avenida General Humberto Delgado, à Praça 25 de Abril e ao bairro Vila Morena, respectivamente (Pinto, 2005).

O crescimento da vila, e então cidade (Figura 49), foi significativo até ao final do século, principalmente em termos habitacionais, mas também na indústria. Se já era um destino de preferência dos lisboetas, para local de recreação e de férias por exemplo, o crescimento da população também se deve à fixação de muita gente que aqui encontrou postos de trabalho, qualidade de vida e proximidade a Lisboa. Parece seguro dizer que boa parte dessas pessoas tenham vindo da capital, ao encontrar aqui uma cidade mais pequena e sossegada, numa região com bons solos, uma agricultura de alto nível e indústrias em crescimento, sendo que o êxodo rural – fenómeno social e urbano do século XX – também tenha contribuído significativamente para este feito com famílias vindas do interior do país. Assim, o concelho de Torres Vedras passou a caracterizar-se cada vez mais pelas suas freguesias em franco desenvolvimento, tornando-se em autênticos pólos habitacionais. As estradas em bom estado, aliadas aos sucessivos melhoramentos nos transportes, com a proximidade às praias e às terras de cultivo são as principais justificações. Na cidade, no fim do século XX, tinha-se verificado a implementação de habitação, comércio e serviços com grande destaque nas avenidas 5 de Outubro e General Humberto Delgado e um forte, mas de certa forma natural, desenvolvimento para sul, contando com bairros de habitação em grande parte, o que apesar de estar regulamentado no plano de Jacobetty, já tinha entrado em moldes que não faziam prever. Devido a vários factores, o plano não foi completamente respeitado, principalmente ao nível arquitectónico e nos limites de incidência. Em finais dos anos 90, houve uma declarada tentativa de criar uma nova centralidade na cidade: o Pavilhão Regional de Exposições, com uma área total – construída e exterior – de 70 000 metros quadrados, destinado a eventos, um deles a Feira de S. Pedro.

Na delimitação do tecido urbano desta época, o processo metodológico de demilitação do tecido urbano contou com uma cartografia de 2000, fornecida pela autarquia em formato vetorial que ajudou a formular uma relação com os elementos existentes das épocas anteriores; em termos práticos, veio substituir a planta dos anos 50 como base de trabalho, em relação à situação anterior. Numa evolução, é possível constatar o total desaparecimento do alfuente que penetrava a malha urbana a nascente do castelo; de realçar igualmente a consolidação e o crescimento da cidade a sul, principalmente. Os limites da cidade são os impostos pelo COS'07, embora nesta reconstituição se tenha englobado as zonas das escolas secundárias Madeira Torres e Henriques Nogueira, excluída no COS'07 da classe de zonas urbanas.

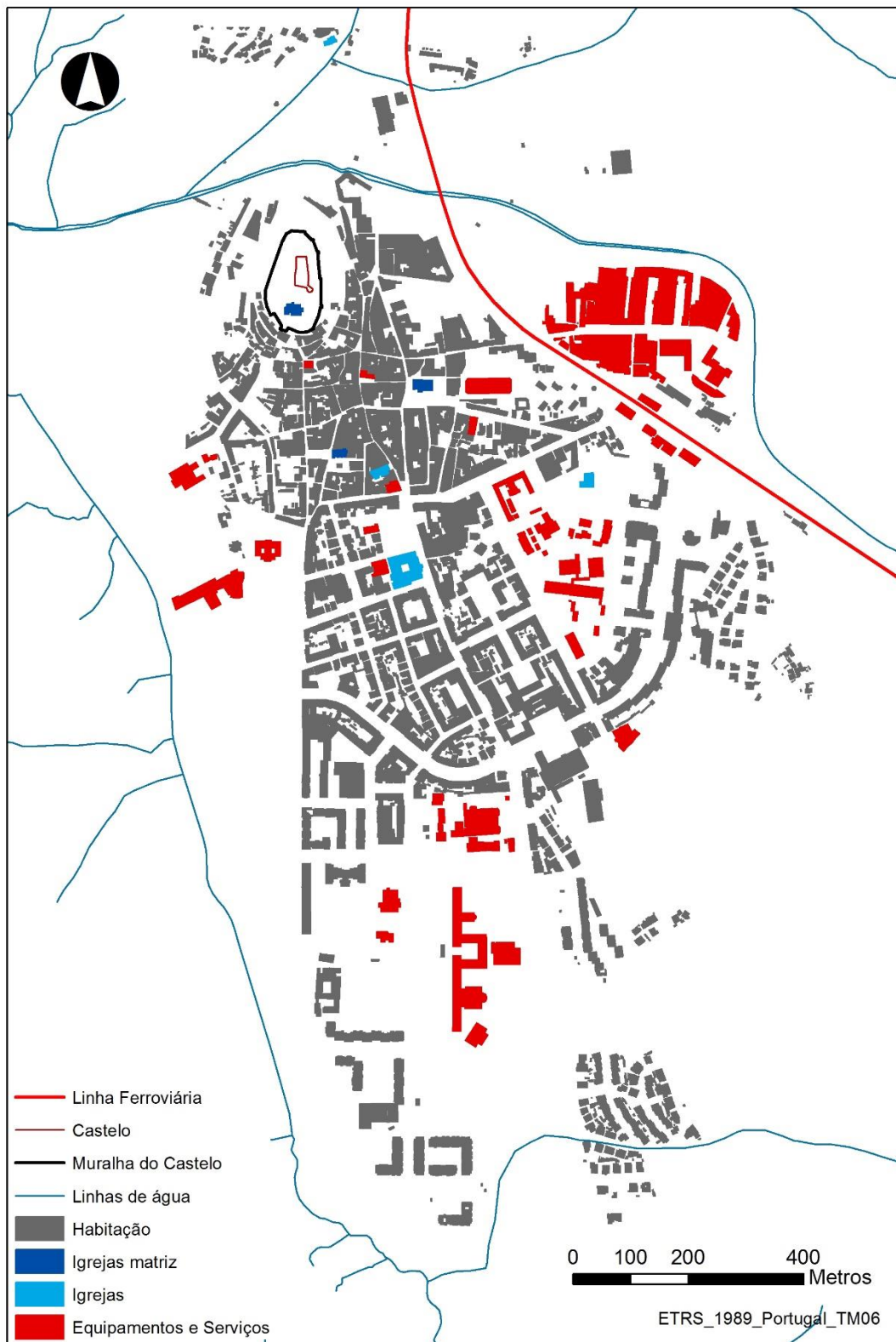


Figura 49 – Reconstituição da planta da cidade na segunda metade do século XX. (Autor, 2015)

3.2.6. SÉCULO XXI – O CULMINAR DA EXPANSÃO E A NECESSIDADE PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quando se fala de planeamento, urbanismo e construção no século XXI, é quase inevitável referir as consequências da segunda metade do século passado na realidade dos dias de hoje. Assim é em todo o país e assim é em Torres Vedras, falando na cidade principalmente. A realidade presente mostra-nos cidades portuguesas que cresceram, muitas delas, de forma desamparada, irrefletida e, principalmente, não planeada. Uma das consequências deste processo urbano das últimas décadas foi o abandono das cidades pelo centro histórico. Neste contexto, Torres Vedras é um exemplo exímio disso mesmo. A construção do caminho de ferro a nascente, com a expansão urbana para sul na sua maioria – com uma forte rede de habitação, comércio, serviços e lazer – juntamente à recente fixação de indústrias e de um novo pólo de comércio – *Arena Shopping*, inaugurado já em 2007 – a nordeste da malha urbana da cidade, foram a passos largos contribuindo para que o centro histórico fosse visto na vida social dos torrienses como um espaço desinteressante, secundário e de abandono, apesar de estar bem no centro da malha urbana da cidade.

Contudo, Torres Vedras é uma cidade consolidada, completamente autónoma, com uma boa oferta imobiliária, bons serviços, muito comércio e uma vida social bastante activa. Neste contexto, o Parque Verde, na várzea da cidade contribui de uma forma positiva, quase decisiva. Inaugurado em 2004, é um espaço complexo, com oferta para todas as faixas etárias e com carácter de recreio activo e passivo. Hoje é, sem dúvida, um espaço âncora na cidade, por eleição dos utentes. Aqui já funcionou a feira do gado e a Feira de S. Pedro, curiosamente ambas provenientes do choupal para aqui, o que comprova que a sua função recreativa já conta com pelo menos um século. Na área da cidade, este início de século ainda não registou um grande aumento – ainda só passaram 15 anos -, sendo o Pavilhão de Exposições e alguns edifícios na zona sul da cidade os mais relevantes; houve sim, e com tendência a crescer, a reabilitação ou reconstrução de muitos edifícios, como é exemplo a Escola Secundária Henriques Nogueira.

É uma cidade, no presente, com algumas centralidades que se foram estabelecendo, em detrimento da queda da principal de todas elas: o centro histórico. Podemos evidenciar que certas zonas da cidade tendem a receber mais pessoas e a constituir pontos de preferência na vida quotidiana dos habitantes, todas elas fora dos limites do mesmo. O Parque Verde, a zona da Expotorres (onde funciona desde recentemente a estação rodoviária), as Avenida 5 de Outubro e General Humberto Delgado são certamente algumas delas.

Actualmente, a malha urbana (Figura 50), pelas condições físicas do território – hidrografia e terreno, principalmente – não poderá expandir-se muito mais; pelo menos para sul, onde os terrenos a nordeste, onde se situam alguns bairros e indústrias, ainda poderam ser alvo de alguma construção, eventualmente. Então, na última revisão dos instrumentos de gestão territorial transparece uma evidente mudança de paradigma no desenvolvimento da malha urbana: a aposta na reabilitação daquilo que já existe. Neste contexto, o Plano de Pormenor de Requalificação do Centro Histórico de Torres Vedras (PPRCHTV) e o Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Adjacentes (PPCAE) indicam a

identificação de duas das zonas que mereciam há algum tempo destaque na reabilitação de espaços da cidade. Quanto ao PPRCHTV, com o programa “Torres ao Centro” que entrou em execução em 2012 e já se encontra concluído, conta com iniciativas de carácter urbano, social, económico e social. Basicamente, é composto por uma série de requalificações – edifícios, arruamentos e largos – em conjunto com eventos culturais, que têm como objetivo devolver o dinamismo e a importância do centro histórico a vários níveis. O PPCAÉ é outro plano destinado à reestruturação e à requalificação, desta vez com o choupal como elemento central, que constitui um espaço de grande memória coletiva na vida dos torrienses, no século XX principalmente, e que há alguns anos testemunhava um crescente abandono e carácter de marginalidade e insegurança. Conta, então, com a recuperação do espaço verde, com a instalação de equipamentos culturais e recreativos, e com a requalificação dos espaços adjacentes, como as vias, as margens do rio e parte da encosta de S. Vicente. Conta ainda com a ligação ao centro histórico, por uma ponte pedonal que atravessa a estrada e o rio, o que mostra uma visão integrante entre os vários projetos. Isto mostra que há uma clara intenção de valorizar o que existe, de identificar os pontos-chave e de resolvê-los, de adaptar a cidade às necessidades do futuro.

Sendo a última reconstituição da planta da cidade, é por isso a mais fácil de realizar mas também a mais complexa. Foram usados dados cartográficos de Baptista (2013), que sempre retrata com pormenor o centro histórico, dados provenientes da planta anterior e, sobretudo, alterações e construções traduzidas pelo ortofotomapa atual. Nota-se uma pequena expansão na zona norte poente, com a construção do pavilhão de exposições, assim como algumas reconstruções, como por exemplo a Escola Secundária Henriques Nogueira e o Mercado Municipal.

Considerada a evolução do tecido urbano ao longo das épocas e desde a sua génese, importa fazer uma síntese do seu processo evolutivo. Importa enaltecer que os intervalos de caracterização, ou seja, as épocas em que são feitas as suas reconstituições regem-se pela acessibilidade de acesso à informação disponível, onde a dissertação de André Baptista “O Lugar como Simbiose: Centro Histórico de Torres Vedras” assumiu um papel preponderante, não só pelo seu enfoque detalhado no centro histórico, mas também pelas plantas executadas que serviram, até ao século XIX como única base disponível. Posterior a essa época, o aparecimento dos novos elementos cartográficos foram essenciais no retrato daquela que foi uma expansão para fora das muralhas e para terrenos contíguos à fundação urbana.

É feita uma relação de malha urbana (Figuras 51) e também de perímetros urbanos (Figura 52). Até ao século XIX, a sua delimitação é feita por aquilo que o tecido edificado transmite. Posteriormente, é feita uma relação pela existência de um perímetro urbano de 1956, na planta da primeira metade do século XX, e, nos planos seguintes até a atualidade, uma aproximação do tecido urbano com os limites do COS'07, de forma a chegarmos à planta atual e haver uma relação lógica. Na planta atual, do século XXI, são então utilizados os limites do nível 2 do COS na sua área de tecido urbano, embora se tenha adicionado algumas áreas de equipamentos e indústrias como a zona industrial nascente, as zonas escolares (Henriques Nogueira e Madeira Torres), assim como o Campo Manuel Marques, que se entendem por serem áreas de claro domínio urbano, pertencente a um tecido conjunto de edificação.

Destaque ainda para a ligeira diminuição do perímetro no limite norte da primeira à segunda metade no século XX, pelas obras de regularização do Sizandro.

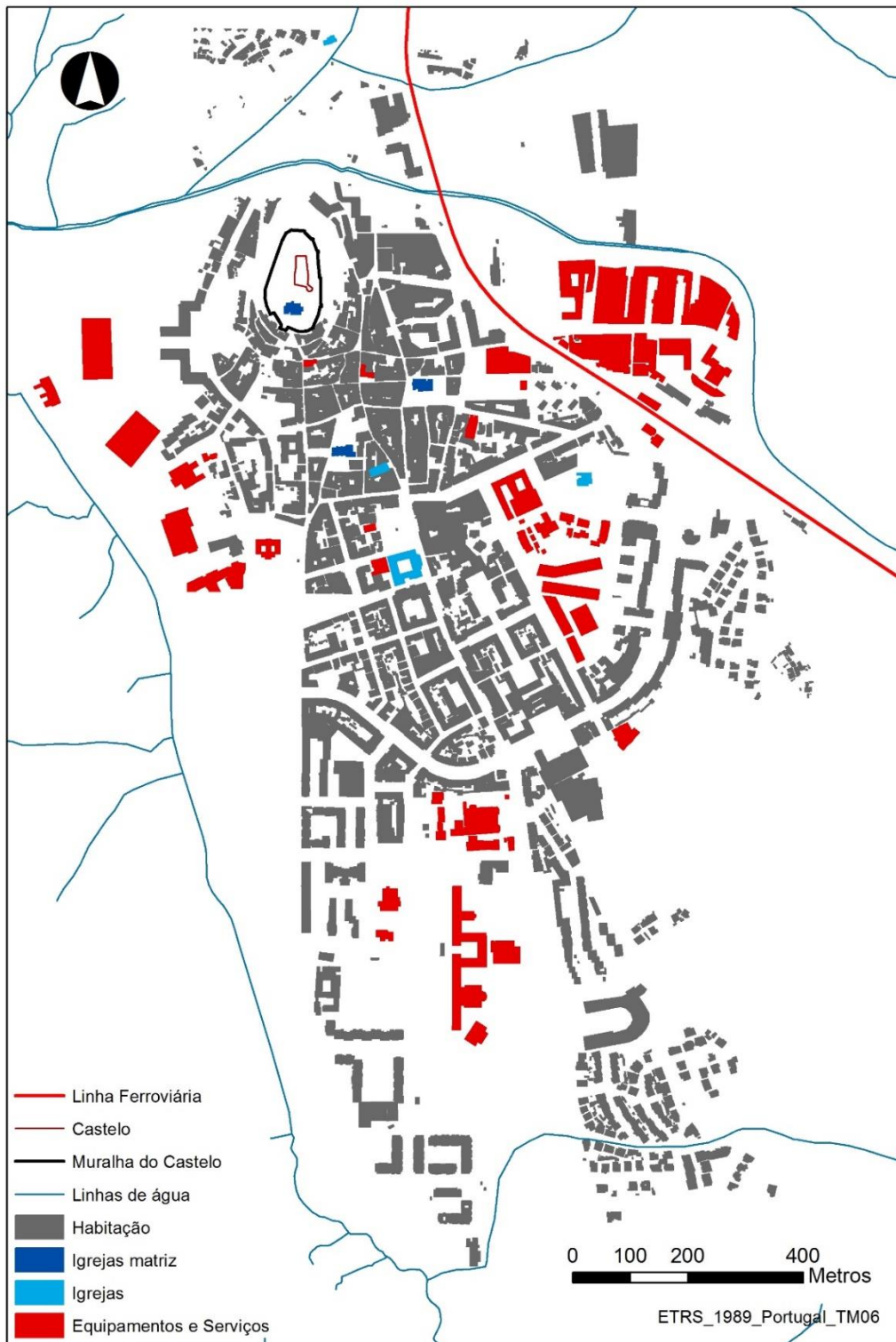
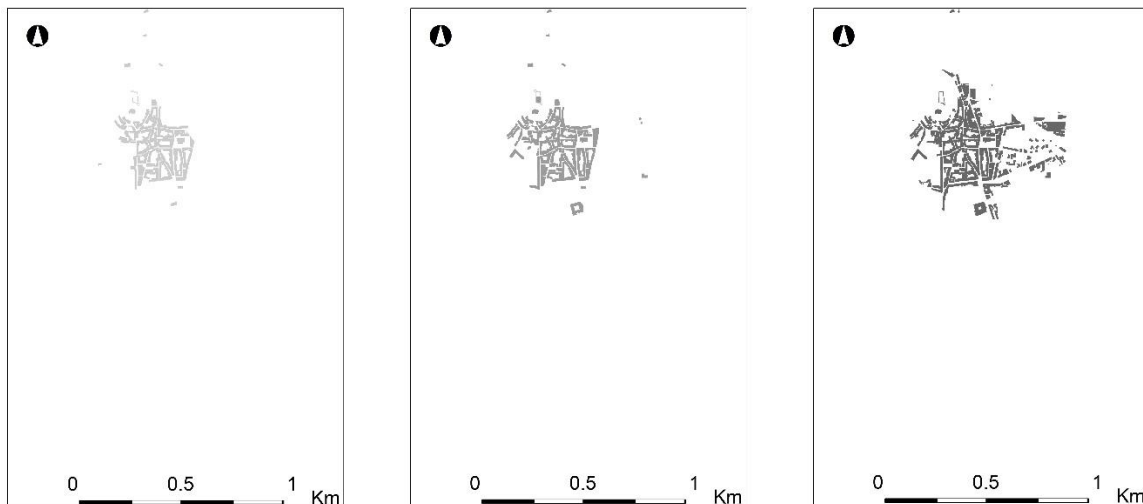


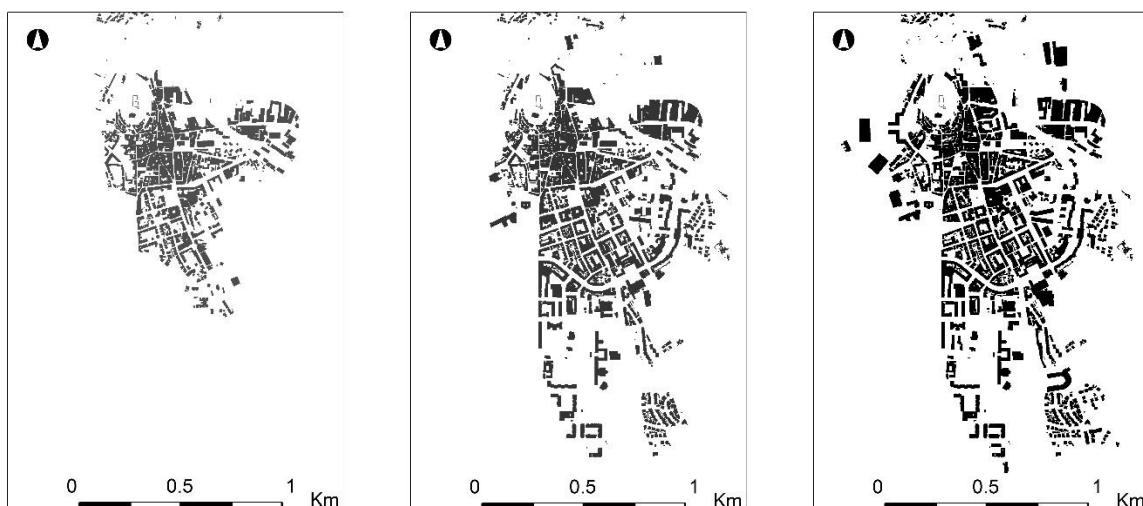
Figura 50 – Reconstituição da planta da cidade na atualidade. (Autor, 2015)



a – Séc. XIV

b – Séc. XVI

c – Séc. XIX



d – Primeira metade Séc. XX

e - Segunda metade Séc. XX

f – Séc. XXI

Figuras 51– Evolução da malha urbana do século XIV ao século XXI. (Autor, 2015)

É ainda de salientar o elevado crescimento urbano durante o século XX, que, de 1900 a 2000, registou um aumento de 383 % de malha urbana, de 30 para 115 hectares (Quadro 3).

Quadro 3 – Áreas, em hectares, dos perímetros de malha urbana nas várias épocas. (Autor, 2015)

Perímetros de malha urbana nas suas várias épocas	Área Total (ha)
Século XIV	10
Século XVI	12
Século XIX	30
Século XX - 1ª metade	61
Século XX - 2ª metade	115
Século XXI	128



Figura 52 – Evolução dos perímetros de malha urbana, desde o século XIV ao século XXI. (Autor, 2015)

4. ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO E DOS PLANOS DE PORMENOR DA CIDADE DE TORRES VEDRAS

4.1. PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE TORRES VEDRAS

O Plano de Urbanização (PU) é o instrumento que define a política de ordenamento de território e urbanismo para uma determinada área do município, sendo definido do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial como aquele que «desenvolve e concretiza o plano diretor municipal e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais» (artigo 98º, DL nº80/2015, de 14 de Maio). Este plano materializa, numa escala mais aproximada, a definição da estrutura urbana, do regime de uso do solo e dos critérios de transformação do território, da área de estudo em causa. Este tipo de planos são elaborados como resposta e integração ao Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor em perímetro urbano, pelo que em Torres Vedras são dois os Planos de Urbanização em fase de conceção: o Plano de Urbanização da cidade de Torres Vedras (PUTV) (Anexo 4, Figuras 53a e 53b) e o Plano de Urbanização de Santa Cruz / Póvoa de Penafirme / Silveira. Pela sua localização, características e fase em que se encontra atualmente, já que foi anunciado no primeiro semestre do ano 2015 à população, o PUTV é o plano que interessa analisar neste trabalho.

A área de intervenção do PU tem cerca de 1746,5 hectares e é traduzida pelo designado perímetro urbano da cidade de Torres Vedras, proveniente do que foi aprovado na última revisão de PDM, em 2006; na verdade, o perímetro considerado vai muito para além dos limites da cidade, comparando-o com o limite considerado no capítulo 3.2, que representa cerca de 7,3 % dos 1746,5 hectares, com quase 128 hectares. Abrange, assim, uma grande parte do território da União das Freguesias de Torres Vedras e Matacães, concentrando-se na sua maior parte nas antigas freguesias urbanas de S. Pedro e Santiago, assim como os núcleos habitacionais de Matos Velhos e Boavista Olheiros, a norte, e do Barro, a Sul. Esta definição de um perímetro urbano que engloba a cidade, pequenos núcleos habitacionais periféricos e um considerável espaço não edificado, ou não urbanizado, entre si, retrata bem a matriz ainda rural aos dias de hoje onde está inserida a cidade torriense. Pela sua complexidade e abrangência, o diagnóstico do plano é vasto, com estudos de caracterização urbanística, demográfica, económica, social ou até de espaços exteriores. Por conter esta vertente de valorização do espaço, com quadros de desenvolvimento territorial baseados nesse campo e, também, por ter uma proposta de estrutura ecológica urbana, este plano define-se como uma importante etapa de decisão naquilo que é a ponte entre um PDM e um PP. Apesar de ainda não estar disponível online, o plano foi fornecido pela autarquia para a realização deste trabalho.

Nos objetivos do PUTV destacam-se o tecido edificado como ponto fulcral, onde é revisto e alvo de decisões de conservação, requalificação, colmatação ou, até, expansão, se for necessário para um espaço urbano de qualidade e com vista a um crescimento sustentável; a rede viária, carente de uma visão integrada e estruturada, necessitando de alternativas às existentes, nomeadamente na circulação no centro da cidade; o desenvolvimento económico, com a revisão dos seus espaços, de forma a

afirmar-se cada vez mais como um sector de diversificação, complexidade e de fixação de população; a definição de uma estrutura ecológica, assegurando a permanência dos valores naturais e promovendo a qualidade ambiental do sistema urbano; tratar o espaço público como elemento referencial na qualidade de vida da população, pelo recreio e lazer; salvaguardar os elementos patrimoniais da cidade, evidenciando a singularidade do centro histórico neste campo; implementação de uma estratégia de mobilidade, seja no funcionamento da cidade assim como na sua relação com a sua envolvente, contribuindo para um sistema urbano funcional, equilibrado e acessível. Em suma, o grande objetivo deste instrumento de gestão territorial é promover o equilíbrio entre as componentes urbana e ambiental, com grande incidência nos espaços intersticiais, de forma a criar um território planeado, integrado e em respeito com as suas condicionantes e características naturais.

Segundo uma avaliação feita no próprio plano, é apresentado um diagnóstico de riscos e oportunidades aos quais é preciso refletir. É, de facto, um trabalho rico em oportunidades, inovações e soluções, mas também com a consciência que há riscos a serem assumidos, pela complexidade da área de estudo e de todos os seus intervenientes. No entanto, dividindo os itens por subtemas, ou Fatores Críticos de Decisão – valorização patrimonial e natural (FCD 1), estruturação e requalificação urbana (FCD 2) e desenvolvimento socioeconómico (FCD 3) – e mantendo as possibilidades de haver um Cenário Zero – cenário presente e futuro, no desenvolvimento territorial na ausência do plano – ou um Cenário PU – cenário futuro, contando com a concretização do programa do plano – são apresentados resultados que, ao fim, nos transmitem que os riscos da não concretização do plano são maiores que os assumidos na sua proposta – 17 contra 13 (Anexo 4, Quadro 4). Tendo como pressuposto que o plano vai ser concretizado na sua versão completa, importa analisar os riscos do Cenário PU, em detrimento do Cenário Zero, ou seja analisar os riscos inerentes à sua concretização.

Os riscos são apresentados no relatório ambiental, mas a sua análise e crítica é feita neste trabalho. No FCD 1, importam salientar os riscos da não identificação das áreas com suscetibilidade à instabilidade de vertentes e da mineralização progressiva das águas, em função do campo de golfe proposto. No FCD 2, é onde residem os riscos mais graves no que diz respeito ao equilíbrio e respeito pelas componentes ecológicas, todos sistematizados como riscos médios. A exclusão das zonas de várzea na delimitação da Estrutura Ecológica, a impermeabilização das áreas de espaços verdes de produção classificadas pela RAN e a falta de valores de percentagem mínima de espaços verdes em áreas habitacionais são os que mais se destacam; poderão certamente levar a questões sérias, como o poder de decisão de outros intervenientes – privados ou públicos – sobre alterações posteriores, assim como a perda de valores do solo e mesmo a carência de qualidade de vida social nos espaços vazios das zonas destinadas a habitação. No FCD 3, são levantadas questões de risco no âmbito socioeconómico; o elevado custo de aquisição e de arrendamento de imóveis praticado no concelho – um grande risco, pois são relevantes os espaços residências a propor e a consolidar – e, com isto, a falta de adesão a grande parte da expansão da rede de transportes ou até mesmo a ocupação efémera dos novos equipamentos económicos pela falta de qualificações na população ativa do concelho, são algumas das questões abordadas. Um dos riscos que não foi apontado à elaboração do plano é o facto das áreas de RAN não estarem presentes cartograficamente no perímetro urbano em questão; esta é,

de todo, uma questão exterior ao domínio da proposta efetuada pelos responsáveis, pois é uma lacuna do ponto de vista do quadro legal dos Planos de Urbanização, mas é, sem dúvida, um risco bem patente na definição de um plano desta essência, pois a partir daqui se derivam outros riscos, como alguns dos já enumerados – impermeabilização das áreas de RAN, por exemplo.

Assim como os riscos previstos e acautelados, também são enumeradas as oportunidades que este plano poderá gerar, que no fundo são os seus pontos fortes. Desta forma, as oportunidades avaliadas no Cenário PU são bastante superiores, de forma natural e óbvia, ao Cenário Zero, tendo 58 contra 18, segundo avaliação do Relatório Ambiental (Anexo 4, Quadro 5). Esta avaliação mostra claramente que o Plano de Urbanização conta com um grande leque de vantagens, favoráveis à sua concretização (CMTV, 2015).

Em relação ao FCD 1, a preservação do património arquitetónico, assim como as condicionantes à construção e à atenção dada aos elementos construídos em áreas de vertentes instáveis e suscetíveis de deslizamento de terras; é de salientar o aumento da área de espaços verdes em relação ao estabelecido no PDM no concelho; a integração de solos classificados como RAN na Estrutura Ecológica Municipal, possibilitando a manutenção ou a exploração de usos agrícolas – no entanto, é um ponto sensível e uma oportunidade de contornar legalmente aquilo que a RAN impera, considerando o facto dos terrenos poderem ser impermeabilizados, já enumerado anteriormente; a proteção das linhas de água e a sua inclusão em corredores verdes, assim como de galerias ripícolas em espaços verdes de proteção; a revisão das questões de infiltração, drenagem e escoamento superficial pela proteção das bacias hidrográficas e das condicionantes à edificação em espaços sensíveis; a divisão dos diferentes tipos de espaços verdes (proteção, produção, recreio/lazer); a inserção e valorização das áreas de REN na estrutura ecológica; e, a criação de um Parque Verde Nascente, adjacente à reabilitação funcional, social e económica das Termas dos Cucos, são alguns dos temas de valem a pena enumerar e ponderar. Quanto ao campo do FCD 2, são descritas intenções ligadas ao ambiente urbano, assim como: a definição de uma estrutura ecológica contínua, integrada e abrangente; a proteção e valorização das áreas de REN como espaços verdes; a criação do Parque Verde Nascente, funcionando como espaço verde de referência no local; a valorização das galerias ripícolas assim como das espécies a utilizar; promover um crescimento urbano programado e contínuo, no que diz respeito à sua morfologia e volumetrias; inclusão de espaços verdes complementares a equipamentos de atividades socioeconómicas; a definição de prioridades para solo urbanizável, com o objetivo de conter a expansão e o desenvolvimento desordenado; reconfiguração da rede viária, assim como a redução de acesso automóvel ao centro histórico; a implantação de uma estratégia de mobilidade, assim como a expansão da oferta de transportes públicos e a reconfiguração dos espaços de estacionamento fora do centro da cidade. No FCD 3, último subtema no quadro das oportunidades, são destacadas questões como o aumento da qualidade de vida na freguesia de Santa Maria; a promoção do turismo de saúde nas Termas dos Cucos; a fixação de população jovem, com a criação de novas empresas no setor comercial e industrial; as vantagens ambientais e sociais de novos transportes públicos, como as emissões de gás e a acessibilidade de idosos e pontos fulcrais da cidade,

como serviços de saúde e a redução do tráfego automóvel, principalmente no centro histórico, realçando as condições de segurança das ciclovias e percursos pedonais.

Numa apreciação global, é de salientar o facto dos responsáveis pela elaboração do PU terem a consciência e a transparência de definir quais são os seus pontos fortes e fracos; por outras palavras, reconhecer aquilo em que o plano pode ser um sucesso, mas precaver as questões que podem trazer o seu fracasso nalguns pontos. Esta é a essência deste Cenário PU e não tanto a necessidade de mostrar que este cenário é em tanto melhor ou mais eficiente que o Cenário Zero, pois esse tem de ser o objetivo do programa de desenvolvimento, caso contrário não faria sentido a elaboração de uma proposta que se quer inovadora, com soluções e alterações num território com problemas a resolver. No entanto, a consideração de um perímetro urbano tão extenso, poderá acarretar com consequências negativas no planeamento, nomeadamente na afetação de sistemas ecológicos sensíveis. Na crítica aqui elaborada, importa uma natural incidência sobre a Estrutura Ecológica e a questões a si ligadas, como os espaços verdes, as áreas protegidas e as áreas de sensibilidade, assim como a mobilidade e a expansão urbana.

A exclusão das áreas de várzea na delimitação da Estrutura Ecológica, apontado como risco nos Fatores Críticos de Decisão de estruturação e requalificação urbana (FCD 2) parece ser um grande risco assumido. As zonas de várzea de um território são, por defeito, uma parcela frágil e sensível do mesmo, fulcral no equilíbrio e no correto funcionamento do sistema ecológico; por serem adjacentes a linhas de água, este tipo de parcelas fazem parte do sistema húmido e, também, dos solos aluvionados. Ora, sendo de sistema húmido, é imperativo que sejam incluídas na Estrutura Ecológica, pois a sua função nunca poderá outra sem ser proteção ou conservação, salvaguardando os valores que lhe são inerentes. Um dos exemplos da não delimitação de várzea no PUTV é o conjunto de áreas circundantes ao Parque Verde da Várzea, onde a Estrutura Ecológica do PUTV apenas delimita o próprio parque, ignorando uma grande parte de área de várzea, já em tecido habitacional central e consolidado.

Outro ponto que assume alguns riscos é a construção de um campo de golfe, na antiga estância termal dos Cucos, na periferia nascente da cidade. Do ponto de vista da mineralização das águas (FCD 1), parece ser um pouco contraditório ao ponto das oportunidades no que refere à intenção da proteção das linhas de água e bacias hidrográficas. Complementando, parece não ser um caminho, quer turístico quer económico, que justifique o investimento, pois já existe na periferia – a 4 quilómetros da cidade – um complexo turístico de índole similar, o *Dolce Campo Real Lisboa*, com oferta turística e desportiva ligada ao golfe. Por consequência, a possível transformação de um espaço classificado como Monumento de Interesse Público (DGPC, 2015) num complexo deste género pode ser fatal do ponto de vista patrimonial, como já são exemplos alguns monumentos pelo país fora – Palácio da Bacalhoa ou Quinta da Penha Longa.

Ainda neste campo, a não definição de quantidades de percentagem de espaços verdes adjacentes às zonas habitacionais propostas conduzirão, certamente, à falta de qualidade do espaço público, ou mesmo a uma pressão urbanística superior ao pressuposto. Deste modo, nunca será assegurado um *continuum naturale* no território, ou neste caso urbano, uma estrutura verde secundária – falamos de

espaços inseridos em áreas habitacionais – onde os valores de referência são 40 metros quadrados de espaço verde por habitante (Magalhães, 1992). Traduzindo para números, feita uma análise quantitativa da planta de condicionantes, os cerca de 23 hectares de espaço verde existente com função de recreio e lazer são complementados com uma proposta de um acréscimo de 31 hectares, o que se traduz numa futura rede de espaços verdes recreativos de 54 hectares, aproximadamente. De facto, é um significativo aumento de oferta deste tipo de uso na ordem dos 139 % em relação ao existente, mas que parece não ser o suficiente para uma área maioritariamente urbana, complementada por uma periferia de alto índice habitacional, representando apenas 3 % da área total do perímetro urbano.

Esta interpretação dos espaços verdes não contabiliza a área descrita no plano como Espaços Verdes Propostos Multifuncionais, que se situa na área circundante à estância termal dos Cucos, onde haverá, segundo o plano, o Parque Verde Nascente que tem como objetivo ser, a par dos parques da várzea e do choupal, um elemento forte na estrutura verde da zona de estudo. Não é conhecida a sua área de implantação, mas claro que será sempre um elemento chave a incorporar nas áreas recreativas e de lazer da área de plano em questão.

De forma a concluir a apreciação dos riscos assumidos pelo plano, há um ponto em especial, no âmbito urbanístico, que levanta problemas de sustentabilidade económica, demográfica e territorial inerentes aos dias de hoje. É proposta uma significativa consolidação de espaços habitacionais na área de estudo e, para além disso, a proposta de expansão de outros tantos. É uma questão que é, até, contestada pelo partido da oposição à autarquia torriense que defende ser “o maior atentado urbanístico em Torres Vedras”, quando incide sobre o facto de ser proposta uma duplicação da malha urbana existente; outro ponto de crítica é também a intenção de construir em altura, nomeadamente nalguns bairros habitacionais – o Bairro de Vila Morena, como exemplo – com edifícios de seis andares a serem complementados às moradias existentes. Tudo isto entra um pouco em contrassenso com um dos pontos realçados no diagnóstico das oportunidades, quando é referida uma prioridade de continuidade urbanística quanto à morfologia e volumetrias do tecido construído. No entanto, a autarquia responde ao justificar a proposta como uma correção ao que é proposto no PDM, como a redução do número de fogos de 50 para 35 por hectare e de área urbanizável de 307 para 127 hectares (Alcântara in *Badaladas*, 2015).

De facto, os números são, de uma forma significativa, mais discretos, mas o que não quer dizer que sejam justos, reais e ponderados. Estamos perante uma cidade que tem crescido pouco em termos demográficos; ao analisarmos as antigas freguesias de S. Pedro e Santiago e Santa Maria e S. Miguel – as freguesias da cidade – vemos que entre 2001 e 2011 cresceram 2 % e 32 % cada uma (CMTV, 2015); no entanto, a segunda traduz-se na parte mais antiga da cidade, abrangendo pouco mais que o centro histórico, o que na planta de zonamento é descrito como espaço central a manter, pelo que nunca poderá ser alvo de expansão ou consolidação, apenas reabilitação; se juntarmos a antiga freguesia de Matações – hoje coligada com as duas anteriores em termos administrativos –, que também faz parte do perímetro urbano, verificamos que, no mesmo período de tempo, a população residente decresceu cerca de 10 %, números preocupantes para uma expansão urbana de números

tão ambiciosos. A juntar ao panorama demográfico, temos ainda os factos de haver uma população cada vez mais envelhecida (Anexo 4, Quadro 6), com cada vez menos jovens (Anexo 4, Quadro 7) e, fruto da atual conjuntura económica e financeira, com cada vez menos poder de compra adquirir ou até arrendar para estes índices de ocupação pretendida.

4.2. PLANOS DE PORMENOR

Desde o ano de 2010 até ao presente, Torres Vedras tem vindo a sofrer alterações significativas no seu espaço urbano. Este facto ocorre, em parte importante, devido à concretização de dois dos Planos de Pormenor inseridos na última edição do Plano Diretor Municipal, em 2006: o Plano de Pormenor de Requalificação do Centro Histórico de Torres Vedras e o Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes (Figura 54). Não são, é certo, os únicos planos existentes e aprovados neste grau de detalhe – são seis ao todo, disponíveis para consulta *online*, em <http://www.cm-tvedras.pt/> - mas merecem destaque pelas suas características, desde a carga ecológica e histórica que comportam, às suas localizações perante a malha urbana e, como já dito, à escala temporal coincidente com a data deste estudo.



Figura 54 – Delimitação dos planos, no contexto da cidade. (Autor, adaptado do Google Maps, 2015)

4.2.1. PLANO DE PORMENOR DO CHOUPAL E ÁREAS ENVOLVENTES – PROGRAMA PÓLIS COMO SEU DINAMIZADOR

O Choupal é o caso mais recente de intervenções na cidade, tendo sido o parque a algumas das zonas envolventes inauguradas este ano. Trata-se de um espaço público situado a norte da cidade, já na margem norte do Sizandro, o que lhe confere um carácter periférico e deslocalizado do centro. Porém, hoje é um local repleto de memórias para a população local, pois foi aqui, anterior ao agora designado Parque Verde da Várzea, no lado poente da cidade, que funcionou o primeiro parque verde de Torres Vedras. Há o registo da intenção e concretização da arborização da Praça 25 de Abril, ou Jardim da Graça, em inícios de século XIX (Baptista, 2013), mas sempre foi, sobretudo, um espaço de encontro e nunca com a dimensão e projeção de um parque urbano – o parque do Choupal, com este uso, data o seu início cerca de um século mais tarde até aos dias de hoje. Anterior a isso, há registos que o choupal tenha sido local de feiras de gado e mesmo da feira de S. Pedro – feira anual da cidade –, depois então realocadas para a várzea, relatando desde aqui um género de relação de paradigma entre estes dois espaços referenciais na vida torriense, ainda hoje algo recorrente.

O Parque Verde do Choupal afirmou-se como um polo de interação social na cidade e, ao mesmo tempo, um espaço de boas vindas da cidade a quem entrava na mesma vindos de Oeste e Norte. A sua proximidade ao rio, que ditam solos permeáveis e férteis, foi uma característica bem aproveitada para a escolha de choupos como maciço arbóreo em praticamente toda a área, o que faz supor que os mesmos sejam centenários aos dias de hoje. Mais recentemente, há memórias e registos de terem havido equipamentos de diversão infantil, como uma pista de bicicleta, um ringue e até um animal selvagem, devidamente em condições de segurança, que era a atração daquele espaço.

Com o passar dos tempos, com a ocupação dos novos bairros habitacionais e zonas mais nucleares da cidade trazidas pela expansão do último século e, principalmente, pela concretização do novo Parque Verde na Várzea, acabaram por “matar” o Choupal. As pessoas deixaram de o utilizar, um pouco pela ausência de estacionamento e do excessivo trânsito de quem entra e sai da cidade na via que a ladeia. O rio Sizandro sempre foi uma barreira natural, dividindo a cidade do parque, acrescido de estrada nacional 9, mas é certo que o caminho de desenvolvimento e ocupação que a urbe seguiu nos últimos anos foi o principal motivo deste crescente desinteresse. Assim, o local foi caindo numa tendência de abandono e marginalidade, ganhando má fama, associado ao vandalismo e à insegurança.

Entretanto, a Câmara Municipal lança a candidatura ao programa Polis – que anunciou as obras no local em 2001 – e, após vários entraves, o plano vai para discussão pública em finais de 2006. Após parecer favorável da CCDRLVT, foi aprovado em 2009 o Plano do Choupal e Áreas Envolventes, pela Assembleia Municipal e publicado em Diário da República ainda nesse ano.

O PPCAE, sendo um elemento de instrumento de gestão territorial de cariz regulamentar no âmbito municipal, circunscreve-se a uma vasta área na zona norte da cidade, onde o Parque do Choupal é o elemento nuclear, com os limites a poente pela Rua das Linhas de Torres e pela encosta do castelo, a sul pela Rua Cândido dos Reis, a nascente pela linha de caminho-de-ferro e a norte pelo Bairro da Encosta de S. Vicente.

Foi desenvolvido no âmbito do Programa Pólis, após o seu conhecimento e dos projetos de concurso de ideias que a partir dele derivaram, de forma a obter uma proposta forte e mais abrangente; foi também uma forma de redirecionar os apoios financeiros que o programa detinha, assim como as suas fortes premissas de ações de desenvolvimento do território urbano. É, portanto, seguro dizer que estão em conformidade e que servem os mesmos objetivos e interesses.

A decisão de escolha deste local para intervenção reside no facto de ser um espaço degradado da cidade, com a presença de valores ambientais, ecológicos e patrimoniais com singularidade em território urbano; a isto junta-se a relevância da memória coletiva aos torrienses, pelo que até num passado algo recente era um dos espaços de eleição da vida social na cidade, e pela necessidade de requalificar a zona norte de Torres Vedras, contrariando a natural expansão urbana para sul como tem acontecido nas últimas décadas ou mesmo séculos. Posto isto, são delineados os objetivos do plano, publicados no seu regulamento, como sendo a criação de uma nova centralidade na cidade, onde a permanência e valorização dos elementos naturais é complementada por equipamentos lúdicos e culturais; a estruturação em termos urbanos e ambientais de toda a área do plano, o que mostra a sua cooperação e interligação com outros planos, como por exemplo o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torres Vedras, a sul; o incentivo à fixação de população, combatendo o crescente abandono desta área, pela construção de espaços habitacionais, recuperação de comércio local e requalificação dos espaços públicos; e, por fim, o retratamento dos espaços de circulação, amenizando-os e reconfigurando-os quando possível em espaços de cariz público e urbano, nunca esquecendo a clara função deste espaço como passagem, circulação e entrada de quem entra na cidade vindo de norte, sobretudo na vertente rodoviária.

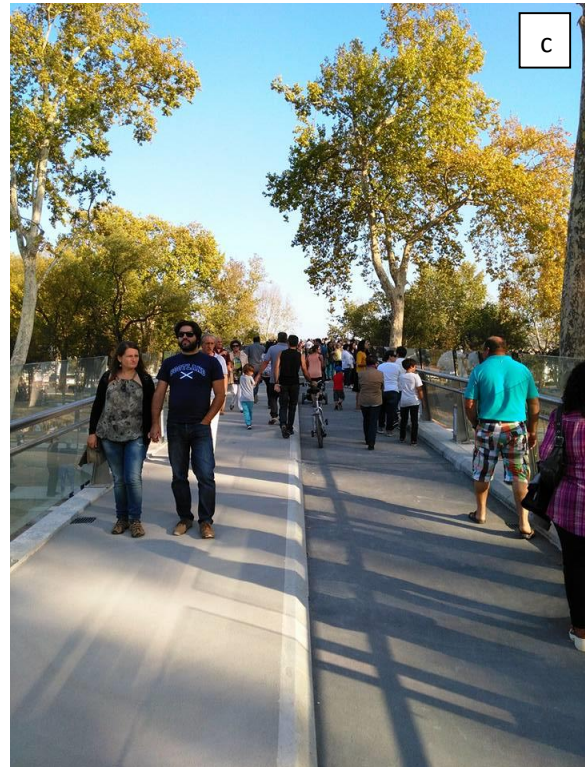
Em termos urbanísticos há uma clara e necessária transparência quanto ao facto do Parque do Choupal ter sido visto e colocado numa perspetiva de elemento-chave, central e dinamizador de todo o plano, pois é justo dizer que é em torno de si que as restantes áreas ganham interesse na sua requalificação. Pela sua função social e recreativa, e pela esperada adesão da população à sua reconversão, quatro dos equipamentos propostos – sete ao todo – são no interior de parque, entre cafetaria, ludoteca, estacionamento e um centro cultural, que reforça a aposta deste espaço como referência no espaço público da cidade de Torres Vedras. É também proposto um centro de interpretação ambiental, numa zona verde a ele adjacente, um quiosque no Pátio da Alfazema e um Centro de Artes do Carnaval, já na extremidade norte do plano, praticamente à saída da cidade. Em termos funcionais, talvez o elemento marcante desta obra – não só pela sua função, mas também pela sua forte influência na paisagem – seja a ponte pedonal, que liga o parque ao centro histórico, mais precisamente ao Pátio da Alfazema. Também é proposta a requalificação deste espaço, de cariz público, com parque de estacionamento, esplanadas, comércio e habitação. Complementando, o espaço público, em todo o plano, conta com a proposta de espécies arbóreas, principalmente em alinhamentos, requalificando as ruas e avenidas mas, sobretudo, servindo de elemento de ligação formal ou de “linha de chamada” até ao choupal. Os objetivos são claros: ligar o centro ao parque, com carácter periférico à malha urbana, vencendo a barreira que o Sizandro e a EN9 constituem neste aspeto, tornar a cidade mais consolidada e permitir o seu acesso e circulação a todos, como as pessoas de mobilidade reduzida; a mobilidade,

com a sua rede ciclável – ponte pedonal com ciclovia, assim como a própria que atravessa o parque de poente a norte do plano e os caminhos pedonais do parque – juntamente à reconversão de certos espaços de circulação automóvel e a requalificação de alguns espaços públicos, é uma das premissas principais neste. É este o mote para ligar a cidade entre si, entre as partes que a constituem e, ao mesmo tempo, combater o abandono e reintegrar este dois espaços na vida dos torrienses.

Na componente ambiental da intervenção, há que realçar a abertura da antiga Vala dos Amiais, desaparecida há séculos, no interior do choupal, recuperando-a a uma ribeira com vegetação. Para além das vantagens estéticas, trata-se da recuperação de uma linha de água, o que em termos ambientais e ecológicos se traduz num processo cuidadoso mas com resultados gratificantes. A manutenção dos choupos (*Populus alba*) do parque é também uma questão bastante positiva nesta proposta; para além de constituírem a sua matriz verde e paisagística – daí o nome Choupal – muitos deles contarão certamente com centenas de anos, pois a primeira descrição da sua existência refere o ano de 1789, sendo então complementado com mais espécies na criação do Parque Verde, mais de um século mais tarde. Outro facto é a manutenção e o respeito pelas zonas sensíveis no que diz respeito às componentes ecológicas do terreno, especialmente importantes face à localização próxima de um rio que já foi navegável noutros tempos. Aqui, a demarcação de zonas de conservação do património natural, como a Reserva Ecológica Nacional, onde se incluem as zonas inundáveis e a Reserva Agrícola Nacional, na planta de Condicionantes do PPCAE, são uma medida necessária e requerente de rigor, que todo o regulamento de proposta terá obrigatoriamente de respeitar. As margens do rio, são alvo de estabilização e reconversão, com a instalação de percursos cicláveis aos habitantes. Apesar das margens dos rios serem uma zona de grande sensibilidade ecológica, por serem associadas à rede hidrográfica e fazerem parte dos sistemas húmidos, a instalação desta rede de percursos parece não afetar a segurança e a vitalidade dos valores ecológicos; uma das razões é a escassa movimentação de terras, ou seja, a manutenção do atual perfil da margem, onde o terreno é modificado apenas no local da sua instalação. O que fica por entender é a segurança dos utentes, com questões como a altura, o declive e a movimentação das marés esse estas foram pensadas previamente. Outra questão que faz parte das dúvidas deste projeto é a alteração de cota do troço de estrada nacional, necessária pela sua conformidade com a ponte pedonal, mas que em termos de risco de cheia parece levantar questões sensíveis, como a sua aproximação ao leito de cheia assim como a sua impermeabilização, que numa zona desta sensibilidade poderá ter as suas repercussões a curto ou médio prazo.

Atualmente, a primeira parte da execução do plano em obra está concluída, naquilo que é chamada de “requalificação da zona do choupal”. Na prática, a zona de incidência desta primeira intervenção é o parque, assim como a requalificação das margens do rio e do troço da EN9, juntamente à construção da ponte pedonal de ligação ao centro histórico. É a grande parte do plano e a mais importante a todos os níveis, faltando apenas as parcelas restantes. A expectativa da população é grande, pois a requalificação do choupal é um assunto há muito discutido e anunciado, desde 2001 quando a autarquia informou a população do tal Programa Pólis, mas na sua inauguração (Figuras 55a, 55b e 55c), no

último fim-de-semana de Setembro a adesão da população foi notória, com a autarquia a programar dois dias de inauguração com atuações artísticas, discursos e comércio de produtos locais no parque.



Figuras 55a, 55b e 55c – Inauguração do parque do choupal e zonas envolventes, dia da inauguração. (Autor, 2015)

Nos dias da inauguração, a recetividade e a satisfação deram lugar ao ceticismo, comum nos últimos anos na abordagem deste tema, e ao incómodo que todas as obras de requalificação causaram nos últimos meses, principalmente no troço de via automóvel que ladeia o parque. Era, de facto, um momento muito aguardado na vida torriense. Ao nível formal, ganha evidência a forma como a permeabilidade entre a zona histórica e o parque foi tratada; não só pela ponte pedonal – na verdade duas, uma aérea e outra ao nível da cota de implantação do parque (Anexo 4, Figura 56), ligando as margens do rio, criando uma dualidade de acessos muito interessante – mas também pela forma como se conseguiu tratar a estrada como elemento integrante do plano, desmitificando a imagem de ser uma barreira, dando agora a perceção de ser quase um elemento circulável do parque, muito em resultado do tratamento de cotas, do desaparecimento da barreira de sebes que ladeava o parque e, sobretudo, da requalificação da zona verde a sul do mesmo, entre o rio e a via automóvel. Sem dúvida, uma intenção bem executada.

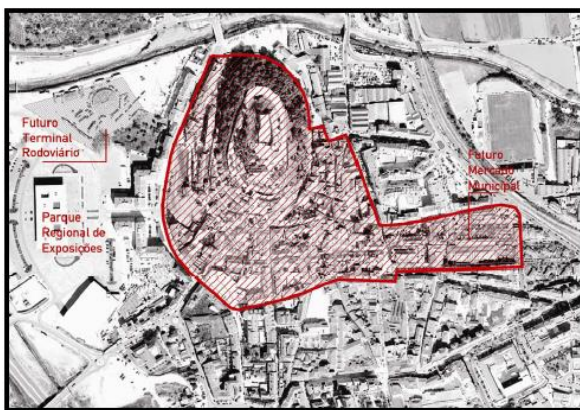
Acima de tudo, e de uma forma quase imediata, é inegável a intenção de ligar a cidade, de articulá-la formal e funcionalmente. O centro histórico da cidade, como local de memória coletiva, portador de um conjunto edificado de património e coração da cidade, é palco de fortes alterações no seu interior e naquilo que são os seus limites de intervenção, mas também para a sua periferia e a zonas adjacentes

pertencentes à cidade, pretendendo integrar-se no seu tecido vivo e ultrapassar o seu carácter de silêncio, abandono e desprezo.

4.2.2. PLANO DE PORMENOR DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS – “TORRES AO CENTRO” COMO PROGRAMA DE REGENERAÇÃO URBANA E ELEMENTO CHAVE DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Outra das zonas de foco em reabilitação e requalificação na cidade foi o centro histórico, com o programa de regeneração urbana do centro histórico de Torres Vedras, designado como “Torres ao Centro” (Figura 57). Foi criado no âmbito da candidatura de Torres Vedras ao Pólis XXI “Parcerias para a Regeneração Urbana”, em 2008, constituente do Programa Operacional Regional “Mais Centro” e aprovado pela CCDR-Centro. Posteriormente, pela aprovação do Plano de Pormenor de Requalificação do Centro Histórico de Torres Vedras (PPRCHTV), serve o “Torres ao Centro” de programa de regeneração urbana, com incidência no local, sendo o elemento de materialização neste âmbito. O objetivo geral é a regeneração do centro histórico da cidade, tornando-o num espaço urbano de referência, qualificando-o no ponto de vista ambiental e urbanístico e com interesse nos âmbitos económico, social e cultural. Como resultado são realizados vários projetos – 15 ao todo – de cariz urbano, económico, social e cultural que são propostos numa visão de interligação e complementaridade entre si. Para isso, é estabelecida uma parceria local entre a autarquia e seis instituições da cidade: a Associação Comercial, Industrial e Serviços da Região Oeste, o Atlético Clube Torriense, o Centro Social e Paroquial, a Cooperativa de Comunicação e Cultura, o Fórum de Associações Culturais de Torres Vedras e o Transforma. A área do plano abrange uma área de 12,5 hectares.

A escolha deste local para uma necessária intervenção é justificada pelo crescente abandono do centro histórico, como problema central. A política de expansão e desenvolvimento urbano em Torres Vedras,



assim como um pouco por todo o país, resultou numa cidade fragmentada e descentralizada, onde a periferia vai ganhando o seu papel na vida habitacional e económica dos torrienses, levando ao desinteresse pela zona histórica da sua cidade. A realidade de afastamento e degradação deste caso assemelha-se em traços gerais, embora com diferenças naturais e relevantes, com o caso do choupal, neste início do século XXI.

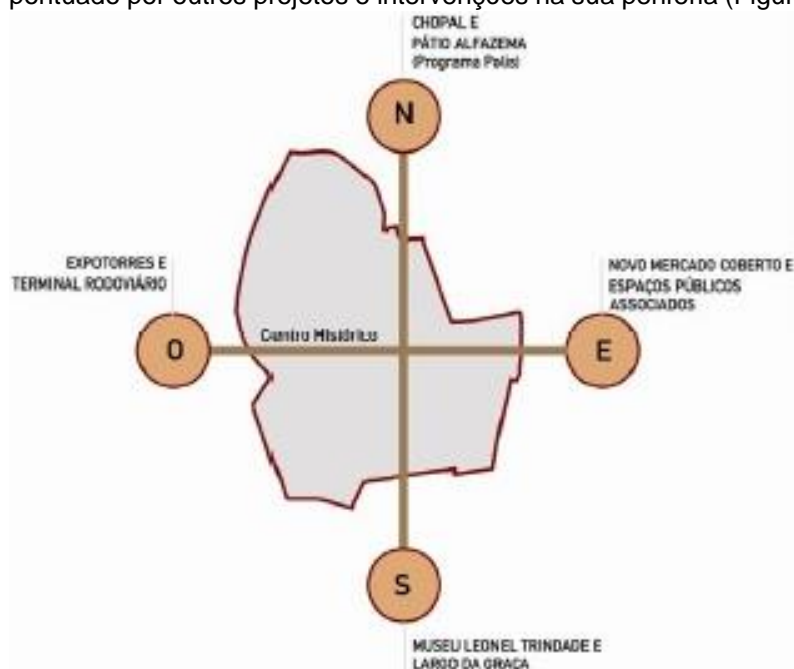
Figura 57 - Área de intervenção do programa. (CMTV, 2008).

Nesse diagnóstico de problemas, temas como a falta de serviços – municipalizados principalmente, visto que já praticamente todos aqui funcionaram e hoje nenhum deles aqui reside –, o escasso comércio, o edificado degradado e devoluto na sua grande parte, a fraca qualidade do espaço público

(vias e espaços de estadia), a difícil acessibilidade ao castelo e a população residente envelhecida e em estado precário foram os pontos dominantes a ter em conta.

Na conceção da proposta, foi procurada uma adequada e cuidadosa inserção, ou reinserção do centro histórico na vida ativa da cidade. Como ferramenta desta intenção, o mercado municipal, apesar de se situar já fora daquilo que é considerada a zona histórica – interpretando aquilo que seriam as muralhas, seria mesmo fora dela – é um equipamento englobado na área inscrita pelo programa “Torres ao Centro”. O objetivo é claro: reforçar a importância daquele equipamento social e económico na vida dos torrienses, integrando-o como espaço âncora do centro histórico e, assim, servir como seu polo dinamizador do ponto de vista socioeconómico. Estando localizado no limite poente da área de intervenção do programa, o seu sucesso a médio e longo prazo pode fazer com que a área em questão – centro histórico – seja um forte local de estadia, atividade social e fluxo económico, assim como um espaço de passagem quase obrigatória por ser um espaço de charneira entre o mercado e o terminal rodoviário, a ponte, na área de complexo de exposições, hoje em dia já em funcionamento. É uma forma inteligente de inserir o espaço na vida coletiva da cidade, tirando partido de duas intervenções importantes neste paradigma de mudança da cidade: a reabilitação do mercado municipal com a relocalização do terminal rodoviário.

Numa perspetiva global e abrangente, o centro histórico funciona, e deve funcionar como ponto de partida na estratégia de desenvolvimento da cidade, pela sua centralidade, importância e singularidade, pontuado por outros projetos e intervenções na sua periferia (Figura 58). Essa intenção parece ter sido



inerente à estratégia de desenvolvimento da cidade, pela prioridade de tratar o “Torres ao Centro” como elemento pioneiro das recentes obras de requalificação e regeneração.

Das obras programadas, a única que não estão em execução e sem data de iniciação de conhecimento público, é a requalificação do largo da Graça, a sul do centro.

Figura 58 - Intervenções estruturantes em torno do Centro Histórico de Torres Vedras, o elemento chave da estratégia de desenvolvimento. (CMTV, 2008).

Quanto aos projetos propriamente ditos, os de cariz urbanístico são dominantes em relação aos demais; no entanto, é difícil dissociá-los pois as intervenções urbanísticas (edificado e espaço público) são a base para que todas as outras se possam desenvolver, pois sem um espaço físico qualificado é muito difícil criar condições de desenvolvimento económico, social ou cultural. Neste âmbito, o melhoramento

dos espaços públicos é um marco muito forte e imediato do programa em questão. Os largos de S. Pedro, Wellington (Figura 59) e Infante D. Henrique (Figura 60), assim como os arruamentos (Figura 61), foram obras a executar pouco depois do mercado, com as suas inaugurações no fim de 2012.



Figura 59 – Largo Wellington. (Autor, 2014)



Figura 60 – Largo Infante D. Henrique. (Autor, 2014)



Figura 61 – Cruzamento das ruas 9 de Abril e Almirante Gago Coutinho, no centro histórico. (Autor, 2014)

Em termos culturais, alguns edifícios dos arruamentos foram reabilitados nas suas funções para que sirvam de sede a algumas instituições, como são exemplos a Câmara Escuroa ou o Espaço Transforma, uma sede de eventos socioculturais, ligados às artes plásticas, visuais e musicais. No âmbito social, houve a preocupação de inculcar a organização de eventos nos espaços públicos aqui enumerados; o Festival Internacional de Artes no Espaço Público é uma das atividades programadas que ainda não aconteceram, mas outras já fazem parte desta recente história social do centro histórico, como o Espaço Convida ou a recente estreia do Festival Novas Invasões, que contou com 16 mil visitantes em quatro dias, na sua primeira edição neste ano. A mobilidade assume-se como premissa essencial no funcionamento de todo este processo de desenvolvimento, pelo que já foi implementado o Porta-a-Porta, um serviço de transporte ao domicílio de doentes com dificuldades de autonomia; a juntar a isto, as Agostinhas são um serviço de aluguer de bicicletas que se dispõe por toda a cidade incluindo o centro histórico e está ainda prevista a instalação de um *minibus* elétrico, exclusivo para esta área da cidade.

Com o fim das obras do programa, é oportuno fazer uma análise daquilo que foi proposto e executado. Começando de uma forma geral e vendo a proposta em termos formais, era um desafio enorme. Trabalhar na mudança de um centro histórico é, certamente, um dos trabalhos mais difíceis por parte dos gabinetes de arquitetura, planeamento e/ou urbanismo. É por si um espaço consolidado, repleto de condicionantes, sejam elas de que origem forem. Daí é notória a forma inteligente e oportuna de

intervir neste espaço ao mesmo tempo que vai acontecendo, ao longo de alguns anos e ainda a acontecer, uma mudança de paradigma em Torres Vedras. O centro histórico junta-se ao choupal neste forte processo de mudança, requalificação e integração. É inteligente também a forma como foi feita a ligação da malha urbana do espaço com a sua periferia; a definição do mercado e do novo terminal rodoviário – prevendo a sua localização futura, na altura da conceção da proposta – foi uma maneira de dar vida ao aspeto formal do projeto. A reabilitação dos edifícios devolutos foi também um processo que denotou sensibilidade, na medida em que foram recuperados no seu interior quanto às suas funções, e não apenas numa perspetiva de fachadas e aspeto exterior para a rua pública. A mobilidade, com as suas diferentes propostas – três neste caso – demarca-se como uma inovação necessária e bem adequada ao tipo de morfologia, quer do terreno quer do edificado, pelo que não poderia ser qualquer solução a ser adotada. A cultura e a atividade social, com o Espaço Transforma no topo da lista, parece ser um bom indicativo, não só pela componente recreativa, mas também por ser um espaço de índole artística, podendo ser uma incubadora de novos projetos e de formações para a população interessada; a promoção da vida noturna, por parte de quem a frequenta e de quem a promove, poderá também ser um ponto positivo pois este tipo de eventos e iniciativas traz benefício ao comércio local, nomeadamente bares e restaurantes. A coesão social e a oferta de espaços para todos é fundamental na vitalidade de um espaço público, principalmente um centro histórico. Por outro lado, outro tipo de comércio, o tradicional e diurno, como lojas de calçado e roupa parecem ter cada vez mais os dias contados no centro histórico da cidade; uma das razões para isso acontecer está na falta de estacionamento gratuito na zona em causa, o que não foi ainda resolvido pelo presente programa de regeneração urbana. Existe, é facto, duas bolsas de estacionamento, mas são pagas em horário laboral diurno, o que não é atrativo para um espaço que se quer promover e integrar na vida comercial dos habitantes. Visto que a circulação automóvel é um fator em que pouco ou nada se pode alterar mais – no programa já foram propostas e executadas alterações, entre elas a circulação de velocidade moderada junto à Igreja de São Pedro – o estacionamento parece ser o ponto vital de resolução, quanto à dependência dos habitantes e visitantes pelos seus automóveis. Quanto ao espaço público e à componente ambiental, o programa parece apresentar carências evidentes. É difícil, numa primeira análise, notar inovação ou reabilitação no que diz respeito a espaços verdes no centro histórico. Pela sua morfologia, é difícil propor muitas ideias daquilo que é o plano verde de uma cidade – como parques ou alinhamentos arbóreos, por exemplo – mas o centro histórico ainda apresenta alguns espaços que se assumem como autênticos vazios urbanos; dois deles são as bolsas de estacionamento existentes. Não se propõe a alteração do seu atual uso, mas ter dois espaços públicos, amplos e bem localizados – um deles junto à saída norte da cidade e outro em pleno coração do centro, junto a uma igreja, a um bar e a comércio local – com o único objetivo de parquear automóveis, sem uma árvore, sem uma peça de mobiliário urbano e sem sombra, parece ser uma solução a rever, ou a complementar no futuro. Num âmbito mais urbanístico e de plano de execução, os materiais utilizados nas praças requalificadas parecem não se adequar ao local nem à sua envolvente, pois são espaços associados a dois imóveis classificados como monumentos nacionais do centro histórico. O betão, o mármore e o ferro parecem não respeitar uma paisagem urbana dominada por materiais nobres, como a calçada de calcário, a alvenaria ou as paredes caiadas. Ainda neste campo, a segurança dos utentes mais sensíveis, com

crianças e idosos, é posta em causa em locais com plataformas com alturas superiores a um metro, sem qualquer guarda de proteção ou medida preventiva a acidentes. O largo Wellington é um exemplo claro disso mesmo.

5. ESTRUTURA ECOLÓGICA E SUAS VISÕES DISTINTAS – PERÍMETRO URBANO DE TORRES VEDRAS

No presente capítulo, é procurado mostrar uma versão daquilo que é a Estrutura Ecológica da área de estudo, que tem como limites os mesmos utilizados no Plano de Urbanização de Torres Vedras. Pela incidência espacial – abrangente e ao mesmo tempo incidente nos pontos importantes de análise deste trabalho – e pela possibilidade de cruzamento com os planos, intervenções e programas estratégicos aqui analisados, é, de todo, conveniente a sua caracterização nesta área.

Sendo este um trabalho de análise e resultados críticos, é conveniente a análise e comparação de duas versões fidedignas da Estrutura Ecológica do local. O objetivo não é, de todo, validar uma em detrimento da outra, apenas uma comparação do ponto de vista das suas diferenças e semelhanças, pois apesar de caracterizarem o mesmo local, as suas visões são algo distintas. A primeira, de autoria camarária, é a que acompanha a recente proposta do Plano de Urbanização de Torres Vedras (Figura 62), disponível na página *web* da Câmara Municipal; a outra, é integrante da elaboração da Estrutura Ecológica Nacional, elaborada pelo Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista (CEAP), unidade de investigação do Instituto Superior de Agronomia, disponível no EPIC WebGis Portugal, na *web* também.

Na Estrutura Ecológica que acompanha o PUTV, o objetivo é justificar e caracterizar todo o trabalho efetuado nesse âmbito, assim como guiar futuras intervenções de menor escala, como as unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) e os planos de pormenor (PP).

A área de estudo tem 1746,5 hectares, o que corresponde ao perímetro urbano da cidade, delimitado do Plano de Urbanização. De salientar que a área atual da cidade de Torres Vedras, de acordo com o estudo da evolução do aglomerado urbano, é de 128 hectares. Por sua vez, a área inscrita na Estrutura Ecológica é de 1052,7 hectares, o que corresponde a 60,3 % da área total. Não sabendo a delimitação das suas várias classes ou componentes – exceto as áreas de máxima infiltração, no âmbito da delimitação da REN na carta de condicionantes – é descrito no relatório ambiental do plano o conjunto de fatores de decisão na sua delimitação, sendo eles: os aspetos fisiográficos do terreno, com atenção às zonas de várzea e às zonas declivosas; as áreas designadas como RAN, anteriormente ao projeto; os espaços verdes que apresentem dimensões significativas, a juntar os propostos aos existentes; a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental estabelecida pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo; e outras áreas ou pontos entendidos como interesse ecológico (CMTV, 2015).

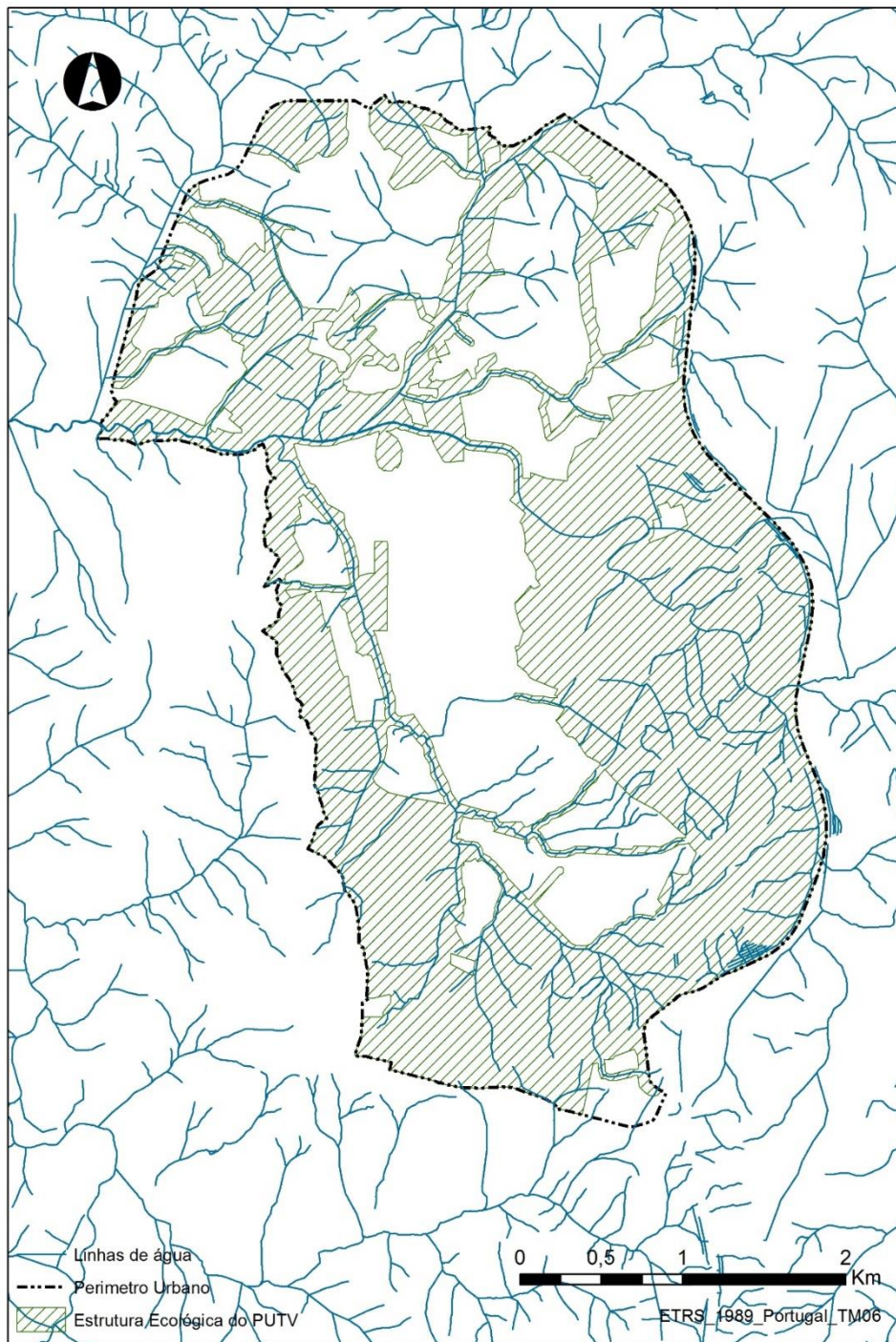


Figura 62 – Estrutura Ecológica apresentada no Plano de Urbanização de Torres Vedras. (Autor, adaptado de CMTV, 2015)

A proposta de Estrutura Ecológica delimitada pelo CEAP está disponível no EPIC *webgis, online*; como uma proposta de delimitação ao nível nacional, foi trabalhada e filtrada para o caso de estudo e, por outro lado, com base naquilo que são os conceitos de delimitação de uma estrutura ecológica fundamental (Magalhães, 2013), tendo como componentes: sistemas húmidos, áreas de máxima infiltração – níveis I e II, vegetação natural com interesse para conservação, solos de valor ecológico

elevado e muito elevado e áreas declivosas, quantificadas pelas suas áreas no Quadro 8. Na metodologia da sua apresentação, foram trabalhadas e representadas com base na cartografia nacional, mas apresentando um contexto municipal, com aquilo que está inscrito no perímetro urbano. Esta base de trabalho, assim como outras bases presentes neste estudo, estão definidas pelo sistema de coordenadas ETRS 1989 de Portugal (Figura 63).

Quadro 8 – Componentes ecológicas e respetivas áreas – proposta do CEAP disponível no EPIC *webgis*. (Autor, 2015)

Componente ecológica	Área (hectares)
Sistemas húmidos	185
Áreas de máxima infiltração - Nível I	295
Áreas de máxima infiltração - Nível II	285
Vegetação natural com interesse para conservação	58
Solos de muito elevado valor ecológico	182
Solos de elevado valor ecológico	910
Áreas declivosas	220

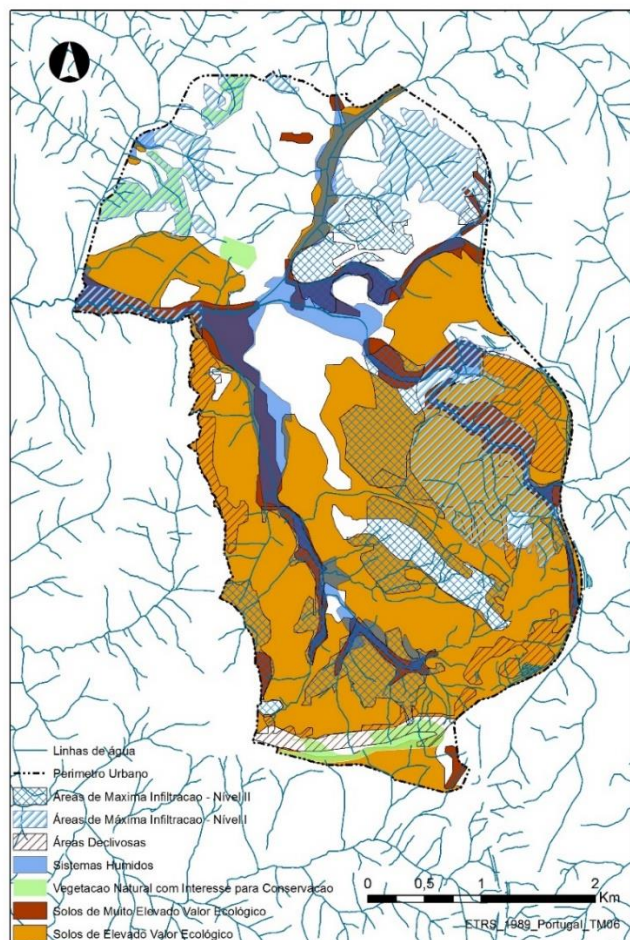


Figura 63 – Representação local da Estrutura Ecológica delimitada pelo CEAP. (Autor, 2015)

Entendem-se por sistemas húmidos as áreas adjacentes às linhas de água, normalmente com declives entre os 0 e os 5 %. Estas podem ocorrer tanto a montante como a jusante das bacias hidrográficas. A montante, como por exemplo no cimo de cabeços largos, são derivadas de escoamentos superficiais que, devido à sua morfologia e geologia, ali se instalam e depositam, formando zonas húmidas designadas de barrancos ou valeiros; a jusante, mais ocorrentes, são associadas às linhas de água e sofrem influência do nível freático da bacia; pela sua morfologia, estas áreas são mais largas devido ao seu suave declive, coincidindo em grande com as zonas com risco de ocorrência de cheias (Cunha *et al*, 2013), como se pode verificar no caso da área de estudo, pela comparação desta componente com a carta de condicionantes do Plano de Urbanização. Espacialmente, o sistema húmido espelha uma aproximação à classe das zonas ameaçadas pelas cheias, integrantes da delimitação da REN (Figuras 64 e 65). Na sua comparação, é imediata a percepção de que há zonas que não foram consideradas de sistemas húmidos na planta de condicionantes, como por exemplo, a zona do Parque de Exposições, na afluição da Ribeira de Alpilhão com o Sizandro, assim como toda a zona de várzea da ribeira e os terrenos a nordeste da cidade (Figura 65), adjacentes à linha de comboio. A justificação da não inclusão de zonas deste tipo na componente ecológica encontra-se no facto de serem locais aterrados, com uma cota de terreno adulterada em relação ao que seria a sua morfologia original, ou seja, áreas que continuam a ser zonas de risco, até por muitas delas serem impermeabilizadas, mas que não constam no inventário municipal como áreas de sensibilidade. Considera-se, no entanto, que deveriam ser incluídas como áreas sensíveis. Dado o facto de estarmos numa zona urbana distante do litoral, apenas estão presentes zonas húmidas interiores, que incluem pauis ou turfeiras (COS 2007).

As áreas de máxima infiltração são as áreas reconhecidas com o maior índice de permeabilidade, contando com avaliações das suas componentes de geologia, de declive, de solo e coberto vegetal. Na proposta de delimitação, a metodologia adotada (Pena & Abreu, 2013) gerou dois níveis de classificação: o nível I, classificadas como zonas de permeabilidade alta e o nível II, de permeabilidade média a alta. A principal função deste subsistema ecológico é a diminuição de escoamento superficial, contribuindo para uma menor erosão dos solos e aumentando as reservas de água no subsolo. De uma forma geral, a infiltração é determinada pelas características do solo, como o tipo de rocha, a porosidade e a humidade; pelo declive, onde as percentagens menores são vantajosas para a acumulação de água; pelo coberto vegetal, influenciando a incidência da precipitação, por exemplo; e pela pluviosidade, ligada à humidade do solo pelo que quanto mais frequente for, mais possibilitará a sua infiltração no solo (Pena & Abreu, 2013). Na área estudada, esta componente ecológica localiza-se com forte expressão no sistema montanhoso junto às Termas dos Cucos.

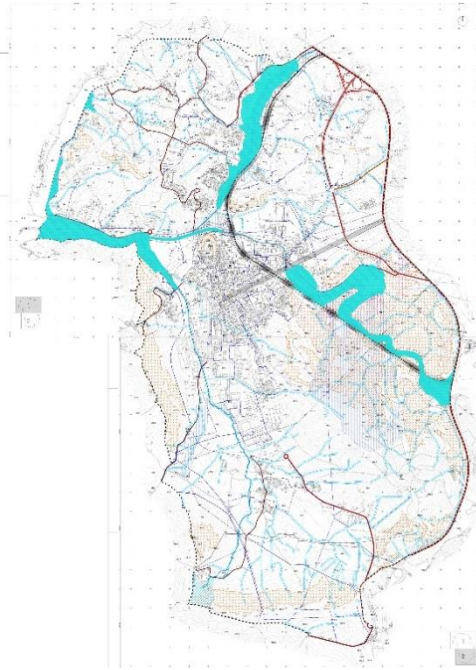


Figura 64 – Representação da união das zonas ameaçadas pelas cheias e das margens e zonas inundáveis (azul) da carta de condicionantes. (CMTV, 2015)

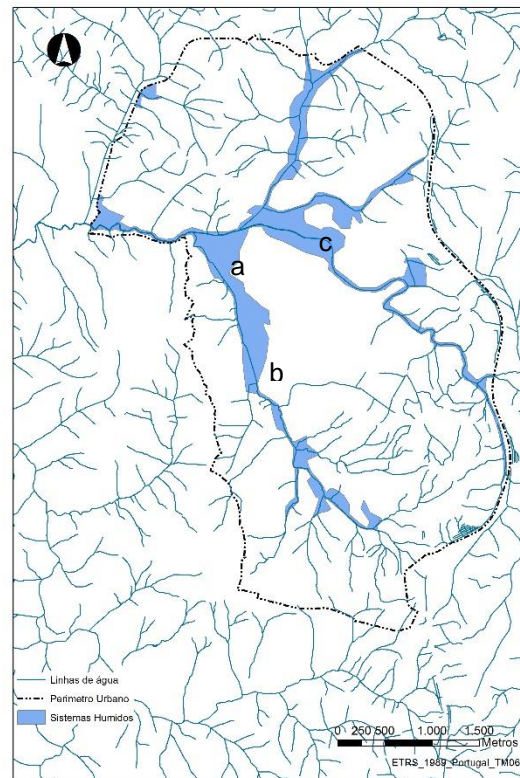


Figura 65 – Sistema húmido, na proposta de delimitação do CEAP. (Autor, 2015)

- a – Parque de Exposições
- b – zona de várzea
- c – terrenos a nordeste

A delimitação das manchas de vegetação natural com interesse para conservação define o conjunto de séries vegetativas com valores de conservação 4 e 5, ou seja, de elevado e muito elevado valor biológico de conservação. Como parâmetros de análise, foi tido em conta: a sua naturalidade, atentando ao resultado da influência humana na sua presença e propagação; a sua substitutividade, que indica a capacidade da comunidade vegetal se regenerar após a sua destruição por um fator externo; a sua ameaça, neste contexto de que forma está ameaçada, analisando a sua proximidade ou atratividade de ponto de vista de ocupação humana, que leva muitas vezes ao desrespeito pelas comunidades vegetativas presentes; o seu valor florístico-fitocenótico, com parâmetros ligados à sua originalidade, aspeto florístico ou estrutura complexa; a sua raridade, geográfica, quanto à sua distribuição, dimensional, contando com a média por comunidade, e de abundância, que cada uma tem dentro da própria comunidade. A classificação foi feita por Mesquita (2013) com base nas séries de vegetação e pelas suas etapas, sendo os bosques, assim como alguns matagais, matos e florestas as de valor biológico de conservação de 4 e 5.

A classificação do valor ecológico dos solos serve, de uma forma complementar, para colmatar as deficiências evidentes da Reserva Agrícola Nacional enquanto instrumento legal de políticas de proteção de solo. Um dos problemas mais relevantes da RAN é a não aplicação – ou delimitação – na proposta da planta de condicionantes de um Plano Diretor Municipal e de um Plano de Urbanização, ao contrário da REN; no PDM, apesar de estar demarcada, não engloba as áreas de edificado existente ou edificação proposta, ou seja, a sua demarcação é “recortada” pelas áreas urbanas e de expansão urbana. Para complementar, outro fator preocupante é a autorização de usos não agrícolas no espaço, como propostas de impermeabilização dos solos, apesar de contarem com um rácio limitativo, como acontece no presente caso de estudo. Urge, é certo, a ponderação destes princípios, pois permitir a impermeabilização em solos de grande potencialidade agrícola pode ser um dano irreversível na continuidade, sustentabilidade e valorização das componentes ecológicas da paisagem. Então, cabe à definição de uma estrutura ecológica integrada e completa englobar as classes 4 e 5 do valor ecológico do solo, ou seja, os solos de elevado e de muito elevado valor ecológico. Na classificação destas duas classes, as mais superiores, são destacadas a produção de biomassa, a fertilidade e a espessura do perfil de solo como parâmetros de avaliação. Sendo assim, na Estrutura Ecológica Nacional disponível no EPIC *webgis*, os solos de classe 5 – valor ecológico muito elevado – apresentam uma espessura elevada, com enorme capacidade de retenção de nutrientes, grandes índices de fertilidade e, conseqüentemente, muita produção de biomassa; os solos de classe 4 – valor ecológico elevado – apresentam significativos índices de produção de biomassa também, mas com menos expressão, representando na sua maioria sistemas ecológicos complexos, como sapais, terrenos agrícolas com expressão e florestas (Leitão *et al*, 2013). Na interpretação do caso de estudo, é notória a localização dos solos de muito elevado valor ecológico estarem associados a linhas de água, principalmente em zonas de várzea e de leito de cheia. Os solos de elevado valor, obtêm uma grande expressão territorial na área, com cerca de 910 hectares de área classificada, ou seja, 52 % da área total do perímetro urbano. Este facto espelha bem a matriz rural do concelho e, por consequência, da área do perímetro urbano, com a periferia da cidade a ser dominada por uma paisagem fortemente rural, com campos de cultivo – a vinha como principal produção – e alguns matos e florestas, com interesse para proteção e conservação.

As áreas declivosas delimitadas correspondem a excertos territoriais com declives superiores a 25 %, integrando-se, de um modo classificativo, nas vertentes mais acentuadas do sistema seco. São áreas temperadas do ponto de vista climático e com solos pouco profundos (Magalhães, 2013), onde a principal preocupação é o escoamento superficial de águas, derivando a elevada tendência para a erosão hídrica do solo. Estão naturalmente associadas a linhas de fecho como comprova a sua presença na área de estudo, na encosta do Varatojo, assim como na cumeada que liga a Serra da Vila a Catefica, mas principalmente no sistema montanhoso junto às Termas dos Cucos.

A forma como a metodologia é apresentada como resultado ganha um maior entendimento e clareza na forma como decompõe a estrutura pelas suas variadas componentes. A situação ecológica do território e as suas áreas de incisão são retratadas com clareza – o que ganha ainda mais valor sendo, na sua originalidade, uma proposta de âmbito nacional.

No âmbito do perímetro urbano em estudo, se agruparmos a proposta numa única classe, verificamos que a sua área compreende-se num total de 1384,5 hectares; em contraponto com a primeira proposta, que detém 60,3% do território, a delimitação do CEAP abrange 79,2 % do mesmo. Isto origina uma natural, e esperada, discordância entre ambas, na sua sobreposição. Neste processo são diferenciadas três classes: a verde-escuro, as manchas em que coincidem as duas propostas – “Área com estrutura ecológica do PU com estrutura ecológica do CEAP”; a verde-claro, a mancha que está assinalada na proposta da autarquia e não presentes na segunda – “Área com estrutura ecológica do PU sem estrutura ecológica do CEAP”; e, completando, uma terceira componente, a vermelho, que deteta as áreas presentes na proposta do CEAP e em falta na proposta do Plano de Urbanização – Áreas sem estrutura ecológica do PU com estrutura ecológica do CEAP (Figura 66). A zona de concordância das duas partes apresenta um total de 939,74 hectares de área, sendo a maior das três classes, o que é normal, pois são comparadas duas figuras da mesma matéria e com a mesma finalidade. No entanto, o problema está na sua discordância, bem mais acentuada na falta de delimitação de zonas sensíveis por parte do Plano de Urbanização e incluídas na proposta do CEAP (classe a vermelho), com 444,78 hectares, quase quatro vezes superior à classe oposta, a das zonas consideradas pelo PU e descoradas pelo CEAP (a verde claro), com 112,97 hectares. Em termos espaciais, esta última classe apresenta-se em locais como o morro do castelo e alguns terrenos a norte da cidade, nomeadamente com possível função de proteção. Apesar da proposta do CEAP não englobar o morro do castelo como zona de sensibilidade ecológica, esta encontra-se demarcada na carta de REN, nomeadamente na vertente norte do mesmo, classificada como área de risco de erosão. No entanto, a classe representante da maior divergência, pelo seu número e expressão territorial, apresenta um forte défice de classificação das zonas a sul e a nordeste da cidade pelo Plano de Urbanização como áreas sensíveis do ponto de vista ecológico e paisagístico, onde há um grande peso de solos de elevado valor ecológico e áreas de máxima infiltração que não são tidas em conta. A justificação deste processo pode ser encontrada naquilo que é, indubitavelmente, a grande lacuna do regime da RAN como instrumento de política de ordenamento do território: a sua não integração nos Planos de Urbanização. Sendo a RAN bastante caracterizada por solos de elevado valor ecológico – que na proposta do CEAP acaba por ser visto como tal – a estrutura ecológica proposta pelo plano em vigor, acaba por contornar a questão, fazendo uso da sua ausência cartográfica e, como é mostrado, não englobando solos com valor ecológico para colmatar essa mesma falta de informação. Completando, a definição de perímetros urbanos com áreas vastas, como é o caso, agrava ainda mais esta questão. Por outras palavras, fazendo uma suposição em termos comparativos, a não definição de áreas de sensibilidade como estas, juntamente à demarcação de um perímetro urbano que vai muito para além daquilo que são os limites da cidade propriamente dita, acabam por facilitar a expansão áreas contruídas para sul e nordeste, pois a Estrutura Ecológica em vigor no plano define essas mesmas áreas como de aptidão à construção, quando na verdade provavelmente não o serão.

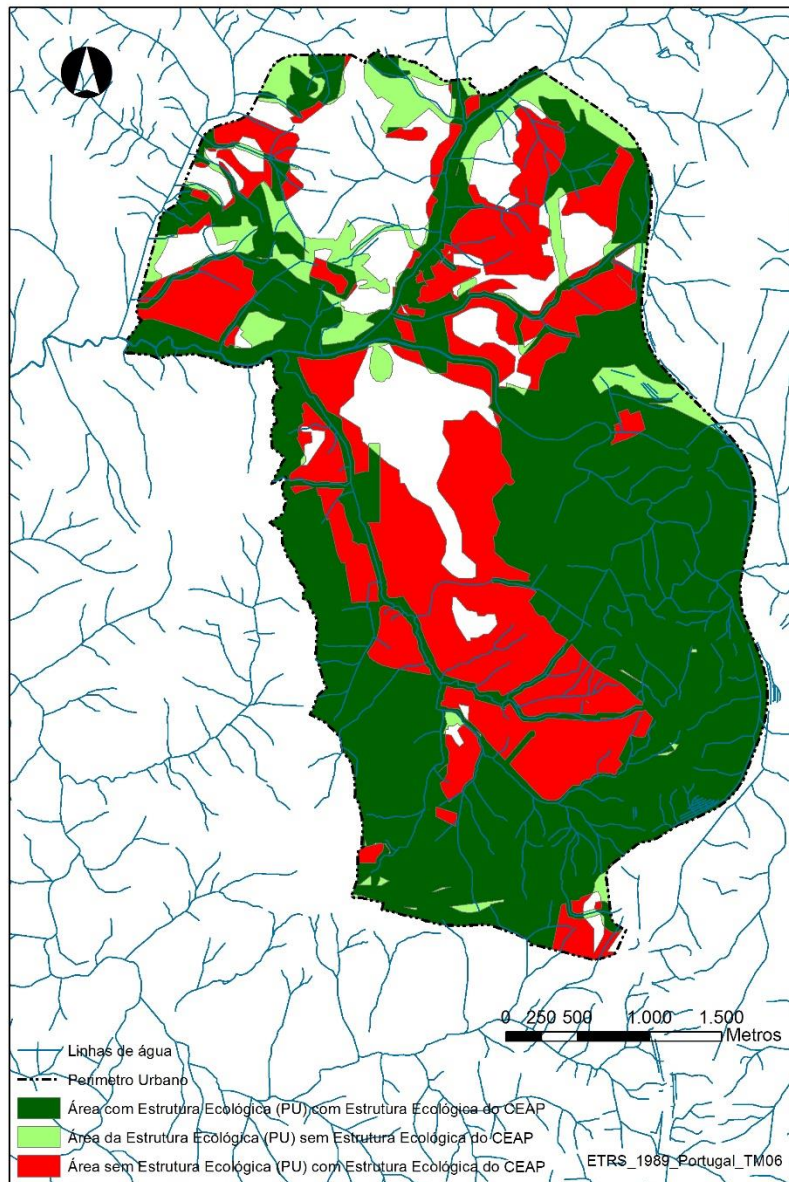


Figura 66 – Integração e comparação das duas propostas de Estrutura Ecológica. (Autor, 2015)

6. EVOLUÇÃO URBANA E ESTRUTURA ECOLÓGICA

Com um cenário alternativo, fundamentado e científico de uma proposta de Estrutura Ecológica proporcionado pelo Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista, é possível a confrontação entre as componentes ecológicas do território e o rumo que a cidade assumiu – desde ser apenas um lugar, até ser vila e então um local de características urbanas consolidadas. A razão da escolha da proposta do CEAP nesta etapa do trabalho prende-se, além do seu carácter científico e conteúdo detalhado, com o facto de ser de autoria de uma instituição imparcial e isenta, mas dotada do conhecimento necessário na elaboração de uma estrutura ecológica. De uma forma cronológica ou por épocas históricas, é

interessante achar a relação entre a forma como o Homem decidiu desenvolver e expandir o local em função de uma consciência ou uma ignorância daquilo que o território e a paisagem comporta, de um ponto de vista de continuidade e sustentabilidade, como até mesmo à própria qualidade de vida das populações que foram sendo os atores e planeadores deste processo de evolução.

Remetendo ao que a descrição histórica de Torres Vedras nos dá a conhecer, o primeiro polo de ocupação humana é o Castro do Zambujal. É certo que o terreno foi mudando ao longo das décadas e dos séculos, mas o facto da morfologia onde está inserida a cidade ser um vale aberto sugere que seria uma zona navegável, com as zonas mais altas e montanhosas que hoje conhecemos como periferia terem sido ocupados como refúgio defensivo, como é exemplo o Castro do Zambujal. A zona baixa era, então, deixada para navegação e, mais tarde para terrenos de cultivo, o que sugere um respeito pelos valores do solo, mas obviamente mais por necessidade de defesa e segurança do que por consciência de salvaguarda de valores.

Mais tarde, o rio começa a entrar numa fase de assoreamento, com as margens a ganharem espaço ao leito, tornando-se em zonas ricas em nutrientes que rapidamente foram ocupadas com explorações agrícolas. A existência de *villae* romanas para as famílias abastadas – São Gião, Turcifal e, mais distante, a Carvoeira – em locais periféricos e mais altos em redor do vale também comprovam que a ocupação na zona baixa ainda não era uma preferência, não só pela instabilidade das marés que faziam com que o rio causasse inundações periódicas, mas também pelos campos de cultivo aí instalados. A própria fundação do lugar, com os eixos urbanos que dão início ao que viria a ser o centro histórico, como a própria ocupação do morro do castelo pelo povoado, transmite a não apropriação das zonas de várzea de uma forma propositada. Um facto interessante é que os muçulmanos, povoado que ocupou a urbe depois da queda dos romanos, apesar de se caracterizarem por um urbanismo completamente desprovido de planeamento – ao contrário dos romanos, construindo edifício a edifício, ignorando totalmente a rua como linha de guia planeadora – acabam por ser um povo que, pela ocupação de locais altos e sinuosos, ocuparia as zonas de cabeços largos, como as montanhas periféricas à urbe e o morro do castelo. A curiosidade deste facto está em contrariarem aquilo que os seus antecessores tinham motivado, que era um urbanismo de futuro nas zonas mais baixas do terreno. Complementando, a provável ocupação das vertentes, não só deste povo mas principalmente pela sua expressão temporal – nove séculos na região – terão postos em causa, seguramente a estabilização, de zonas declivosas com sensibilidade.

Com a reconquista cristã e a fundação de Portugal, veio a o cristianismo e conseqüentemente linguagem medieval. A ocupação cristã começa a consolidar a zona baixa da vila (Figura 67), aproveitando o sistema de eixos principais instalados pelos romanos, com expansão e instalação das igrejas como espaço âncora de vida pública. No entanto, a muralha teria uma função não só defensiva, mas também de segurança contra o rio, a norte do centro histórico. O rio na altura era bastante meandrizado e com significativas zonas de margem com alagamentos e cheias frequentes, o que aconteceria bastante a norte do centro histórico. Um dos factos que nos remete para isso é a igreja de São Miguel, implantada fora da muralha e naquilo que deve ter sido até há poucas décadas atrás uma zona ameaçada pelas cheias. Foi um edifício bastante fustigado por catástrofes naturais e, no século

XIX acabou por desaparecer. Em comparação, a permanência da Ermida da Nossa Senhora do Amial e da Fonte de S. Miguel (inscrita no Parque do Choupal), faz-nos crer que seria uma zona com menos risco de cheia, como a delimitação do atual sistema húmido representa, no seu limite; no caso da fonte, o correto uso do espaço como parque – embora alguns séculos mais tarde –, com boas condições de drenagem e permeabilidade, tenham sido fulcrais para a sua permanência aos dias de hoje (Anexo 5, Figura 68). Esta disposição, a norte, do rio e das suas zonas alagadas, aliado à morfologia do terreno de caso de estudo ajuda a explicar o porque de Torres Vedras ser uma cidade fora do rio, ou seja, com um centro histórico e uma paisagem dissociada de um rio mas que não passa no seu interior, ou, se quisermos, a sul da povoação; é curioso, e de facto é uma exceção a muitas paisagens urbanas

portuguesas, como o Porto e Lisboa, onde o Douro e o Tejo fazem, e sempre fizeram, parte da sua paisagem. Se olharmos para a Estrutura Ecológica atual, o sistema húmido, nesta zona em especial, engloba o choupal e já não a margem sul do rio, pelos aterros que foram feitos ao longo dos tempos, onde se situaria a igreja de S. Miguel. Uma atenção especial para a identificação da vertente norte do morro do castelo que está classificada pela REN como área de risco de erosão.

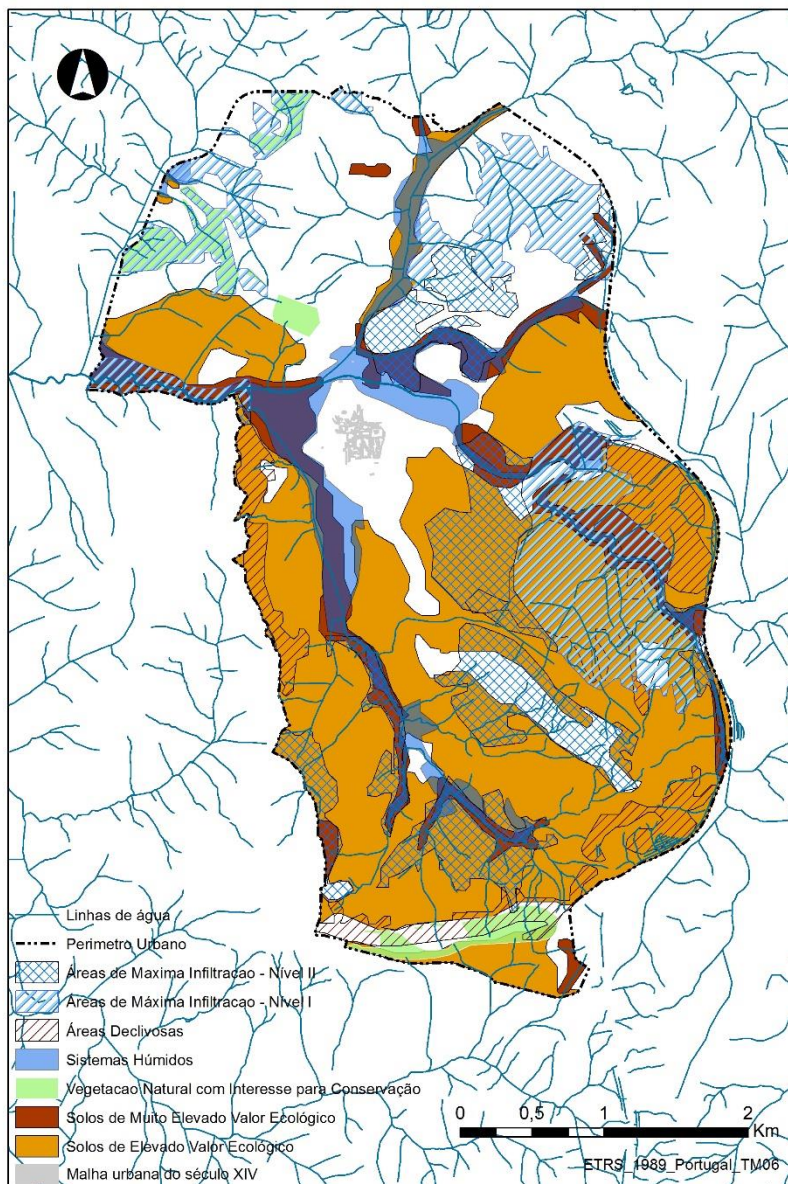


Figura 67 – Malha urbana do século XIV sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)

Da época de consolidação medieval ao Renascimento, em Torres Vedras, a vila pouco cresceu. De obras feitas fora da muralha destaca-se, claramente, o Convento da Graça, antiga gafaria de leprosos entretanto ocupado pelos monges agostinhos e, então, reconstruído para ser o seu convento. A deslocação dos monges para este local, em 1544, deve-se ao facto das suas antigas instalações se encontrarem na zona de várzea, fora da muralhas e adjacente ao Sizandro. Pelas sucessivas inundações, decidiram abandonar o seu espaço e apropriarem-se da gafaria de Santo André. Mais uma vez, a necessidade de segurança e de conforto dos habitantes – os monges em concreto – deram lugar a uma correta apropriação do espaço. A Figura 69 apresenta aquilo que seria a vila nos finais dos anos quinhentos. O Convento encontra-se a sul do núcleo, numa zona que, sendo ligeiramente mais elevado que o centro histórico, apresentava boas condições de ocupação permanente. Por outro lado, as ermidas de S. João e de S. Gião dos Sapateiros, construídas no final do século XV e no século XVI,

foram implantadas a nascente da vila, fora de muralhas igualmente (Anexo 5, Figura 70). Provavelmente, a função da Ermida de S. Gião seria auxiliar quem vinha de nascente para entrar na vila, visto que se situava numa estrada que a ligaria à porta da Corredoura, à semelhança do que acontecia com o Convento da Graça junto à Porta de Sant'Ana. O facto de se situar perto de rio deve ter sido estratégico, para aproveitamento de recursos, mas não há relatos que indiquem o edifício como vítima de cheias ou outra catástrofe natural.

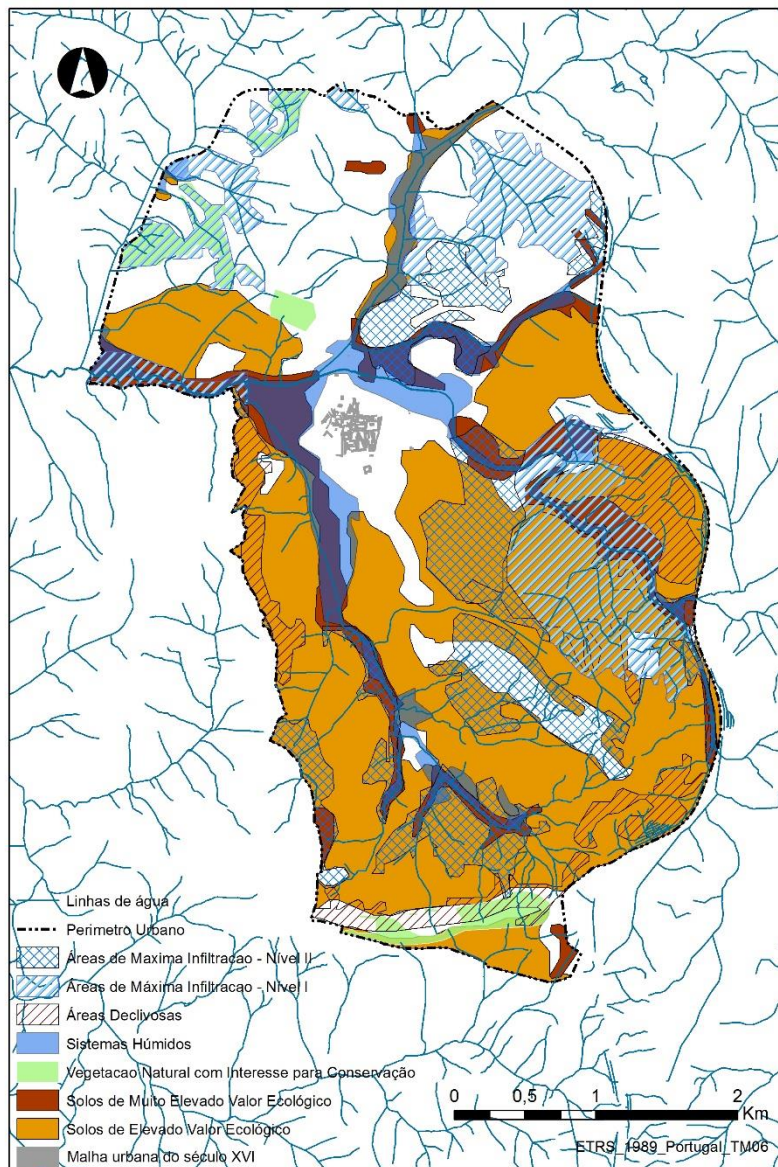


Figura 69 – Malha urbana do século XVI sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)

A vila entra num processo de lento crescimento, acentuado por contratemplos como o terramoto de 1755 e, no início do século XIX a forte incidência das invasões francesas. Contudo, o século XIX marca o início de um período progressista na vila, nomeadamente na sua segunda metade, pela estabilidade que trouxe (referido com mais pormenor no capítulo 3.2). O caminho-de-ferro trouxe consigo a rutura da urbe como área confinada pela área do centro histórico ou pelos limites da muralha medieval, expandindo-se para nascente com a ligação à estação da linha ferroviária e para sul, com a alameda da várzea a servir de linha orientativa para a expansão que se fazia prever. Contudo, é nesta época que a prosperidade económica, com os seus valores e consequências positivas para o enriquecimento de famílias e do próprio local, se começa a sobrepor àquilo que são os valores naturais do território. A instalação da linha de comboio trouxe consigo a criação de habitação e indústria na sua área periférica, pelas razões já enunciadas no capítulo 3.2, como o bairro da CP e a zona industrial nascente são exemplo. No entanto, ao compararmos a estrutura do tecido urbano torriense num excerto de carta militar datado de 1810 (Figura 71), criada em função da Guerra Peninsular, e uma planta topográfica da vila em 1971 (Figura 72), é visível a mudança de forma do leito do Sizandro, justamente na zona nascente da segunda figura. Na primeira planta, é meandrizado no seu todo, ou no troço representado, enquanto na segunda está regularizado perto da linha ferroviária, com uma linha mais direita. Isto leva a crer que no final do século XIX, altura na inauguração da locomotiva, houve um conjunto de obras de aterro, de elevação de terras para permitir a construção da linha e suportar a ocupação industrial. As obras de reestruturação do curso de rio estão até presentes num estudo datado de 1886 (Figura 73), provando a sua intenção, sendo que a primeira de realizara na primeira metade do século XX e as posteriores mais tarde.

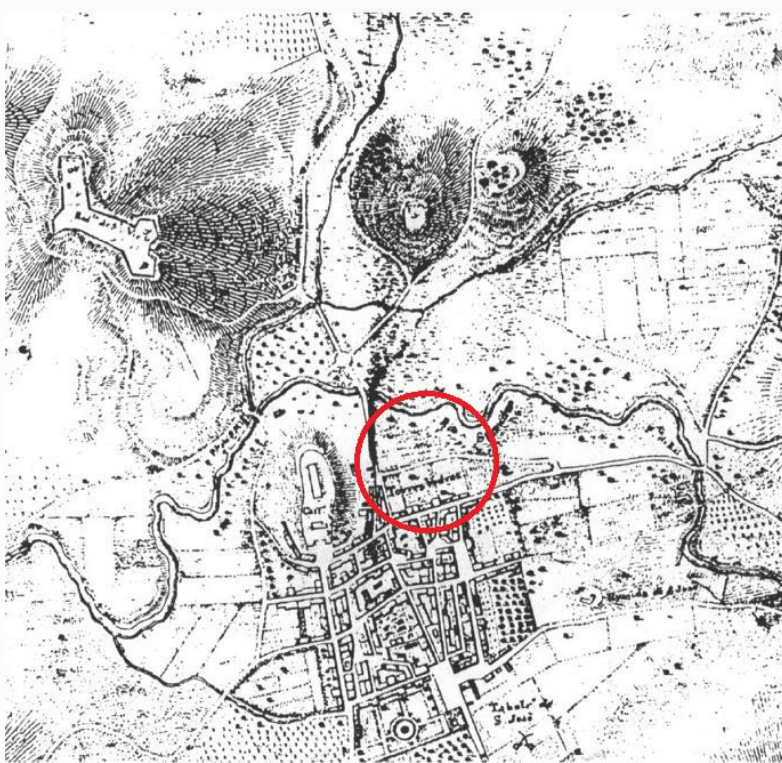


Figura 71 – Excerto da carta militar do campo de batalha, 1810. (Rodrigues, *et al*, 1996)



Figura 72 – Planta topográfica da vila em 1971. (DGT, 2015)

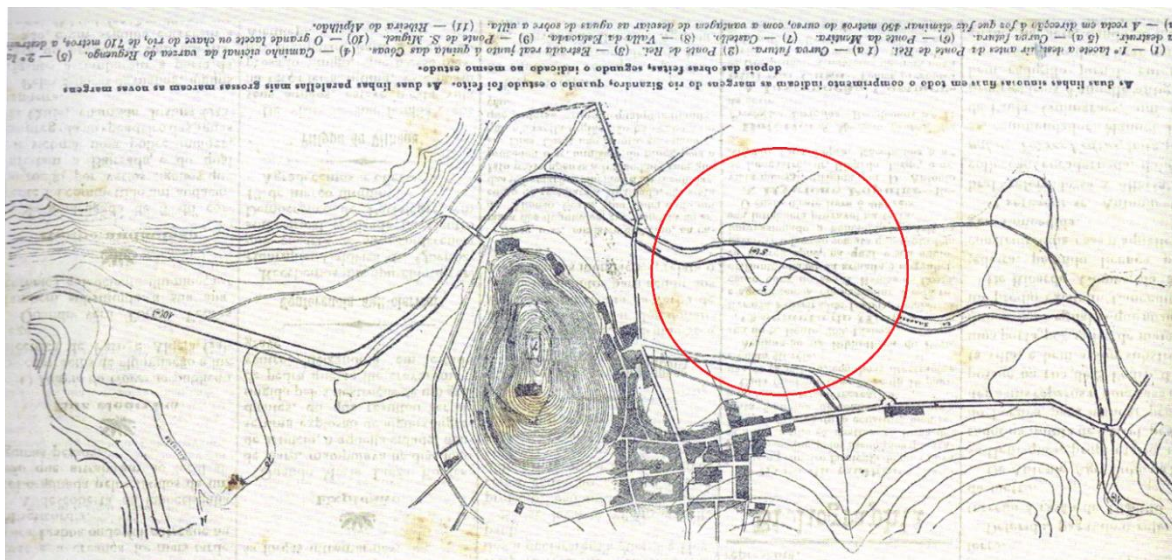


Figura 73 – Estudo sobre as obras de melhoramento do rio, com a primeira intervenção assinalada. (CMTV, 2014)

Foi ao que tudo indica a primeira etapa de regularização do rio, que vinha a conhecer mais episódios ao longo dos anos seguintes. A razão da regularização do rio, nesta área em concreto, serviu o interesse da população, numa perspetiva socioeconómica, indo no entanto por um caminho de grande risco, de pouca consciência ecológica para a sustentabilidade do território a longo prazo, o que pode trazer problemas futuros.

Pela interpretação do que seria a vila em finais de século XIX (Figura 74), nota-se que houve uma clara intenção de ligação do centro histórico com a linha de caminho-de-ferro, onde as duas avenidas traçadas – Avenida Casal Ribeiro e Avenida Tenente Valadim – definiam essa orientação de desenvolvimento urbano e económico e com a intenção de serem uma linha de forte circulação,

principalmente a Avenida Casal Ribeiro e atual 5 de Outubro, função que ainda hoje mantém bem vincada.

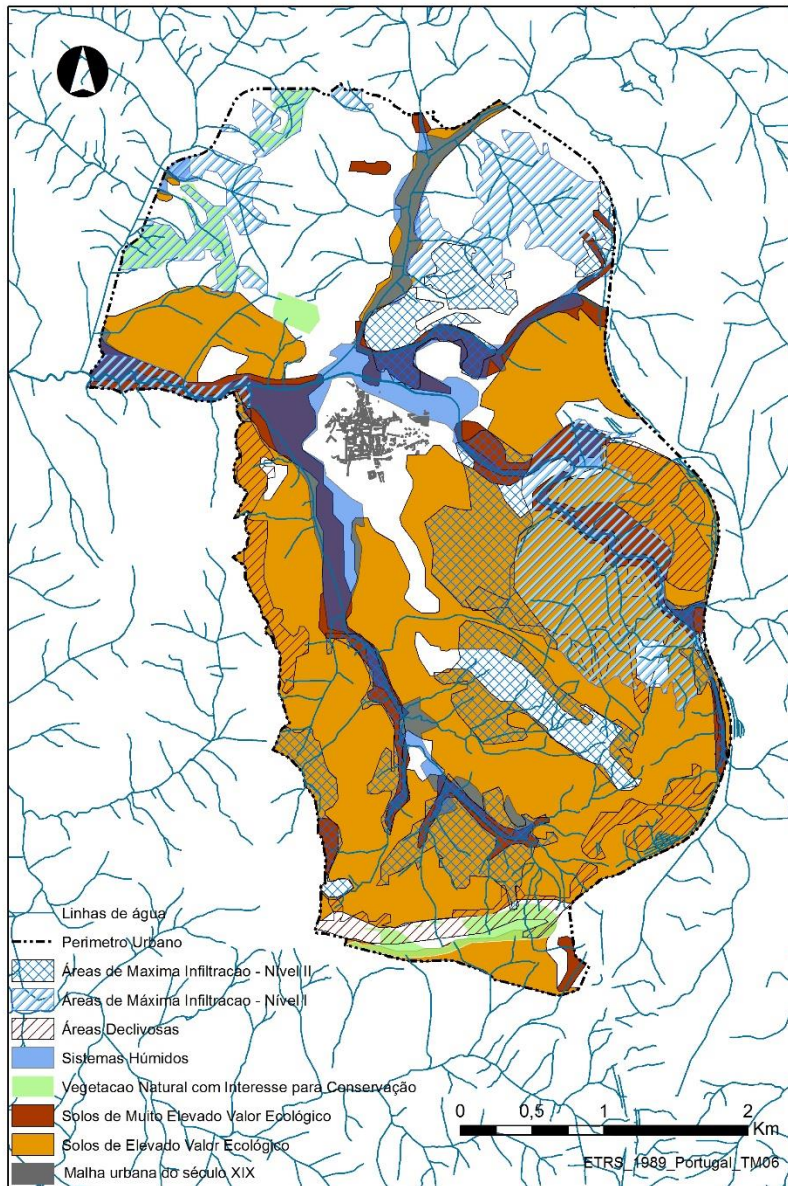


Figura 74 – Malha urbana do século XIX sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)

Por outro lado, no século XX, a expansão para sul começava também a ganhar forma, mas numa perspetiva diferente. A alameda da várzea – hoje Rua Maria Barreto Bastos, funcionaria como uma barreira visual e funcional à “nova vila”; servia, é certo, como eixo de ligação para sul, e com isso um natural desenvolvimento urbanístico, mas só do lado nascente, pois a poente eram as zonas de várzea da urbe, junto à Ribeira de Alpilhão, o que hoje é o Parque Verde da Várzea, como mostra a reconstituição da urbe em meados do século XX (Figura 75). É justo afirmar que o eixo da alameda funcionou como uma barreira à expansão urbana. Mais uma vez, a libertação daquele espaço como

zona adjacente ao rio permanece, embora, ao contrário dos tempos anteriores, desta vez sem grande necessidade disso – já não funcionaria como área agrícola ou de produção –, o que demonstra já alguma consciência daquele espaço como portador de valor ecológico e natural. Complementando, na memória coletiva da população diz-se que era uma zona de mau cheiro, de pouca qualidade ambiental e desagradável à população, mas o que é facto é que foi palco da feira de gado e, mais tarde, da feira de S. Pedro.

A primeira metade do século fica marcada pela preocupação da criação e da reformulação dos espaços verdes da vila. Coube ao choupal ser o primeiro parque urbano de Torres Vedras, que o levou a sofrer transformações internas com vista a ser um parque de dimensões generosas. Numa planta da vila de 1971, já mais tarde, é bem visível a sua demarcação, a norte da urbe. Do ponto de vista sociológico foi uma escolha óbvia a natural, mas do ponto de vista ecológico foi uma escolha estratégica e bem-sucedida. O parque inseriu-se e adaptou-se às condições topográficas e hidrográficas da época, onde o rio se impunha na sua periferia sul, separando-o da vila, com uma vasta área de sistema húmida e de possível leito de cheia, visto não haverem aterros como os atuais que elevassem o parque a uma altura bastante superior ao caudal. Foi uma forma de implantar um espaço recreativo, lúdico e fortemente arborizado – foi por muitos anos um espaço de referência e visto como sendo o “pulmão verde” da cidade –, e ao mesmo tempo resolver, ou melhorar a resolução das potenciais cheias e inundações bem conhecidas pelos habitantes, com um espaço bastante permeável com boa capacidade de infiltração, pelo seu substrato e tipo de pavimentos friáveis.

Mais tarde, Jacobetty é contratado para reformular o Jardim da Graça. A sua localização geográfica, assim como a sua crescente relevância – pois já era um espaço de jardim público – foram as razões apontadas para a sua intervenção. No entanto, é com Jacobetty que a vila conhece o seu plano de urbanização em 1948. Resumidamente – o plano está evidenciado no capítulo 3.2 – a sua intenção era programar um tecido urbano que se estendesse para sul e com ligação a nascente à estação ferroviária, onde a Avenida Teresa de Jesus Pereira e a Avenida General Humberto Delgado emergiam com o seu traçado forte e orientador, semelhante ao que tinha sido feito com a agora designada Avenida 5 de Outubro. Foram propostos diversos bairros habitacionais que respondiam às necessidades da população e à emergência da importância da vila em vários campos. O que importa salientar neste plano, é a inteligência e a sensibilidade com que foi concebido, tendo em atenção vários fatores distintos. Um deles é a necessidade de estender o tecido urbano para sul, contrariando a expansão a nascente potenciada pela influência da locomotiva; a justificação desta intenção residia no aproveitamento da alameda da várzea e na ligação secular que Torres Vedras mantinha com Lisboa, com a saída sul a ser o caminho. É de salientar que o plano mostra, noutra fator que o autor teve em atenção, uma preocupação em planear o seu crescimento segundo aquilo que o território lhe transmitia, com uma ocupação a sul, onde se encontrava uma vasta parcela de território com boas condições topográficas e climatéricas, e com os bairros habitacionais a implantarem-se nas condições topográficas originais. O bairro sul e o bairro nas traseiras da escola Henriques Nogueira são exemplos claros, embora este último tenha sofrido alterações do plano à sua construção em termos de tipologia construtiva. Numa perspetiva ecológica, para além do respeito pelas áreas de vertentes declivosas ou

dos solos com valor ecológico e agrícola – pela permanência dos terrenos agrícolas na periferia – a permanência da zona de várzea sem construção é de enaltecer, continuando a alameda a ser uma barreira muito forte no crescimento urbano. No entanto, este plano viria a sofrer algumas alterações e atrasos, pelo que foi concluído perto de 40 anos depois.

Concluindo já são visíveis nesta época as construções levadas a cabo pelo aterro do rio, na zona nascente já referida, numa zona ainda hoje considerada de sistema húmido.

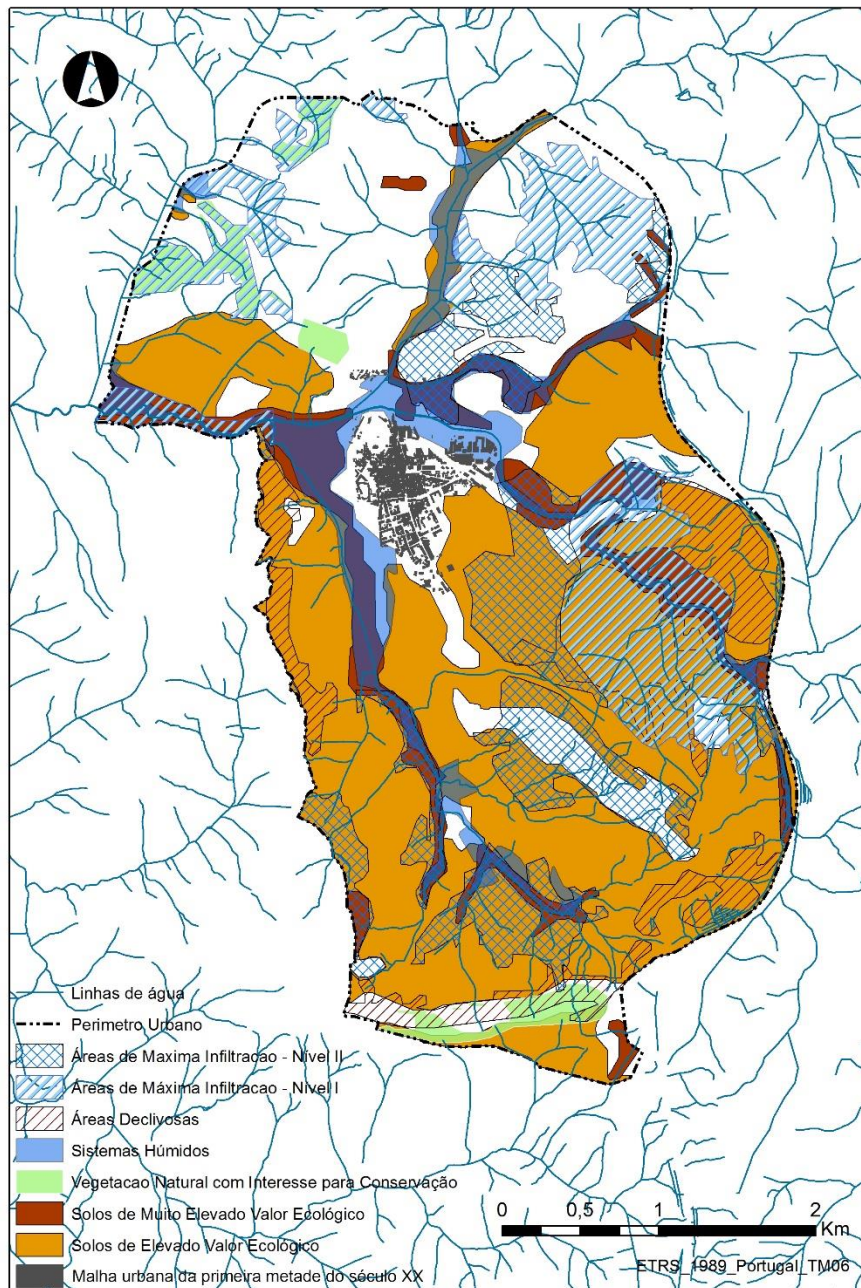
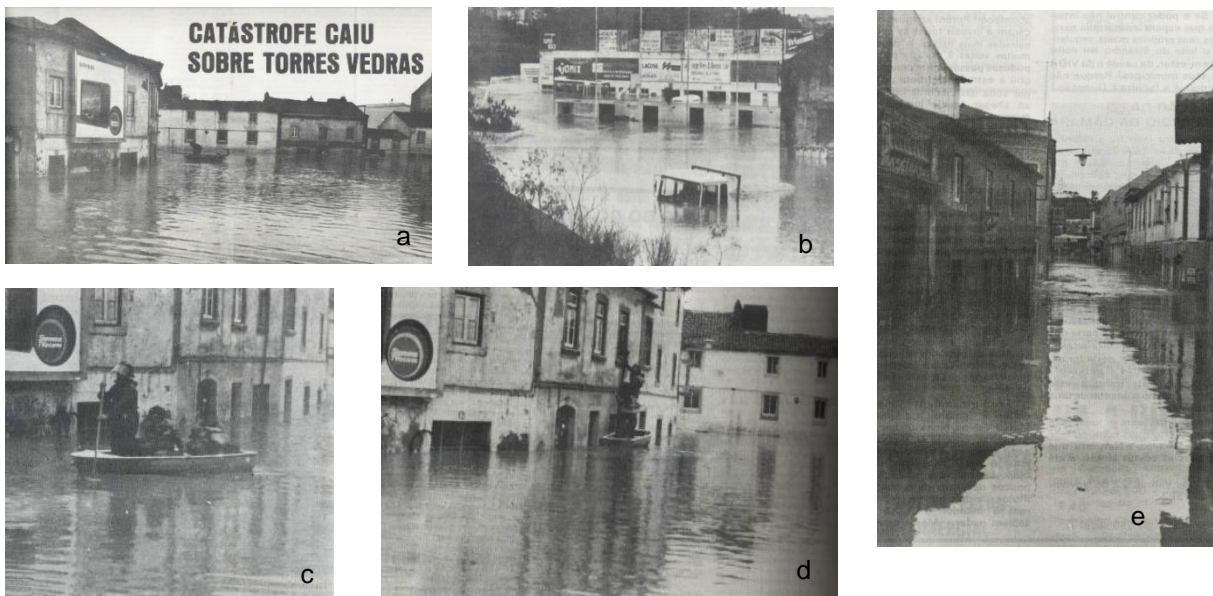


Figura 75 – Malha urbana na primeira metade do século XX sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)

A segunda metade do século XX trouxe um significativo crescimento demográfico e com isso a necessidade de resposta de criação de condições para habitação, com a criação e expansão de núcleos urbanos, principalmente nos anos 60. No seguimento daquilo que vinham sendo, aos poucos, sinais de uma incorreta estratégia de desenvolvimento nalguns pontos da vila, a Avenida General Humberto Delgado rasga um enorme traço no desenho da vila, penetrando em solos de elevado valor ecológico. Aliás, ainda hoje nas traseiras de maior parte dos prédios da avenida, a nascente, maior parte dos solos estão classificados como de máxima infiltração, de elevado valor ecológico, de risco de erosão pela REN e ainda uma parcela de domínio de RAN. No entanto, a avenida insere-se em solos de elevado valor ecológico, o que acaba por ser um dos pontos mais negativos do plano de urbanização concebido por Jacobetty. Dá a entender que, como já referido, a questão foi aproveitar a situação topográfica regular e longe do rio para desenhar um forte avenida, mas a mesma acaba por se situar numa zona de alta sensibilidade quanto ao valor do solo. Por outro lado, o troço da alameda da várzea, a sul do cruzamento com a Avenida Teresa de Jesus Pereira também ocupa uma parcela do sistema húmido derivado da várzea da Ribeira de Alpilhão. Isto pode gerar alguma controvérsia se a zona de várzea ocorre apenas a poente do eixo da alameda ou não, como mostra a proposta da delimitação da Estrutura Ecológica apresentada pelo Plano de Urbanização, que apenas assume o Parque Verde da Várzea como tal. Há, portanto, um forte crescimento da vila pela construção de edificado que, em 1979 é elevada a cidade.

Em 1983, a cidade é fortemente afetada por uma cheia de grandes dimensões (Figuras 76).



Figuras 76 – Conjunto de fotografias das cheias de Novembro de 1983. (CMTV, 1983)

As zonas afetadas são sobretudo as margens do Rio Sizandro e da Ribeira de Alpilhão, assim como todo o centro histórico. Os prejuízos foram avultados e os registos existentes dão conta de um acontecimento trágico que fica na história da cidade.

De forma a resolver a situação, a autarquia decide avançar com os aterros planeados no estudo feito no fim do século XIX (Figura 77), aterrando a zona do choupal – permitindo a expansão do parque, que tinha sido também afetado – e o espaço de encontro do rio com a ribeira afluente, espaço onde hoje se situa o complexo regional de exposições e o terminal rodoviário. No entanto, o aterro do choupal não está previsto no estudo, mas é excetuado, pois o rio que conhecemos hoje apresenta uma linha muito mais direita e regular junto ao espaço (Figura 78 e 79).

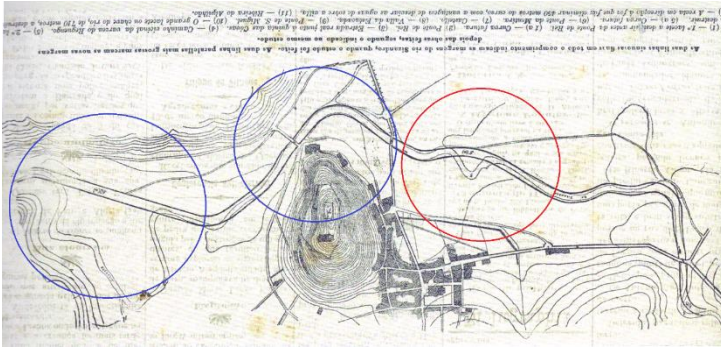


Figura 77 – Estudo sobre as obras de melhoramento do rio, com as restantes intervenções assinaladas a azul. (CMTV, 2014)

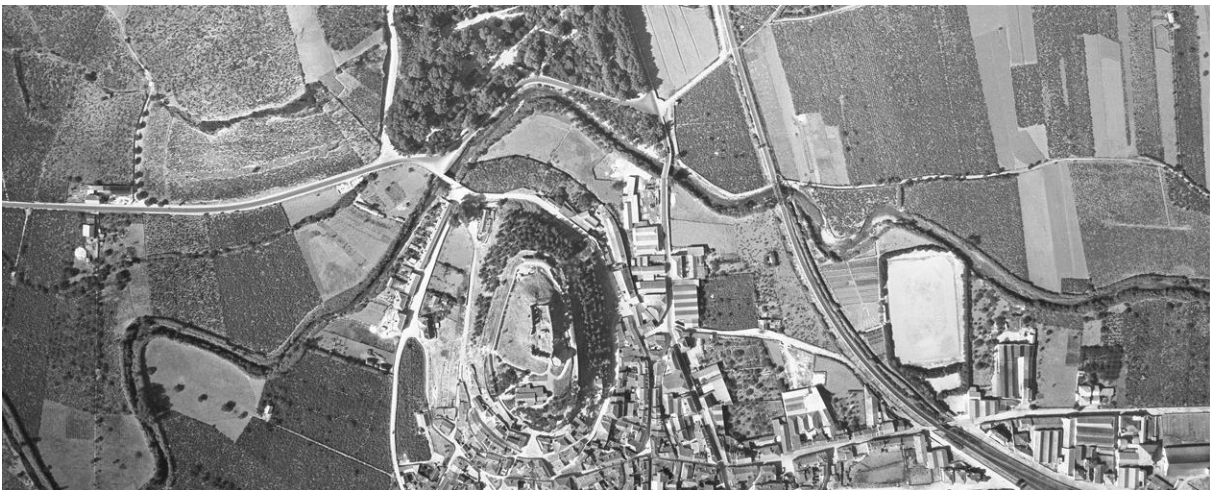


Figura 78 – Pormenor dos ortofotomapa de 1948. (CMTV, 2014)



Figura 79 – Pormenor dos ortofotomapa de 2010. (CMTV, 2014)

Foi a solução encontrada pelos responsáveis e certamente que a médio prazo dará, como já deu, resultados entendidos como bons ou satisfatórios. Além dessa questão, a cidade ganhou mais espaço, com terrenos a serem elevados, expandido a área útil da urbe. A questão aqui é que para satisfazer esta estratégia ou, se quisermos, esta vontade de “ganhar cidade ao rio” trouxe outros problemas. O mais grave deles é a adulteração da morfologia e das componentes ecológicas do espaço e da paisagem, principalmente aterrando duas zonas de sistemas húmidos e de várzea, como já referido. Desde a conceção das obras ao presente, continuaram a ser frequentes os episódios de ameaça de cheia na cidade, ainda que pontuais e com menos duração de tempo; isto prova que a solução de aterrar terras, ignorando completamente a interpretação daquilo que o território e a paisagem nos transmite por si só, é uma solução de recurso, de pouca fiabilidade, de duração limitada e de grande instabilidade, com o fator de risco a estar presente em situações pontuais. Um dos exemplos disto mesmo foi, precisamente, a cheia de 1983, com o centro histórico bastante afetado. Não está construída em zona de ameaça primária, mas como a história nos reporta, o rio foi navegável – mesmo que há séculos ou milénios atrás – e, hoje em dia, o centro continua a ser um ponto de ameaça, também por esta inserido numa parcela de bacia hidrográfica rodeada pelo Rio Sizandro, a Ribeira de Alpilhão e a, já soterrada, ribeira encanada que desaguava no Chafariz dos Canos. Tudo tem uma explicação ecológica neste tipo de situações. Tal como nos diz a Planta de Zonamento de Áreas de Risco de Uso do Solo (Anexo 5, Figuras 80a e 80b), grande parte da cidade, a norte, está delimitada como área de risco de cheia urbana e o centro histórico é um exemplo real disso, ao longo da sua existência. Ainda hoje acontecem casos pontuais nalguns pontos da cidade (Anexo 5, Figura 81).

Neste processo de aterros, um dos resultados foi, na análise da planta da segunda metade do século XX (Figura 82), o registo um enorme aumento de parque habitacional e malha urbana, sendo a área coberta em 2000 praticamente o dobro da mesma nos anos 50. As alterações ao plano de Jacobetty, muitas delas na própria execução de obra, ajudaram a fomentar este crescimento rápido e desmedido.

No presente, em pleno século XXI, temos uma cidade de dimensões não muito elevadas, com uma matriz que transmite alguma solidez, naquilo que é a sua estrutura urbana. Contudo, a última metade do século XX e ainda alguns anos deste novo século, mostraram uma crescente e demasiada procura pela expansão urbanística, pela oferta de habitação e de polos comerciais, principalmente. Foi, de facto, um período dourado em termos monetários na construção e no sector imobiliário, até há alguns anos atrás. Este processo de crescimento espalhou-se à periferia – o *Arena Shopping* e a *Decathlon* são exemplos claros no sector do comércio – resultou em duas consequências relevantes: a primeira, num crescente e quase definitivo abandono do centro histórico como referência na cidade, com as zonas mais recentes, a sul, ou mesmo as periferias, como os bairros habitacionais perto do Sarge, a ganharem o seu espaço e a conquistarem a população, principalmente pela oferta habitacional; a segunda, consequente da primeira, num crescimento desmedido, desformatado e não planeado, com a perda de identidade daquilo que é ou devia ser a cidade de Torres Vedras, com uma linguagem própria e sentido de lugar. Assim foi nesta cidade e assim foi por todo o país, de uma forma geral. É cada vez mais sistema urbanizado descentralizado, com a periferia a ganhar a sua importância à cidade ou mais concretamente ao seu centro histórico.

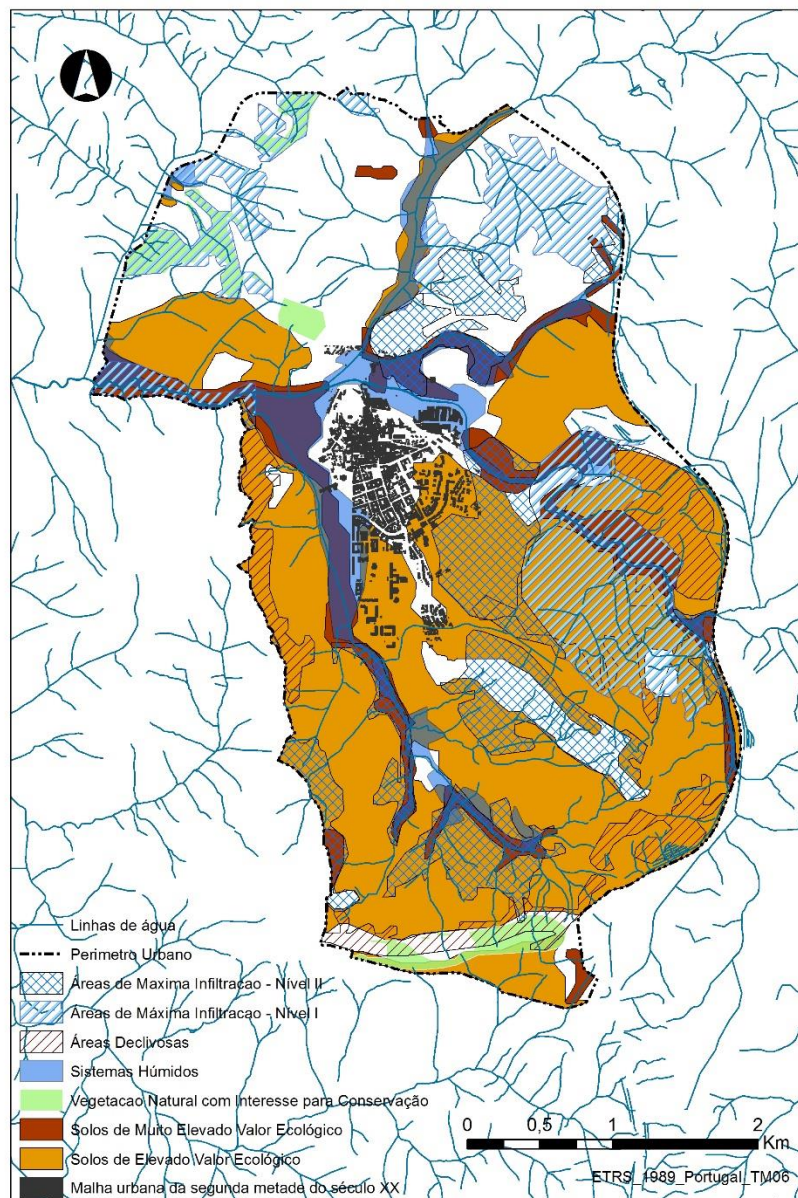


Figura 82 – Malha urbana na segunda metade do século XX sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)

Na área que se entende por real perímetro urbano da cidade (Figura 83), são tidos como ponto departida os limites da Carta de Ocupação de Solo (COS'07). São englobadas as áreas de tecido urbano correspondentes à cidade, assim como a área de indústria a nascente (perto da estação) e as zonas escolares, tidas como zonas de equipamento no Nível 2 do COS.

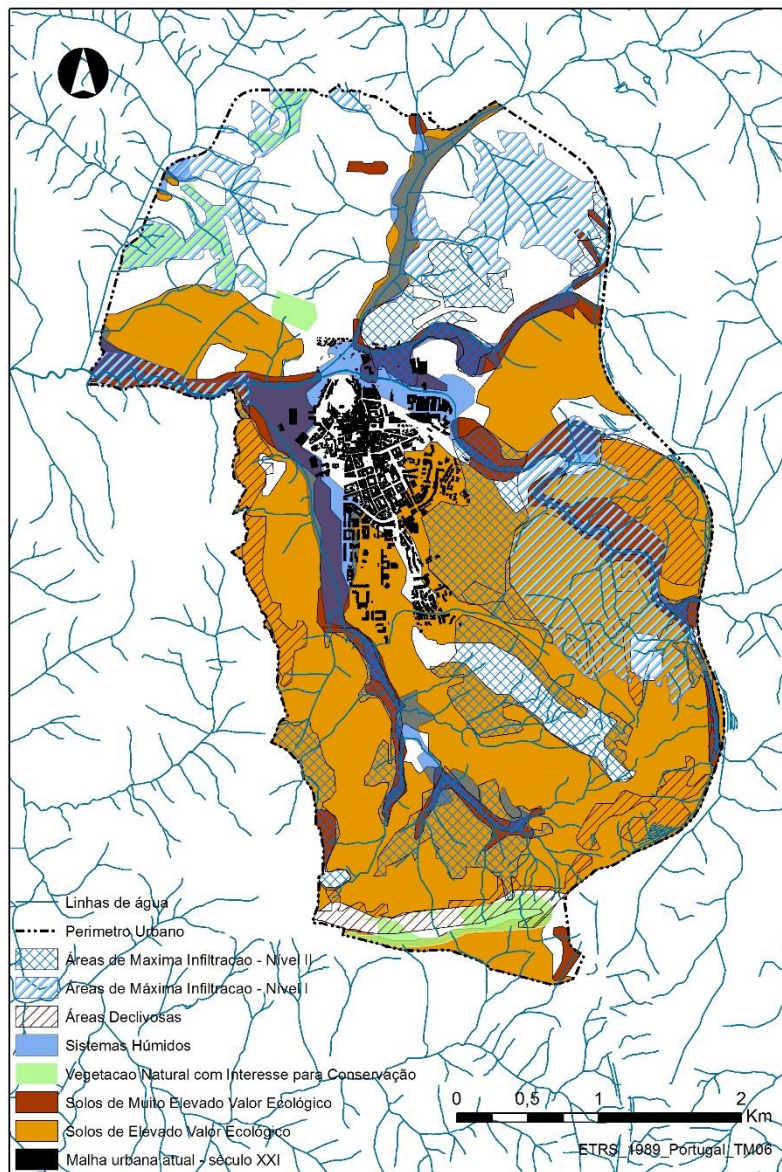


Figura 83 – Malha urbana atual sobre a Estrutura Ecológica proposta. (Autor, 2015)

É realizado e apresentado o Quadro 9 com números que traduzem, em quantidade, como a vila/cidade cresceu desde o século XIV e de que forma ocupou áreas de aptidão ecológica, por cada época. O objetivo é analisar o ritmo de crescimento urbano, as componentes ecológicas mais afetadas e, sobretudo, as percentagens de tecido edificado que se estabeleceram de forma incorreta.

De uma forma imediata, a tabela comprova que até ao século XIX, a urbe cresceu e desenvolveu-se de forma correta e em respeito com os valores da paisagem que integra. Por sua vez, o século XIX e a instalação do caminho-de-ferro trouxeram os primeiros indícios de um desenvolvimento urbano mal efetuado, com as primeiras áreas de sistema húmido a serem apropriadas, correspondendo a 1,6 % da malha urbana. Daqui em diante, as áreas edificadas vão crescer bastante, onde o auge foi mesmo a

segunda metade do século passado, com um crescimento de 61 para 115 hectares de área construída, entre o ano de 1956 e o ano 2000. No início do século XX, as áreas de sistema húmido continuam a ser as mais afetadas, havendo um início de apropriação de solos com elevado valor ecológico. No entanto, a partir dos anos 50, com o rápido crescimento demográfico, o aumento da riqueza local e com as obras de aterro ao rio, a expansão urbana continuou a afetar as mesmas componentes, com realce para os solos de elevado valor ecológico a serem fortemente ocupados, nomeadamente com o crescimento a sul a com as novas avenidas; no ano 2000, os 49 % de área ecológica ocupada pela malha urbana sugere que metade da cidade está construída em áreas que são integrantes ao correto funcionamento do território e da paisagem, o que, obviamente, é um duro golpe à sustentabilidade ecológica do local.

Quadro 9 – Área total construída nas diferentes épocas e área afetada pela expansão urbana nas diferentes componentes da Estrutura Ecológica Nacional (EPIC *webgis*). (Autor, 2015)

	Área Total (ha)	AMI - Nível I	AMI - Nível II	AD	SH	VNIC	SMEVE	SEVE	TOTAL	%
Século XIV	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Século XVI	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Século XIX	30	0	0	0	0,48	0	0	0	0,48	1,6
Século XX - 1ª metade	61	0	0	0	8,62	0	0,1	1,83	10,55	17,3
Século XX - 2ª metade	115	0	0,38	0	14,4	0	0,27	41,3	56,35	49
Século XXI	128	0	2,01	0	15,75	0	0,9	50,33	68,99	54

Área Total – área ocupada pelo tecido edificado; **AMI – Nível I** – Áreas de máxima infiltração Nível I; **AMI – Nível II** – Áreas de máxima infiltração Nível II; **AD** – Áreas Declivosas; **SH** – Sistemas húmidos; **VNIC** – Vegetação Natural com Interesse para Conservação; **SMEVE** – Solos de Muito Elevado Valor Ecológico; **SEVE** – Solos de Elevado Valor Ecológico; **TOTAL** – área total de incidência em zonas de aptidão ecológica; **%** - Percentagem de área de incidência em zonas de aptidão ecológica quanto à área total de tecido edificado

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUE FUTURO?

Como indica o quadro 9 e pela reflexão feita no capítulo anterior, é notório que Torres Vedras cresceu de forma desordenada no último século, com bastante incidência desde os anos 50 à atualidade. Importa, então, perceber a relação de causa e efeito deste processo, onde, enquadrando o caso de estudo num panorama nacional, se realçam dois problemas notórios. Em primeiro lugar, a má articulação de instrumentos de gestão territorial no enquadramento legal português, onde, por exemplo, a não inclusão da RAN na elaboração de um Plano de Urbanização é um exemplo óbvio e urgente na sua correção. Para um desenvolvimento ordenado e sustentável, cabe aos responsáveis assegurar que todo o enquadramento legal, desde a política nacional ao detalhe de um plano de pormenor, não dá lugar a falhas e lacunas, mas sim a um funcionamento hierárquico concordante nas suas premissas. Por outro lado, o interesse privado, com a sua pressão, poder e influência, tem sido nos últimos anos

muitas vezes sobreposto ao interesse comum e, com isso, à sustentabilidade ecológica. A partir daqui, é urgente tomar uma posição para que isso não torne a acontecer, começando por uma cuidada elaboração de futuros planos e instrumentos, ou mesmo na revisão de outros, como o Plano de Urbanização, por exemplo.

A cidade de Torres Vedras e as suas áreas integrantes e envolventes, inseridas no perímetro urbano, estão a atravessar no presente um período de fortes alterações. Do ponto de vista formal e funcional, há, como já foi referido, uma forte e óbvia intenção de ligar o centro da cidade, principalmente o centro histórico, ao parque urbano do Choupal. É uma premissa chave na estratégia de desenvolvimento da cidade, com os dois planos de pormenor a funcionarem como áreas fulcrais. A resolução do problema da Estrada Nacional 9 e do Sizandro se assumirem como uma barreira, principalmente funcional, na cidade é uma das inovações deste conjunto de propostas recentes. Contudo, há outras áreas na cidade com necessidade de alguma atenção, principalmente do ponto de vista do equilíbrio ecológico e numa perspetiva da tornar a paisagem da cidade como global, com uma correta apropriação dos solos naquilo que é programado. Neste ponto de vista, são identificadas duas áreas essenciais, embora com linguagens diferentes: a zona industrial a nascente da cidade, junto à linha ferroviária, e toda a zona envolvente do complexo regional de exposições. A razão da escolha destes dois pontos do território prende-se, essencialmente, com a sua ligação intemporal com o rio, ocorrência de cheias e, conseqüentemente, a formação de aterros artificiais. Sintetizando, parece ser imperativo a devolução do rio à cidade, depois de décadas e até séculos onde foi feito precisamente o contrário, com a expansão urbana a ser um dos instrumentos com maior peso. Neste contexto, a zona do choupal deu o mote para que tal se iniciasse, não só pela questão da permeabilidade do rio – visual, funcional e formalmente – mas principalmente pela requalificação da Vala do Amiais.

Numa perspetiva de melhoramento dos espaços de aterro – com um carácter definitivo, pois foram aterrados mesmo para serem desenvolvidos com um carácter de equipamentos e indústrias – o espaço do complexo regional de exposições afirma-se pelas suas grandes potencialidades. Ao nível da sua apropriação, importa ressaltar que é um espaço maioritariamente inóspito, com pouca vegetação e onde os pavilhões integram uma pequena parte do terreno. Em termos hidrográficos, o facto de estar junto ao afluente da Ribeira de Alpilhão com o Rio Sizandro, ambos em funcionamento ecológico, é um dado praticamente único na cidade. Quanto às suas funções, é um espaço multifuncional, onde existe apenas o terminal rodoviário como função permanente, sendo eventos periódicos, como feiras e exposições, o seu motivo de interesse social. Complementando, é geograficamente o espaço de dá acesso à cidade a quem provem de poente, vindo das praias de Santa Cruz e de outros pontos do concelho, com grande afluência diária de pessoas.

Seguindo o disposto no PU, é imperativo respeitar a faixa de estrutura ecológica presente, nomeadamente nas margens do rio. No entanto, a estrutura ecológica de autoria do CEAP, diz que toda esta área onde se propõe uma área de uso especial para equipamento está inserida em sistema húmido; esta é a forma de comprovar que esta zona de convergência de duas linhas de água abertas não deveria ter sido aterrada, em nenhuma altura, fazendo parte da paisagem natural do local. Pelo aterro, a zona continua a ser alvo de atenção pois no seu subsolo estará presente um significativo lençol

freático. Nesta perspetiva, os pontos que permitem a sua impermeabilização até 70% e até a possibilidade de se construir um parque de estacionamento subterrâneo (CMTV, 2015) constituem graves autorizações de propostas para um local desta especificidade. Numa perspetiva de proposta, sendo que ainda não existe – de conhecimento público –, é óbvia a necessidade de olhar para este local como um dos mais sensíveis da cidade, ainda para mais quando se trata de uma zona não edificada e com uma proposta de equipamentos. A conjugação de equipamentos com a componente ecológica presente não é, de todo, incompatível, nem assim pode ser vista. Um dos casos de sucesso é precisamente o Parque Verde, na várzea, onde foram tratadas em conjunto os interesses sociais, a componente económica e o respeito pelos valores da paisagem. É, no seio da comunidade torriense, o melhor espaço público da cidade. O mesmo pode vir a acontecer com a zona adjacente à Expotorres, ainda para mais com a sua fácil ligação ao centro da cidade, à proximidade do rio e até do choupal e, principalmente, por ter no terminal rodoviário uma forte presença populacional diária. Há, sem dúvida, a possibilidade de ser um espaço âncora na cidade e, com isto, juntar-se ao centro histórico e ao choupal como sítios fulcrais na estratégia de desenvolvimento da cidade (Figura 84). Embora sejam locais de diferentes linguagens, o estabelecimento de uma rede de espaços verdes seria uma ótima solução, pela adequabilidade ao sistema ecológico, pela sua relação com as linhas de água e respetivas galerias de vegetação e, sobretudo, pela qualidade de ambiente urbano que iria trazer à cidade, tendo em conta que no centro histórico a sua presença iria ser mais reduzida, pela morfologia, história e complexidade do local. Outra das questões a rever, num futuro próximo a médio prazo, é a expansão da cidade. Há que refletir a forma como está prevista e as áreas de expansão que propõe, bem como o local. Por todas as razões enumeradas neste trabalho, parece natural dizer que o caminho do planeamento urbano de Torres Vedras não passa tanto pela sua expansão, mas sim pela sua requalificação e reabilitação; não tanto por crescer ainda mais, mas sim por dar boas valências àquilo que já existe. Nesta perspetiva, não faz sentido que se proponha um conjunto de espaços residenciais em solo urbanizável com cerca de 128 hectares, ou seja, pretendendo duplicar a atual malha urbana da cidade. O caso ainda é mais preocupante sabendo que essa expansão seria feita onde se encontram componentes de valor ecológico, principalmente de solos de elevador valor e de área de máxima infiltração, prosseguindo no mesmo problema do último século.

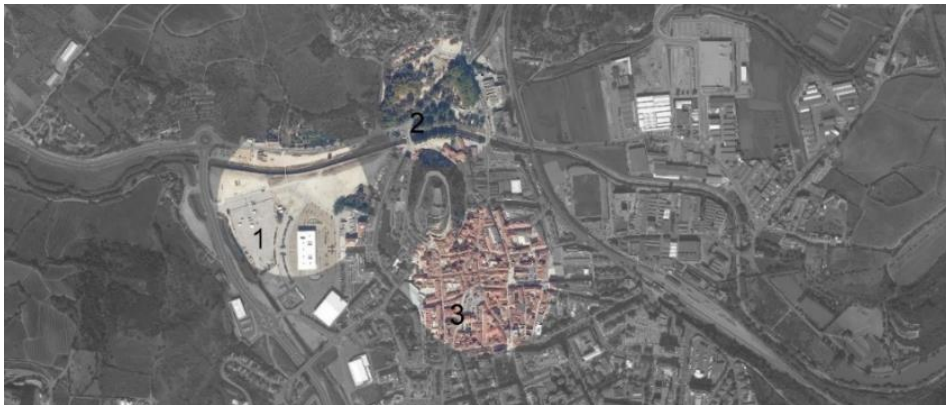


Figura 84 – Possível rede de espaços âncora na cidade: zona do complexo de exposições (1), choupal (2) e centro histórico (3). (Autor, 2015)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, A. (2015) *Badaladas*, 22 de Maio de 2015, edição 3098, p. 2
- AMADO, M. P. (2009) *Planeamento urbano sustentável*, 3ª Edição, Caleidoscópio
- BAPTISTA, A. D. (2013) *O Lugar como simbiose, Centro Histórico de Torres Vedras*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Tese de mestrado.
- BENEVOLO, L. (1995) *A cidade na história da europa*, Editorial Presença, Lisboa
- CARDOSO, G. & LUNA I. (2013) *A urbe de Torres Vedras e a sua cerca medieva*, in *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)* Edições Colibri, Lisboa
- CARDOSO, G. & LUNA, I. (2009) *Porta da Corredoura, Torres Vedras: Resultados de Trabalhos Arqueológicos*, Câmara Municipal de Torres Vedras
- CLEMENTE, M. (1974) *Torres Vedras e o seu termo no primeiro quartel do século XIV*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado]. Dissertação de licenciatura, Lisboa
- CLEMENTE, M. (2004) *História e Religião em Torres Vedras*, Grifo, Lisboa
- CLÍMACO, C. (2010) *As Linhas de Torres Vedras, invasão e resistência, 1810 – 1811*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Edições Colibri, Lisboa
- CULLEN, Gordon (1971) *Paisagem Urbana*, 2ª edição, Edições 70, Lisboa
- CUNHA N. S., MAGALHÃES M. R., ABREU M. M., D'ABREU M. (2013) *Morfologia do Terreno in* MAGALHÃES, M. R. *Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de demilitação e regulamentação*, CEAP, IsaPress, Lisboa. P. 51 a 82
- GOITIA, F: C. (2010) *Breve História do Urbanismo*, 8ª edição, Editorial Presença, Lisboa
- LAMAS, J. M. R. G. (1992) *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- LEITÃO M. A., CORTEZ N., PENA S. (2013) *Solo in* MAGALHÃES, M. R. *Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de demilitação e regulamentação*, CEAP, IsaPress, Lisboa. P. 83 a 104
- LYNCH, K. (1959) *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa
- MAGALHÃES, M. R. (1992) *Espaços Verdes Urbanos*, Direcção Geral do Ordenamento do Território, Lisboa
- MAGALHÃES, M. R. (2001), *Arquitectura Paisagista, morfologia e complexidade*, 1ª edição, Editorial Estampa, Lisboa

- MAGALHÃES, M. R. (2007) *Estrutura Ecológica da Paisagem, conceitos e delimitação – escalas regional e municipal*, Instituto Superior de Agronomia, ISA Press, Lisboa
- MAGALHÃES, M. R. (2013) *Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de demilitação e regulamentação*, CEAP, IsaPress, Lisboa
- MANTAS, V. G. (1982) *Inscrições romanas no Museu Municipal de Torres Vedras*, Universidade de Coimbra, Coimbra
- Mc. HARG, I. L. (1971) *Design with nature*, 2ª edição, Falcon Press, Philadelphia, U.S.A
- MESQUITA S. (2013) *Vegetação in MAGALHÃES, M. R. Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de demilitação e regulamentação*, CEAP, IsaPress, Lisboa. P. 105 a 120
- MOITINHO D'ALMEIDA, F. & ZBYSZEWSKI G. (1955) *Carta Geológica de Portugal, Notícia explicativa da folha 30-C Torres Vedras*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa
- MOREIRA M. J. G., RODRIGUES T. F., HENRIQUES F. C. (2009) *O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social*, Associação de Demografia Histórica
- PARDAL, S. C. (1987) *Planeamento do território, Instrumentos para a análise física*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa
- PENA S. & ABREU M. M. (2013) *Permeabilidade e Áreas de Máxima Infiltração in MAGALHÃES, M. R. Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de demilitação e regulamentação*, CEAP, IsaPress, Lisboa. P. 121 a 136
- PINTO, R. S. (2005) *Torres Vedras, na esteira do passado*, Héstia Editores, Lisboa
- RODRIGUES, A. M. S. A. (1995). *Torres Vedras: A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- RODRIGUES, A. S. A. (1996) *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste – Estudos sobre Torres Vedras*, Patrimonia, Cascais
- RODRIGUES, C.T., MIRA, G. A., LEITÃO, J. R., RODRIGUES, J. T., PACHECO, M. G., CATARINO, MATOS, V. A. M. M. (1996) *Torres Vedras, Passado e Presente – volume I*, Câmara Municipal de Torres Vedras
- SANTOS, J. M. A. (2010) *A administração na guerra peninsular*, Caleidoscópio, Lisboa
- SARAIVA, M. G. A. N. (1996) *O Rio como Paisagem*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- SILVA, C. G. (2008) *História do Sagrado e do Profano*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Edições Colibri, Lisboa

SILVA, C. G. (2008) *Torres Vedras Antiga e Medieval*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Edições Colibri, Lisboa

SILVA, C. G. (2011) *A vida quotidiana nas Linhas de Torres Vedras*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Universidade de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa

SILVA, C. G. (2013) *Judiarias, Judeus e Judaísmo*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Edições Colibri, Lisboa

SILVA, C. G., RODRIGUES C. T., GUILHERMINA P., CATARINO M. M. (2008) *Cronologia da História de Torres Vedras*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa

SILVA, P. C. (2007) *O Convento da Graça de Torres Vedras, a comunidade eremítica e o património*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Livraria LIVRODODIA

TORRES, M. A. M. (1988) - *Descrição histórica e económica da villa e termo de Torres-Vedras*, Santa Casa da Misericórdia, Torres Vedras (primeira edição em 1819)

VIEIRA, J. (2011) *Torres Vedras Antiga e Moderna*, Livro do Dia, Torres Vedras (primeira edição em 1926)

DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS

Saraiva. J. H. (2009), "Na capital do oeste" *A alma e a gente*, 1 de Fevereiro de 2009, RTP Memória.

REFERÊNCIAS WEB

Direção Geral do Património Cultural (DGPC) - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>

Torres ao Centro - www.torresaocentro.com

Património de Torres Vedras - patrimoniodetorresvedras.blogspot.pt/ -

Vedrografias - vedrografias2.blogspot.pt/

Arquivo de Torres Vedras - www.arquivodetorresvedras.net/ -

www.ciclovial.net

Câmara Municipal de Torres Vedras (CMTV) - www.cm-tvedras.pt/ -

Direção Geral do Território (DGT) - www.dgterritorio.pt/

ANEXOS

ANEXO 1

. Quadro 1 – Cidades portuguesas e a sua população, em milhares. (Moreira *et al*, 2009)

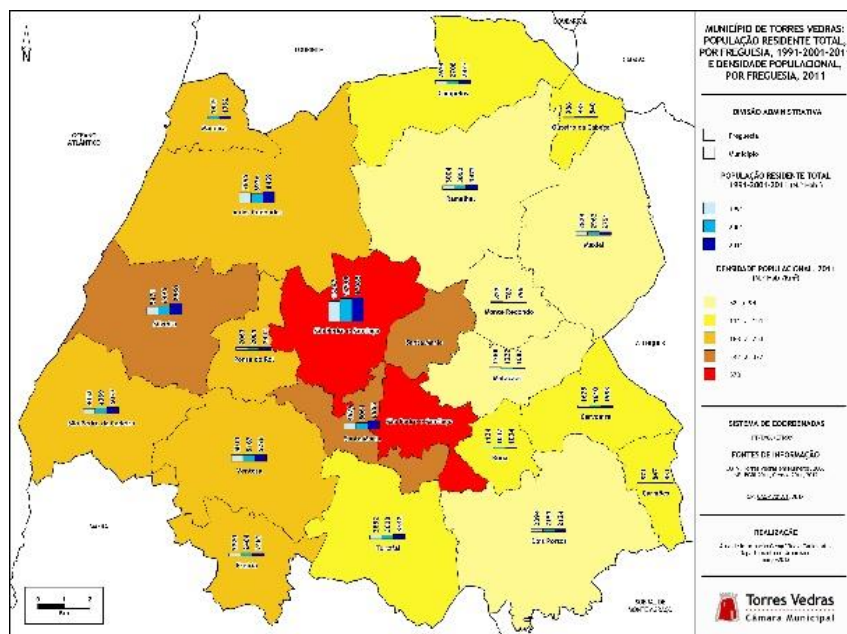
1864	1900	1864	1900
Lisboa 199,4	Lisboa 357,0	Viseu 6,4	Beja 8,9
Porto 86,8	Porto 172,4	Aveiro 6,4	Guimarães 8,9
Braga 18,8	Braga 24,3	Santarém 6,2	Santarém 8,7
Setúbal 12,7	Setúbal 21,8	C, Branco 6,1	Lagos 8,3
Coimbra 12,7	Coimbra 18,4	Silves 5,1	Viseu 8,2
Évora 11,5	Évora 16,1	Vila Real 4,8	Figueira Foz 7,9
Tavira 10,5	Covilhã 15,5	Bragança 4,8	C,Branco 7,3
Elvas 10,3	Elvas 14,0	Penafiel 4,4	Tomar 6,9
Viana 9,3	Tavira 12,2	Guarda 3,8	Vila Real 6,7
Faro 8,0	Portalegre 11,9	Leiria 2,9	Guarda 6,1
Lamego 7,8	Faro 11,8	Pinhel 2,3	Bragança 5,5
Lagos 7,7	Aveiro 10,0	Miranda 0,9	Penafiel 5,1
Guimarães 7,6	Viana 9,9		Leiria 4,5
Beja 6,9	Silves 9,7		Pinhel 2,9
Portalegre 6,4	Lamego 9,2		Miranda 1,0

ANEXO 2

. Quadro 2 – População residente no município e em cada freguesia – quadro quantitativo. (INE Censos 2011, 2012 *in* CMTV, 2006)

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DENSIDADE POPULACIONAL, POR FREGUESIA, 1991-2001-2011						
FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)			DENSIDADE POPULACIONAL (N.º Hab./Km ²)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011
A dos Cunhados ¹	7.895	6.936	8.459	178	156	191
Campelos	2.624	2.708	2.827	108	112	116
Carnões	871	847	831	129	126	123
Carvoeira	1.675	1.610	1.583	118	113	111
Dois Portos	2.394	2.153	2.124	65	59	58
Freiria	2.270	2.464	2.461	169	183	183
Matacães	1.288	1.222	1.087	96	91	81
Maxial	2.829	2.962	2.751	97	101	94
Monte Redondo	822	787	795	90	86	87
Ponte do Rol	2.063	2.081	2.444	213	215	253
Ramthal	3.004	3.052	3.472	82	83	94
Runa	1.124	1.032	1.004	169	155	151
Santa Maria	4.526	5.061	6.665	256	287	377
São Pedro da Cadeira	4.053	4.339	5.077	170	182	213
São Pedro e Santiago	15.397	17.548	17.965	491	560	573
Silveira	5.471	6.496	8.530	219	260	342
Turcifal	2.882	3.008	3.342	117	122	135
Ventosa	5.011	5.167	5.276	193	199	203
Outeiro da Cabeça	986	932	840	173	164	147
Maceira ²	-	1.845	1.932	-	220	230
Município	67.185	72.250	79.465	165	177	195

. Figura 2 – População residente no município e em cada freguesia – mapa. (INE Censos 2011, 2012 in CMTV, 2006)



. Figura 5 – Bicicletas urbanas *Agostinhas*. (Autor, 2015)



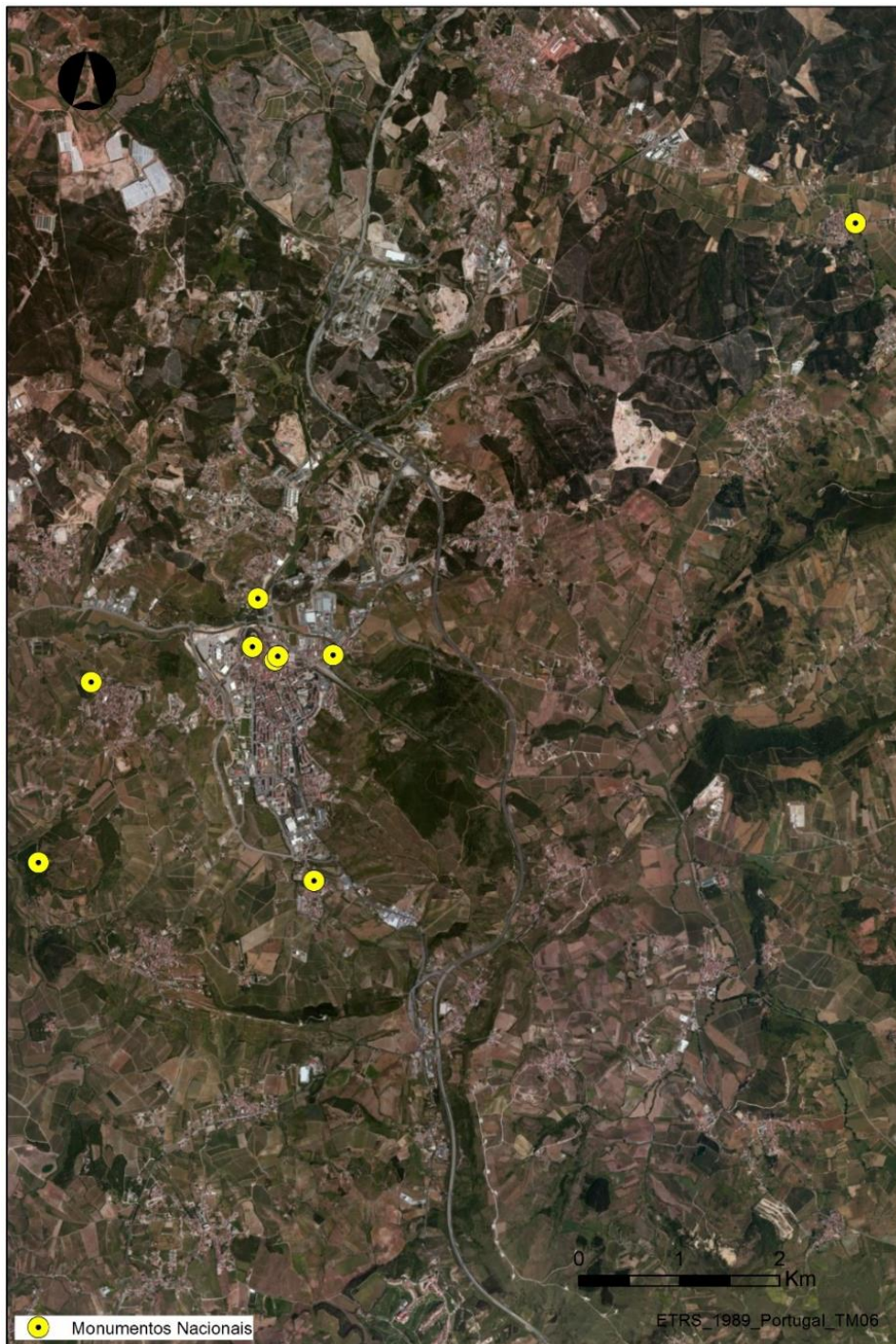
. Figura 6 – Representação da ciclovia do Barro. (Autor, 2015)



. Figura 7 – Placas informativas da ciclovia do Barro. (Autor, 2015)

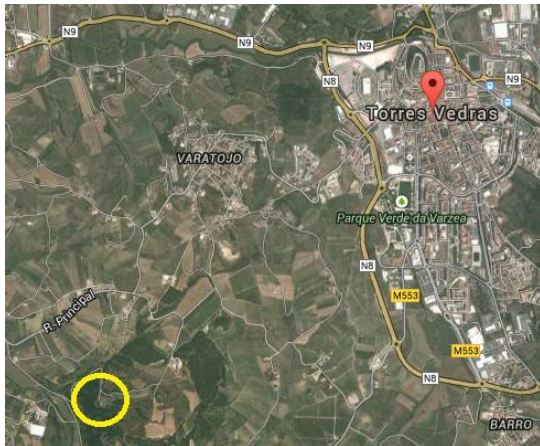


. Figura 8 – Monumentos nacionais no concelho. (Autor, 2015)



ANEXO 3

. Figura 9 - Relação geográfica entre a localização do Castro do Zambujal, a amarelo, e a atual cidade. (Google Maps, 2015)



. Figura 10 - Maqueta do Castro do Zambujal, no Museu Leonel Trindade. (Baptista, 2013)



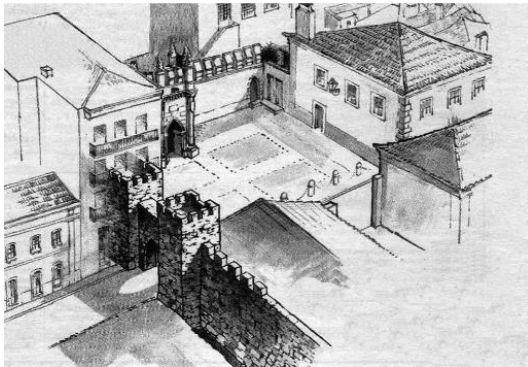
. Figura 17 – Placa funerária romana encontrada na encosta do castelo, atualmente no Museu Municipal Leonel Trindade. (Mantas, 1982)



. Figura 18 – Igreja de Santa Maria. (DGPC, 2014)



. Figura 20 - Reconstituição virtual da Porta da Corredoura, segundo José Pedro Sobreiro. (Cardoso & Luna, 2009)



. Figura 22 – Pórtico manuelino no castelo, com as esferas armilares. (Autor, 2014)



. Figura 23 – Pormenor do pórtico da igreja de S. Pedro (Autor, 2015)



. Figura 24 – Pormenor do pórtico da igreja de Santiago (Autor, 2015)



. Figura 26 - Paços do Concelho e Praça do Município, atualmente. (Autor, 2015)



. Figura 27 – Convento da Graça, atual igreja e museu municipal. (Autor, 2015)



. Figura 28 – Painel de azulejos à entrada da igreja. (Autor, 2015)



. Figura 29 – Relógio de sol na fachada sul do edifício. (Autor, 2015)



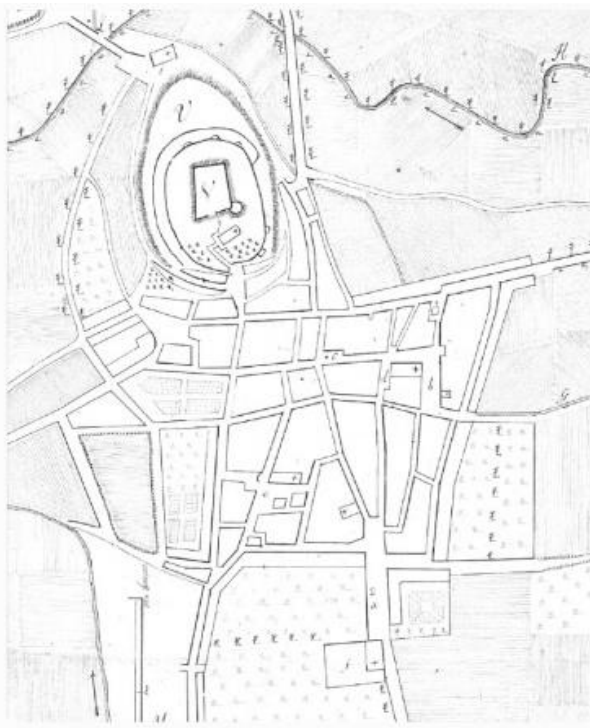
. Figura 31 - Convento de Penafirme, em ruínas. (Vedrografias, 2009)



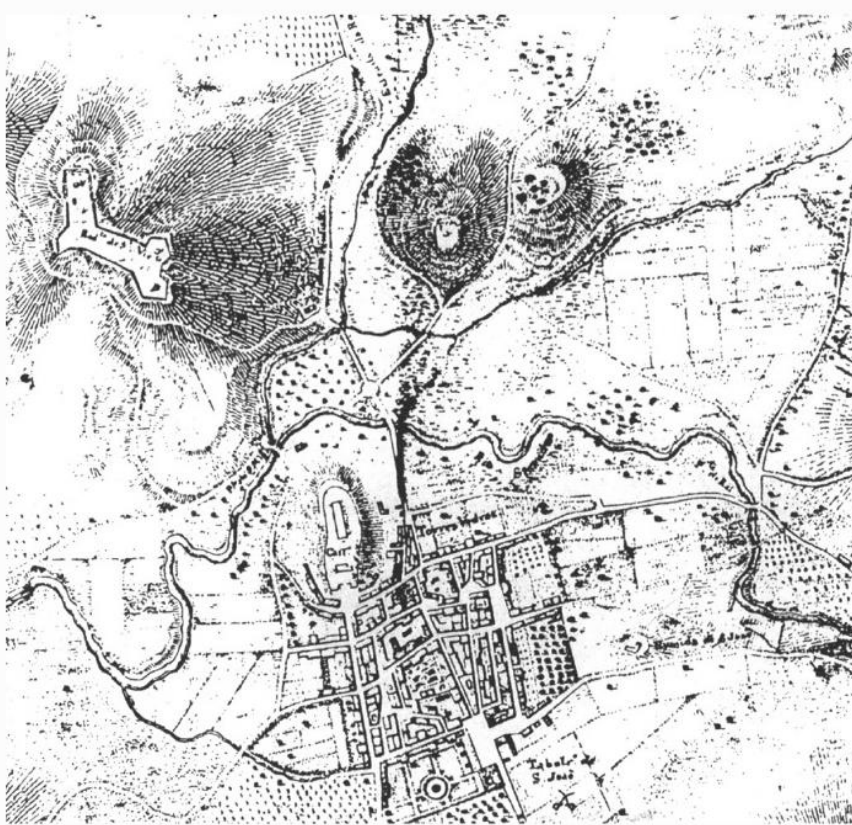
. Figura 32 – Mapa das invasões. (Santos, 2010, adaptado do *Jornal de Notícias*)



. Figura 33 – Excerto da planta da vila, em 1809. (Baptista, 2013)



. Figura 34 – Excerto da carta militar do campo de batalha, 1810. (Baptista, 2013)



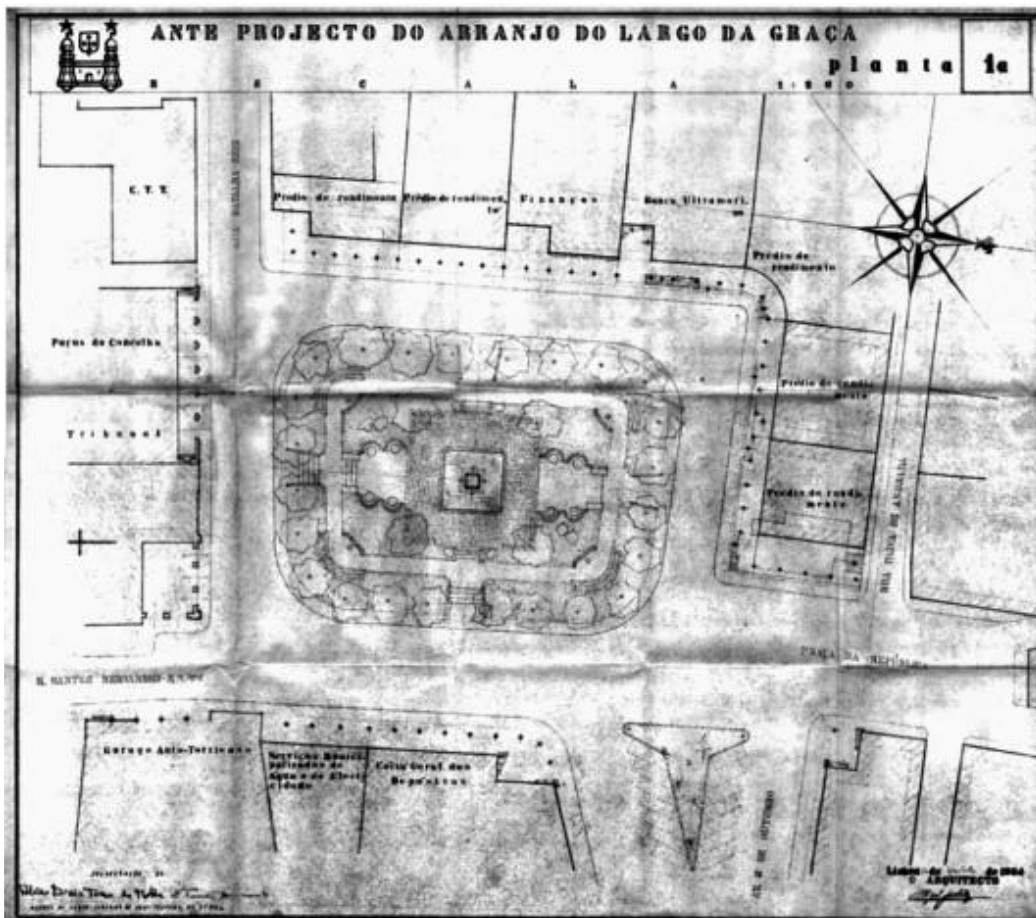
. Figura 35 – Excerto do mapa de fortes em redor da vila, 1818. (Baptista, 2013)



. Figura 43 – Largo da Graça, início do século XX, anterior à sua requalificação. (Rodrigues *et al*, 1996)



Figura 44 – Anteprojecto para o Largo da Graça (Jacobetty, 1934). (DGT, 2015)



. Figura 45 – Jardim da Graça. (Autor, 2015)



ANEXO 4

. Figura 53a – Planta de zonamento do Plano de Urbanização de Torres Vedras. (CMTV, 2015)

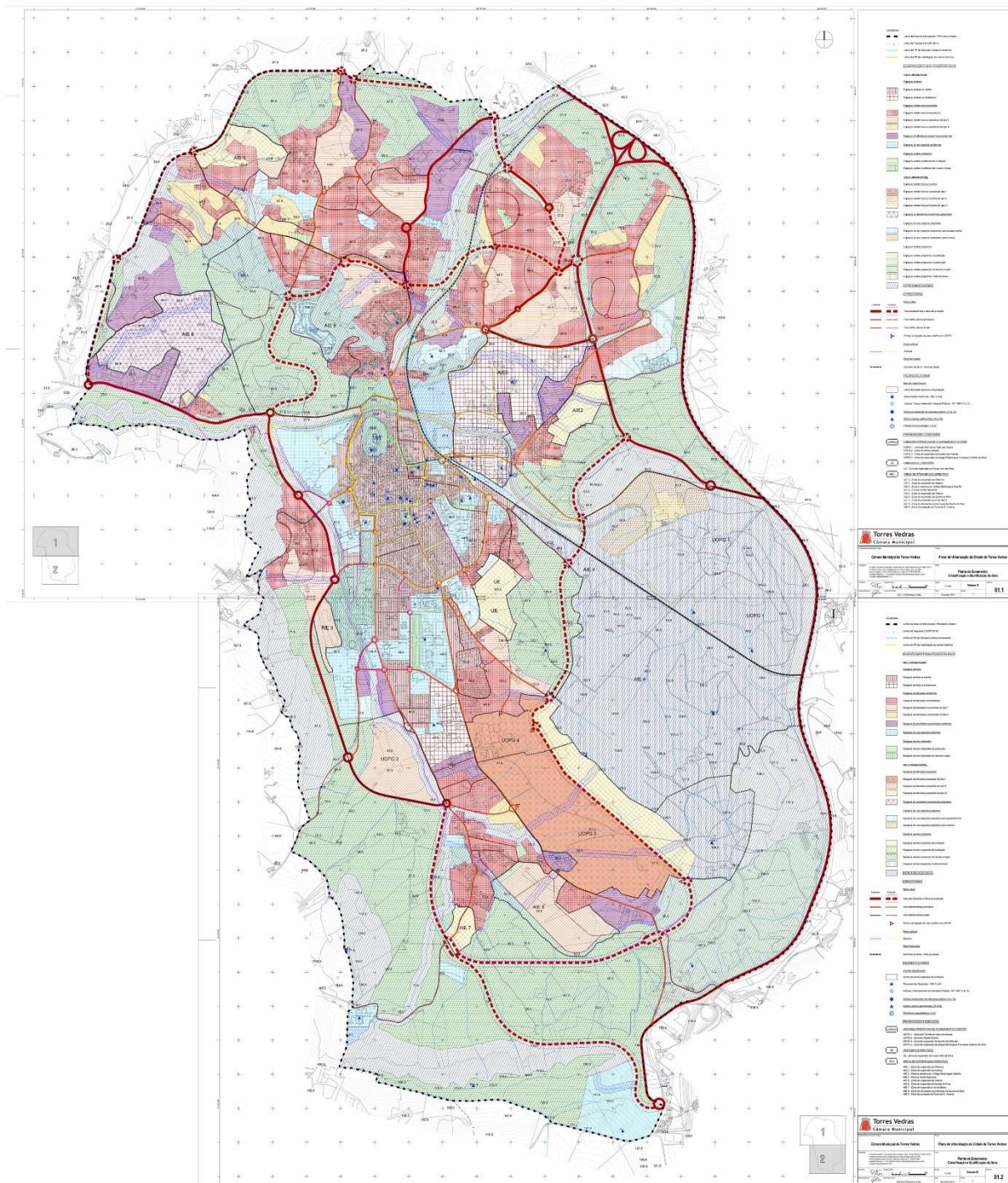
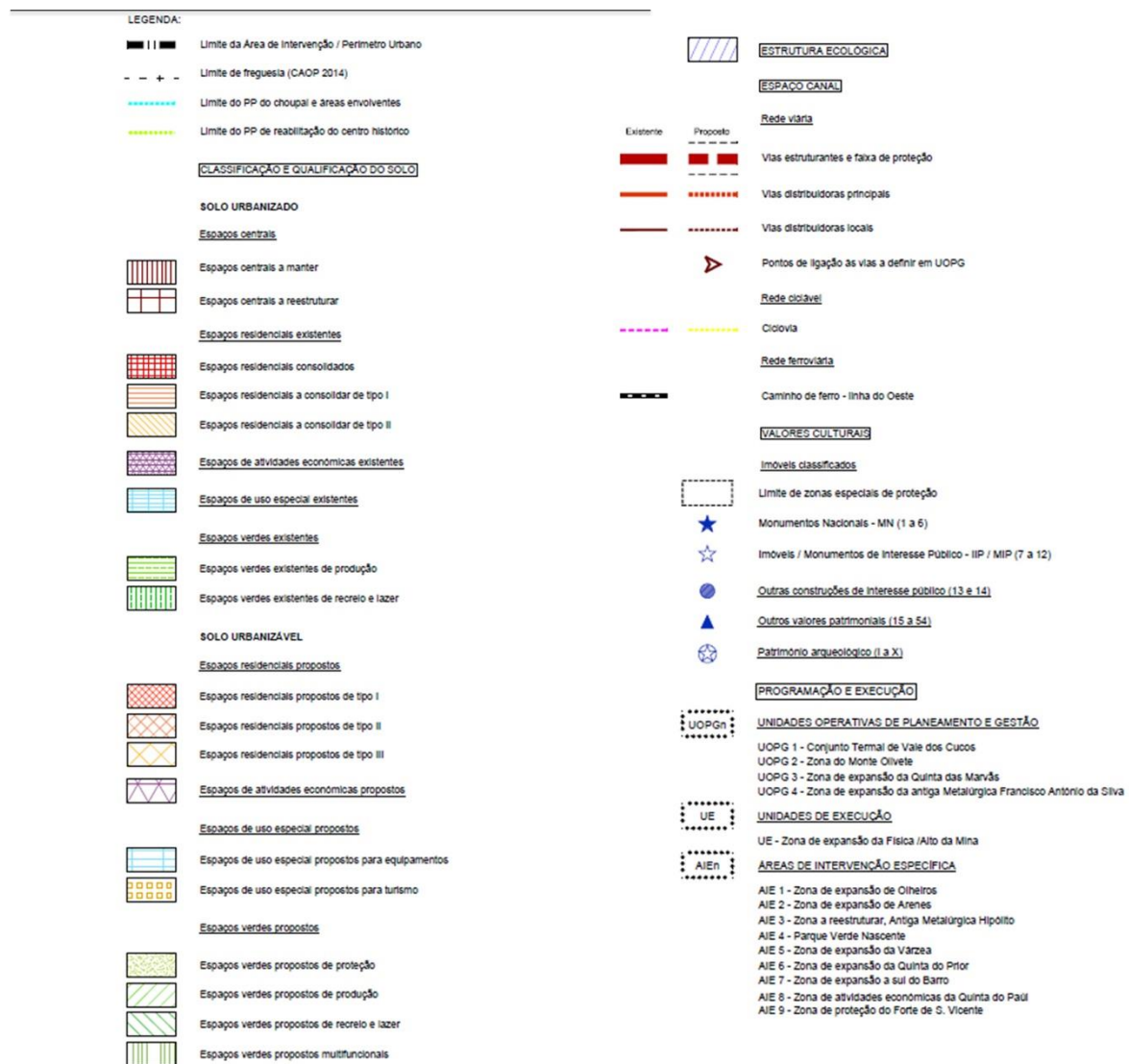


Figura 53b. Legenda da planta de zonamento do Plano de Urbanização de Torres Vedras. (CMTV, 2015)



Quadro 4 - N.º de riscos de grau elevado e médio por Fator Crítico de Decisão segundo o cenário alternativo de desenvolvimento. (CMTV, 2015)

Riscos	Fatores Críticos de Decisão	Cenários	
		Zero	PU
Elevados	FCD 1 – Valorização dos recursos naturais e patrimoniais e prevenção de riscos	0	0
	FCD 2 – Estruturação e requalificação urbana	0	0
	FCD 3 – Desenvolvimento socioeconómico sustentável	0	0
	Sub-total	0	0
Médios	FCD 1 – Valorização dos recursos naturais e patrimoniais e prevenção de riscos	4	3*
	FCD 2 – Estruturação e requalificação urbana	5	5
	FCD 3 – Desenvolvimento socioeconómico sustentável	8	5
	Sub-total	17	13
Total		17	13

(*) Por uma questão de sistematização, contabilizaram-se aqui 2 riscos (-/-) e um risco (-/-)

. Quadro 5 – N.º de oportunidades de grau elevado e médio por Fator Crítico de Decisão segundo o cenário alternativo de desenvolvimento (CMTV, 2015)

Oportunidades	Fatores Críticos de Decisão	Cenários	
		Zero	PU
Elevadas	FCD 1 – Valorização dos recursos naturais e patrimoniais e prevenção de riscos	3	7
	FCD 2 – Estruturação e requalificação urbana	0	5
	FCD 3 – Desenvolvimento socioeconómico sustentável	0	4
	Sub-total	3	16
Médias	FCD 1 – Valorização dos recursos naturais e patrimoniais e prevenção de riscos	6	20
	FCD 2 – Estruturação e requalificação urbana	9	17
	FCD 3 – Desenvolvimento socioeconómico sustentável	0	5
	Sub-total	15	42
Total		18	58

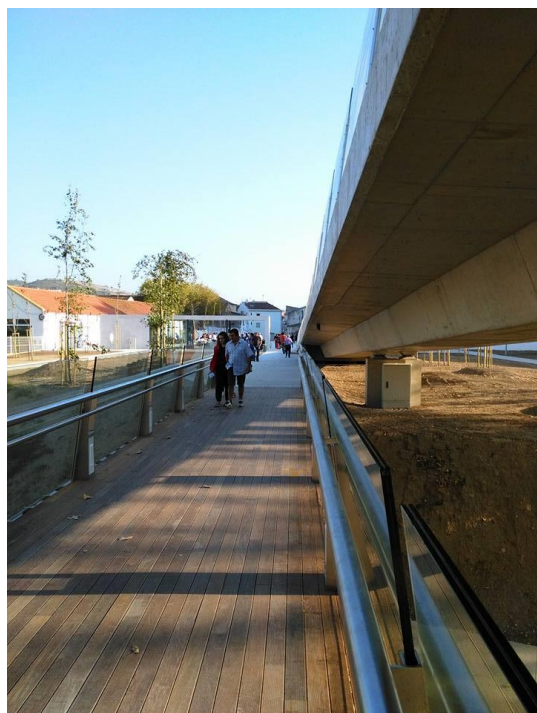
. Quadro 6 – Índice de envelhecimento, por freguesia e município, em percentagem. (INE Censos 2011, 2012 in CMTV, 2006)

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, POR FREGUESIA, 1991-2001-2011			
FREGUESIA	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (%)		
	1991	2001	2011
A dos Cunhados ¹	58,1	92,8	114,0
Campelos	44,9	95,2	117,7
Carmões	113,0	223,6	291,1
Carvoeira	135,1	170,3	174,6
Dois Portos	150,1	188,5	208,6
Freiria	70,3	99,8	139,6
Matacães	165,6	197,4	223,4
Maxial	95,4	140,9	173,7
Monte Redondo	120,8	169,6	207,5
Ponte do Rol	72,3	111,5	116,0
Ramalhal	81,7	119,1	130,3
Runa	100,5	216,5	253,2
Santa Maria	86,1	128,4	107,4
São Pedro da Cadeira	67,2	86,3	104,4
São Pedro e Santiago	68,6	96,8	122,0
Silveira	67,3	96,3	105,0
Turcifal	97,5	130,1	126,0
Ventosa	72,2	101,6	135,7
Outeiro da Cabeça	61,6	127,9	164,9
Maceira ²	-	94,4	126,6
Município	76,5	111,1	128,0

. Quadro 7 – Índice de juventude, por freguesia e município, em percentagem. (INE Censos 2011, 2012 in CMTV, 2006)

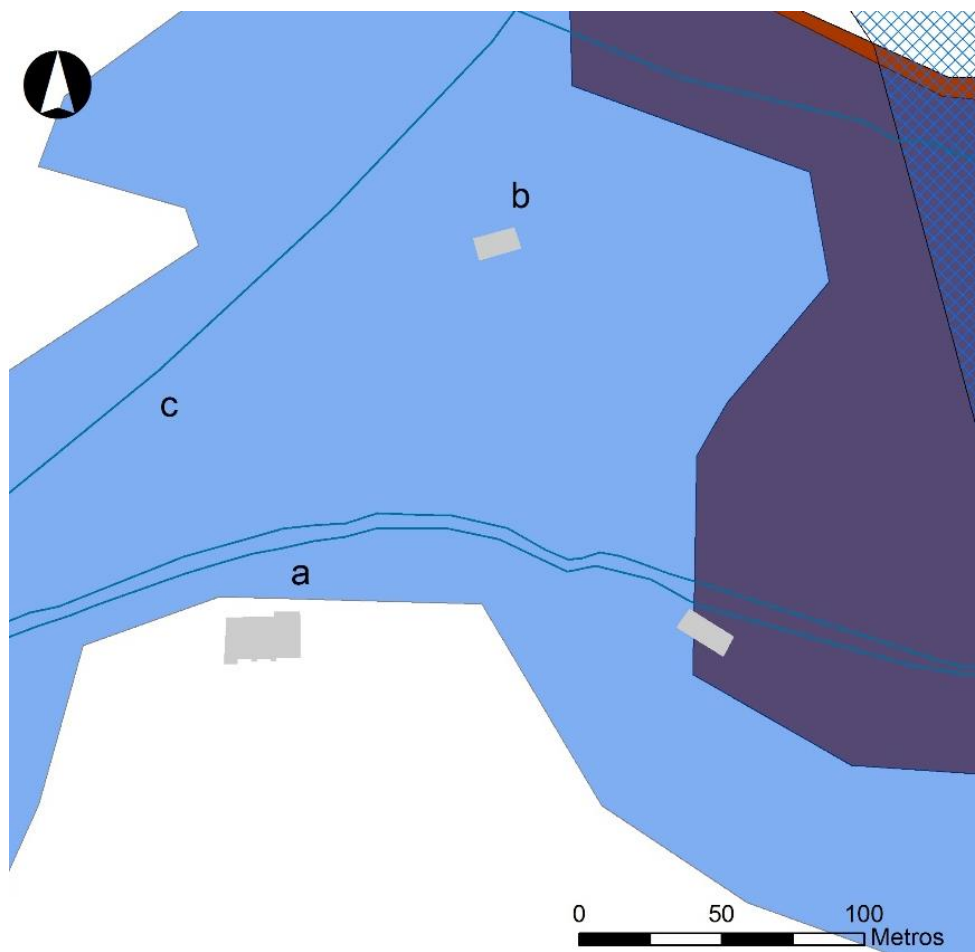
MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: ÍNDICE DE JUVENTUDE, POR FREGUESIA, 1991-2001-2011			
FREGUESIA	ÍNDICE DE JUVENTUDE (%)		
	1991	2001	2011
A dos Cunhados ¹	172,0	107,8	87,7
Campelos	222,8	105,0	85,0
Carmões	88,5	44,7	34,4
Carvoeira	74,0	58,7	57,3
Dois Portos	66,6	53,0	47,9
Freiria	142,2	100,2	71,6
Matacães	60,4	50,6	44,8
Maxial	104,8	71,0	57,6
Monte Redondo	82,8	59,0	48,2
Ponte do Rol	138,3	89,7	86,2
Ramalhal	122,4	84,0	76,8
Runa	99,5	46,2	39,5
Santa Maria	116,1	77,9	93,1
São Pedro da Cadeira	148,8	115,9	95,8
São Pedro e Santiago	145,9	103,3	82,0
Silveira	148,6	103,8	95,2
Turcifal	102,5	76,8	79,4
Ventosa	138,4	98,4	73,7
Outeiro da Cabeça	162,3	78,2	60,6
Maceira ²	-	105,9	79,0
Município	130,6	90,0	78,1

. Figura 55 – Pontes pedonais. (Autor, 2015)

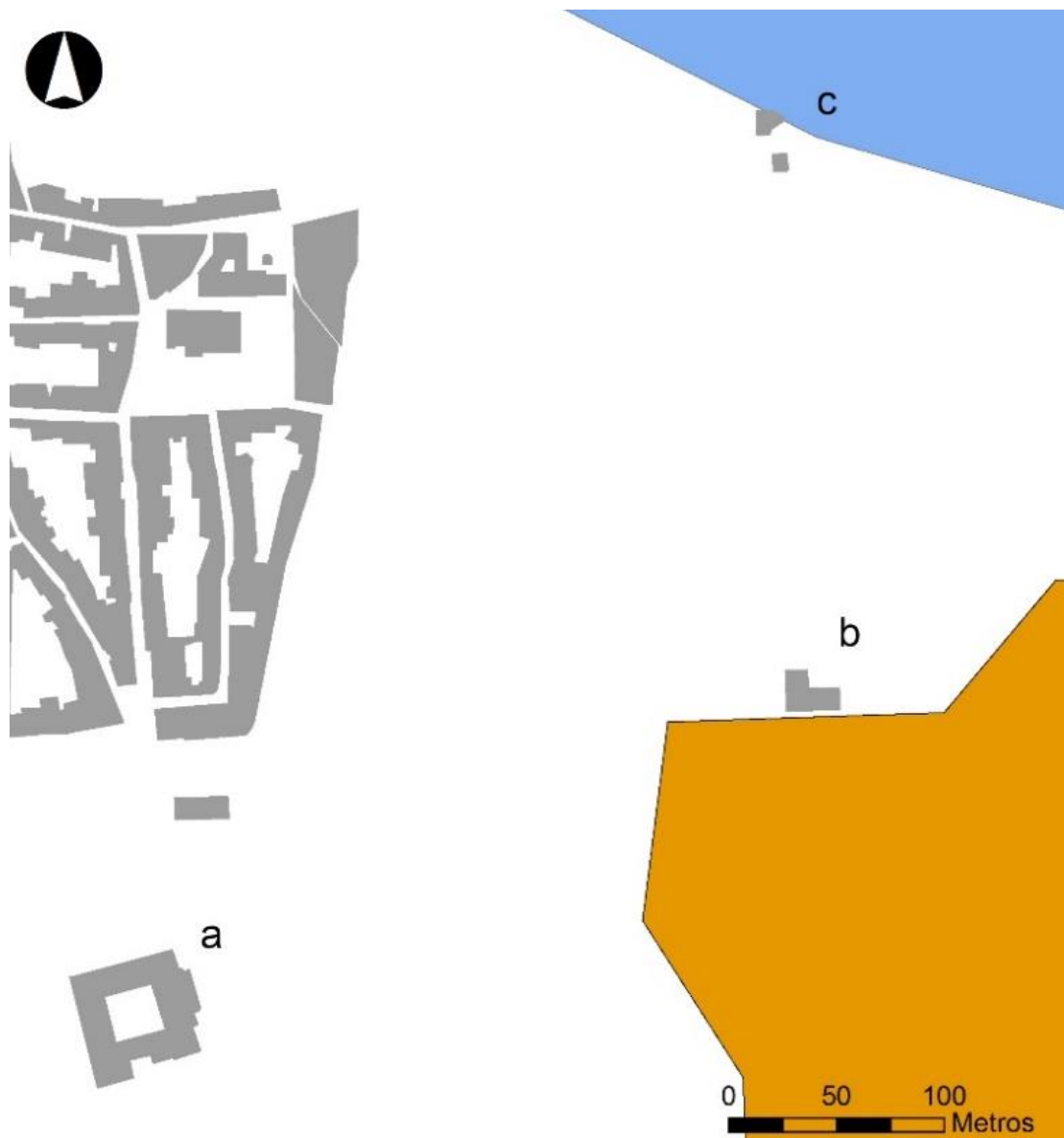


ANEXO 5

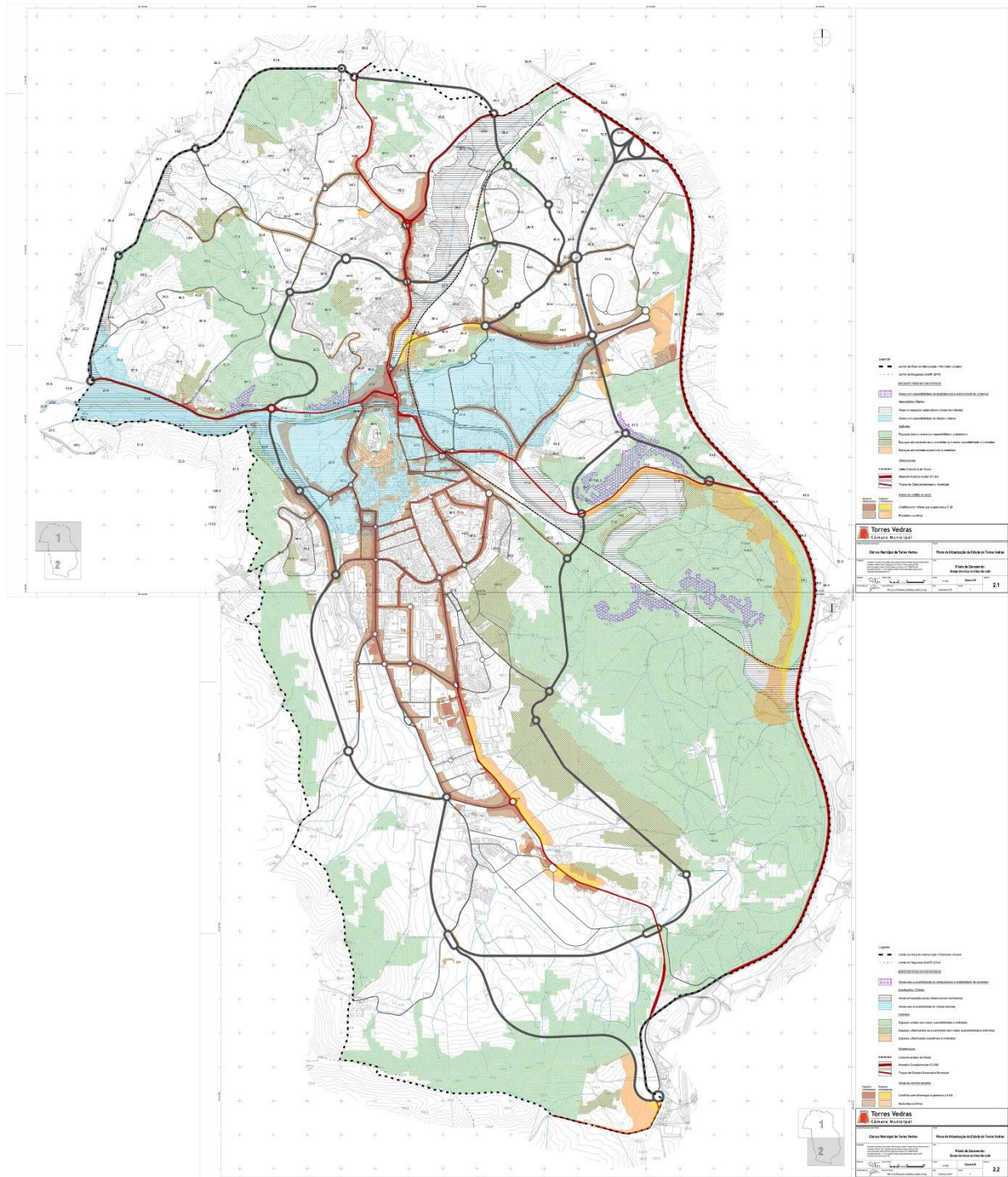
. Figura 68 – Aproximação ao limite norte da urbe. Igreja de São Miguel (a); Ermida da Nossa Senhora do Amial (b) e da Fonte de S. Miguel (c). (Autor, 2015)



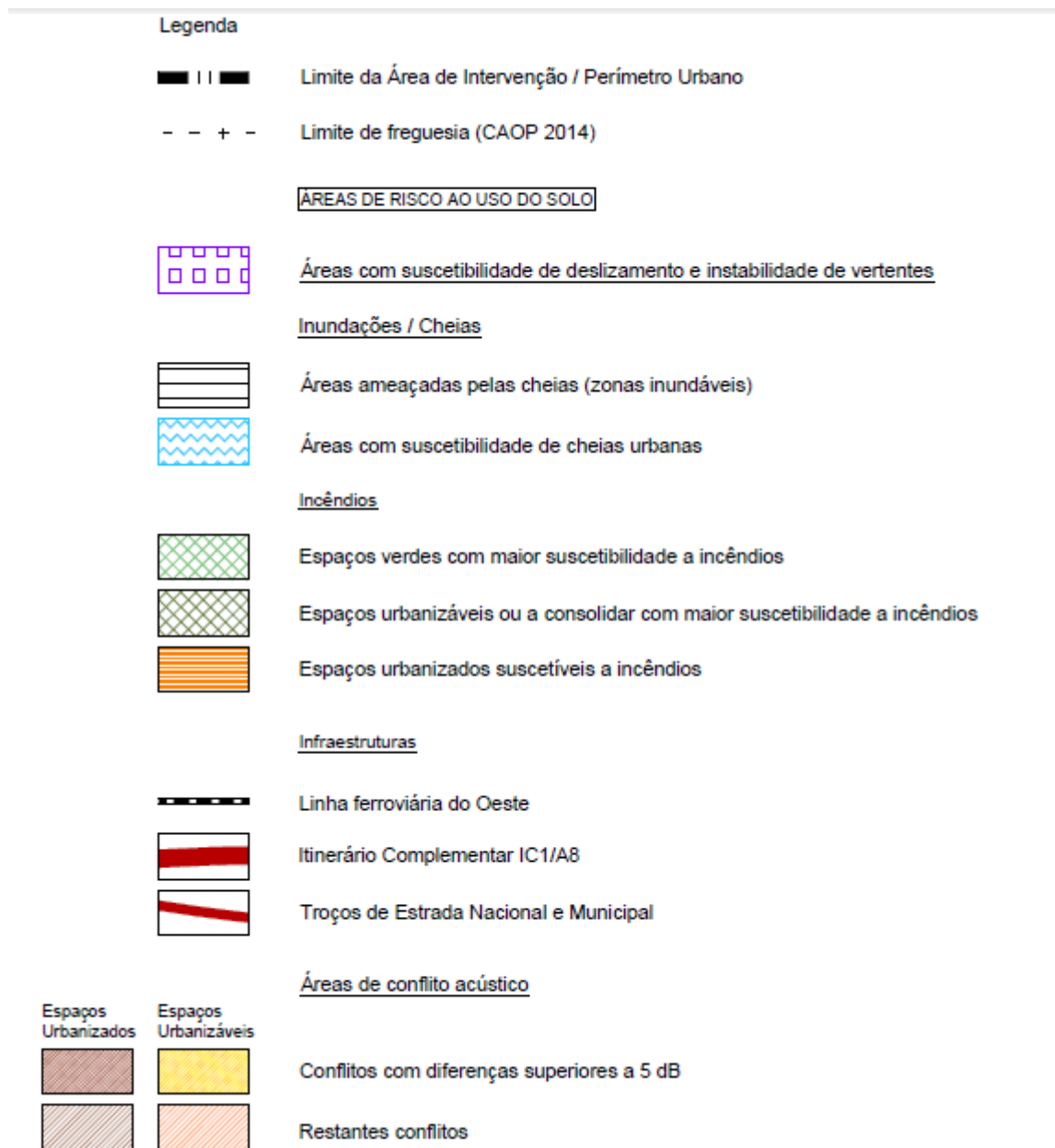
. Figura 70 – Aproximação a sudeste da urbe. Convento da Graça (a); Ermida de S. João (b); Ermida de S. Gião dos Sapateiros (c). (Autor, 2015)



. Figura 80a – Planta de Zonamento de Áreas de Risco de Uso do Solo. (CMTV, 2015)



. Figura 80b – Legenda da planta de Zonamento de Áreas de Risco de Uso do Solo. (CMTV, 2015)

. Figura 81 – Estrada e rotunda perto do Campo Manuel Marques, inundadas, em Abril. (Sofia Franco, in *torresvedrasweb.com*, 2015)

